



TAIZA TABATA FALKEMBAK CELESTINO

**CORPOS GERMINANDO TERRITÓRIOS: PRÁTICAS DE
RESISTÊNCIA POR MULHERES DO CAMPO PARA
SUSTENTAÇÃO DA VIDA E PERMANÊNCIA NA TERRA PELA
AGROECOLOGIA**

LAVRAS – MG

2025

TAIZA TABATA FALKEMBAK CELESTINO

**CORPOS GERMINANDO TERRITÓRIOS: PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA POR
MULHERES DO CAMPO PARA SUSTENTAÇÃO DA VIDA E PERMANÊNCIA NA
TERRA PELA AGROECOLOGIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração Desenvolvimento e Extensão, para a obtenção do título de Mestra.

Orientadora

Prof^ª. Dr^ª Jacqueline Magalhães Alves

LAVRAS – MG

2025

**Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração
de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com
dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Celestino, Taiza Tabata Falkembak .

Corpos germinando territórios : práticas de resistência por mulheres do campo
para sustentação da vida e permanência na terra pela agroecologia / Taiza Tabata
Falkembak Celestino. - 2025.

109 p. : il.

Orientadora: Jacqueline Magalhães Alves

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2025.
Bibliografia.

1. Mulheres camponesas. 2. Corpo-território. 3. Agricultura familiar. 4.
Agrofloresta. 5. Mato Grosso do Sul. I. Alves, Jacqueline Magalhães. II.
Universidade Federal de Lavras. III. Título.

TAIZA TABATA FALKEMBAK CELESTINO

**CORPOS GERMINANDO TERRITÓRIOS: PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA POR
MULHERES DO CAMPO PARA SUSTENTAÇÃO DA VIDA E PERMANÊNCIA NA
TERRA PELA AGROECOLOGIA**

**BODY-TERRITORIES GERMINATING: WOMEN FARMERS' RESISTANCE
PRACTICES FOR THE SUSTAINMENT OF LIFE AND PERMANENCE ON LAND
THROUGH AGROECOLOGY**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração Desenvolvimento e Extensão, para a obtenção do título de Mestra.

APROVADA em 5 de setembro de 2025.

DSc. Edir Neves Barboza

DSc. Vera Simone Schaefer Kalsing

UFGD

UFLA

Orientadora

Prof^a. Dr^a Jacqueline Magalhães Alves

**LAVRAS – MG
2025**

*Ao Rudá e às crianças,
para que reguem sementes da esperança
com essas memórias de luta
e germinem a cada passo, territórios de nascer:
poesia, justiça e solidariedade.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, às mulheres que aceitaram compartilhar suas histórias e experiências nesta pesquisa, tornando possível a construção desta dissertação e do vídeo-documentário. Suas vozes, memórias e práticas são a razão de ser deste trabalho e carregam a força que sustenta a agroecologia, a permanência na terra e a resistência cotidiana das mulheres camponesas.

Maria de Lourdes, colega de universidade que a Educação do Campo me concedeu. É uma honra poder dividir uma fração de sua rica história de luta.

Denise Diniz, avó do meu filho, companheira de momentos marcantes, de lágrimas e sorrisos, é um prazer te acompanhar no caminhar da vida.

Patrícia de Souza, relação que a pesquisa fortaleceu, entre desabafos e confissões, sou muito feliz de poder ter sido escuta de sua trajetória e também ouvida durante nossas trocas.

Carline Yumi, agrofloreitora de grande inspiração para tantas pessoas, é uma honra estreitar nossa amizade.

Mariana Tebar, faz parte das mulheres jovens que já exalam tanta maturidade que é impossível não querer estar próxima e aprender um pouco mais.

Expresso também minha gratidão às companheiras que me auxiliaram em algumas gravações, Maria Pia Gomez, minha irmã viajante, obrigada por ser meio duende, e aparecer sempre com seu sorriso e leveza. Ana Clara Diniz, é uma satisfação enorme dividir presença contigo. A companhia, carinho e dedicação de vocês foram fundamentais para que o registro da pesquisa fosse ainda mais especial. À Diliane Simões, você foi fundamental, com sua acolhida e paciência nos momentos de desespero com a escrita.

À minha mãe, Sandra Maria Falkembak, agradeço por todo apoio ao longo dessa jornada.

Estendo ainda minha gratidão à minha orientadora Jacqueline Magalhães Alves, pelo acompanhamento em meio à tantas atribulações pessoais de nossas vidas. Às demais professoras e professor da banca, suas caminhadas são meu guia. Agradeço à Universidade Federal de Lavras - UFLA, ao Departamento de Administração e Economia (DAE) e ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão da UFLA – PPGDE/UFLA, pela estrutura oferecida e pela oportunidade de realização do Mestrado. Por fim, a todas as companheiras que, de diferentes formas, ofereceram suporte e solidariedade para que esta pesquisa pudesse acontecer.

RESUMO

Nesta dissertação analisamos o protagonismo das mulheres do campo, assentadas nos municípios de Sidrolândia e Terenos (MS), que atuam na linha de frente da agroecologia, da resistência territorial e da construção de alternativas econômicas para permanecer morando no campo e defendendo seus modos de vida. A pesquisa parte de uma abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa narrativa e em perspectivas da epistemologia do sul, com foco na análise das trajetórias de vida, práticas agroecológicas e formas de organização comunitária, protagonizadas por essas mulheres. Para isso, foram realizadas entrevistas narrativas (Larrosa, 2014) com cinco mulheres, que moram e produzem no campo, complementadas por observação participante e registros sistemáticos em caderno de campo. A análise foi orientada pela hermenêutica de profundidade (Thompson, 1995), buscando compreender os sentidos atribuídos pelas participantes à resistência cotidiana no campo e nos espaços externos que buscam para escoar sua produção, como feiras locais e urbanas, enfatizando a articulação coletiva pautada na agroecologia, na soberania alimentar e na permanência na terra. O conceito de corpos-territórios é central neste estudo, compreendido como espaço político de saberes, afetos e lutas, onde o corpo dessas mulheres e o território se entrelaçam na construção de modos de vida sustentáveis. Na pesquisa, dialogamos criticamente com a dicotomia entre o campo como empresa e o campo como modo de vida, problematizando os impactos da agricultura intensiva sobre a segurança alimentar, os recursos hídricos e a biodiversidade, bem como na vida e cultura popular. Nesse contexto, investigamos o acesso e a efetividade das políticas de incentivos rurais junto às comunidades dessas mulheres assentadas, evidenciando a urgência da superação das desigualdades de gênero nos sistemas agroalimentares. Esperamos que os resultados contribuam para o fortalecimento de políticas públicas e ações coletivas comprometidas com a justiça de gênero, a agroecologia e a valorização dos saberes camponeses e o próprio processo de produção e socialização de conhecimentos. Os vídeos coletados durante as entrevistas foram base para a produção de um videodocumentário, cuja publicação foi feita no Youtube para popularizar o acesso e contribuir com a luta e a divulgação de suas experiências.

Palavras-chave: Mulheres camponesas; Corpo-território; Agrofloresta; Agricultura familiar; Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

In this dissertation, we analyze the protagonism of rural women, settled in the municipalities of Sidrolândia and Terenos (MS), who work on the front lines of agroecology, territorial resistance, and the construction of economic alternatives to remain in the countryside and defend their ways of life. The research uses a qualitative approach, grounded in narrative research and perspectives from Southern epistemology, focusing on analyzing the life trajectories, agroecological practices, and forms of community organization led by these women. To this end, narrative interviews (Larrosa, 2014) were conducted with five women who live and produce in the countryside, complemented by participant observation and systematic field notebook recording. The analysis was guided by in-depth hermeneutics (Thompson, 1995), seeking to understand the meanings attributed by the participants to everyday resistance in the countryside and in the external spaces they use to market their produce, such as local and urban markets, emphasizing collective articulation based on agroecology, food sovereignty, and permanence on the land. The concept of body-territories is central to this study, understood as a political space of knowledge, affection, and struggles, where these women's bodies and the territory intertwine in the construction of sustainable ways of life. In this research, we critically engage with the dichotomy between the countryside as a business and the countryside as a way of life, problematizing the impacts of intensive agriculture on food security, water resources, and biodiversity, as well as on popular life and culture. In this context, we investigated the access and effectiveness of rural incentive policies among these settled women's communities, highlighting the urgency of overcoming gender inequalities in agrifood systems. We hope that the results will contribute to the strengthening of public policies and collective actions committed to gender justice, agroecology, and the valorization of peasant knowledge, as well as the very process of knowledge production and socialization. The videos collected during the interviews served as the basis for the production of a video documentary, which was published on YouTube to popularize access and contribute to the struggle and dissemination of their experiences.

Keywords: Peasant women; Body-territory; Agroforestry; Family farming; Mato Grosso do Sul.

INDICADORES DE IMPACTO

A pesquisa desenvolvida aborda a realidade de mulheres do campo, são trabalhadoras de sítios da reforma agrária localizados em Sidrolândia e Terenos (MS). Suas narrativas de vida articuladas à agroecologia perpassam temas envolvendo acesso a políticas públicas, apresentam impactos sociais, culturais e extensionistas significativos, tanto concretos quanto em potencial. Ao valorizar as histórias dessas cinco mulheres agricultoras e sistematizá-las em dissertação e vídeo documentário auto-narrado, o trabalho contribui para a democratização do conhecimento e ecoa suas vozes. Reforça práticas agroecológicas, bem como o fortalecimento das redes locais de produção e comercialização, a economia solidária, objetivando a permanência dessas e tantas outras mulheres em suas terras. Os resultados geram impacto social direto na medida em que reconhecem e legitimam saberes historicamente invisibilizados, promovendo a valorização do papel das mulheres no desenvolvimento sustentável e na construção de alternativas ao modelo hegemônico. Do ponto de vista cultural, a pesquisa potencializa memórias e práticas que resgatam identidades camponesas, ampliando o reconhecimento da agroecologia como projeto político, educativo e comunitário. Há também caráter extensionista, pois o trabalho surge da escuta das experiências locais e compartilha com as comunidades participantes os produtos da pesquisa (documentário, materiais de sistematização, oficinas), fortalecendo o vínculo entre universidade e sociedade, e impactando diretamente agricultoras, consumidoras/es urbanos das feiras alternativas e agentes de movimentos sociais que atuam em colaboração. O território definido é a região de assentamentos rurais em Sidrolândia e Terenos, e as feiras alternativas de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, onde a participação das mulheres gera efeitos concretos na renda, na autonomia e na difusão da agroecologia. Em termos numéricos, cinco mulheres foram diretamente protagonistas e dezenas de famílias e consumidoras/es aparecem como beneficiárias/os indiretas/os. A pesquisa se alinha a áreas temáticas da Política Nacional de Extensão como Educação, Meio Ambiente, Cultura, Direitos Humanos e Trabalho, além de contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando-se os ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável), ODS 5 (igualdade de gênero), ODS 10 (redução das desigualdades), ODS 12 (consumo e produção responsáveis) e ODS 15 (vida terrestre). Dessa forma, os impactos alcançam não apenas as comunidades locais, mas dialogam com pautas globais de justiça social, sustentabilidade e emancipação de mulheres no campo.

IMPACT INDICATORS

The research addresses the realities of rural women, workers on agrarian reform farms located in Sidrolândia and Terenos, Mato Grosso do Sul. Their life narratives, articulated with agroecology, encompass themes involving access to public policies and present significant social, cultural, and extension impacts, both concrete and potential. By valuing the stories of these five women farmers and systematizing them in a dissertation and self-narrated documentary video, the work contributes to the democratization of knowledge and echoes their voices. It reinforces agroecological practices, as well as strengthening local production and marketing networks, and the solidarity economy, aiming to ensure the permanence of these and many other women on their lands. The results generate direct social impact as they recognize and legitimize historically invisible knowledge, promoting the valorization of women's role in sustainable development and the construction of alternatives to the hegemonic model. From a cultural perspective, the research enhances memories and practices that reclaim peasant identities, expanding the recognition of agroecology as a political, educational, and community project. It also has an extension aspect, as the work shares research outputs (documentary, systematization materials, workshops) with participating communities, strengthening the bond between university and society and directly impacting women farmers, urban consumers of alternative markets, and agents of partner social movements. The defined territory is the region of rural settlements in Sidrolândia and Terenos and the alternative markets of Campo Grande, where women's participation generates concrete effects on income, autonomy, and the dissemination of agroecology. Numerically, five women were directly involved, and dozens of families and consumers appear as indirect beneficiaries. The research aligns with thematic areas of the National Extension Policy, such as Education, Environment, Culture, Human Rights, and Labor, and contributes to the Sustainable Development Goals (SDGs), particularly SDG 2 (zero hunger and sustainable agriculture), SDG 5 (gender equality), SDG 10 (reduced inequalities), SDG 12 (responsible consumption and production), and SDG 15 (life on land). Thus, the impacts reach not only local communities but also connect with global agendas of social justice, sustainability, and women's empowerment in rural areas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Concentração de terras no Brasil.....	24
Figura 2 - Histórico da Cobertura e Uso da Terra no Brasil (1985 a 2023).....	25
Figura 3 - Uso e cobertura do solo - Mato Grosso do Sul (1985 a 2022).....	27
Figura 4 - Mulheres no campo.....	31

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADAMAS	Associação das Meninas
AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPEGE	Centro de Pesquisa Geraldo Garcia
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão
DOI	Digital Object Identifier
DST	Divisão Sexual do Trabalho
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FUNARBE	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
MA	Maranhão
MAAP	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MapBiomas	Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (região de expansão agrícola)
MCaC	Metodologia de Camponês a Camponês
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MG	Minas Gerais
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRPG	Pró-Reitoria de Pós-Graduação
RAD	Relatório Anual de Desmatamento
SAF	Sistemas Agroflorestais
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 PROBLEMA DE PESQUISA	18
3 OBJETIVOS	18
3.1 Objetivo Geral	18
3.2 Objetivos Específicos	18
4 CAMINHOS DA PESQUISA	19
4.1 Conhecendo o Chão que Pisamos	19
4.2 Caminho Investigativo	20
5 TERRITÓRIOS EM DISPUTA: AGRONEGÓCIO, FEMINISMOS E O CERRADO	23
5.1 Histórico Agrário do Brasil e de Mato Grosso do Sul	23
5.2 A Expansão do Agronegócio e a Disputa pelo Território no Cerrado	25
5.3 Agricultura Familiar e Agroecologia: contrapontos ao modelo dominante	28
5.4 Mulheres e Resistência Territorial: o corpo como fronteira de luta	30
6 INCENTIVOS RURAIS, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO	33
6.1 Políticas Públicas para Agricultura Familiar no Brasil	33
6.2 Incentivos Autogeridos e Experiências Comunitárias	35
6.3 Desigualdade de Acesso e Invisibilização das Mulheres nas Políticas de Incentivo	37
6.4 Lacunas e Desafios: entre o discurso da igualdade e a realidade nos assentamentos	38
7 AGROECOLOGIA E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA COMO PRÁTICAS DE PERMANÊNCIA NA TERRA	42
7.1 Fundamentos da Agroecologia: técnica, política e cultura	42
7.2 Redes Solidárias de Comercialização e as Feiras Alternativas Campo Grande-MS	43
7.3 Soberania Alimentar, Autonomia Econômica e Práticas de Cuidado	46
7.4 Permanecer é Resistir: o papel das mulheres na construção de territórios vivos	48

8 NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA: CORPOS-TERRITÓRIOS, SABERES E PRÁTICAS	51
8.1 Metodologia Narrativa e Epistemologias do Sul	51
8.2 Agroecologia, Maternidade, Autonomia: dimensões interligadas	53
8.3 As Feiras como Espaços de Luta Política, Economia do Cuidado e Solidariedade	56
9 DIALOGANDO COM A REALIDADE: TRAJETÓRIAS DE VIDA E LUTA	60
10 MEMÓRIAS DAS MULHERES: AGROECOLOGIA ENTRELAÇANDO VIDAS	62
10.1 Lourdes: terra, recomeços e autonomia no campo	62
10.2 Patrícia: infância camponesa e enraizamento na terra	69
10.3 Denise: da cidade ao campo para viver melhor	77
10.4 Carline: a agrofloresta como escolha de vida e resistência cotidiana	80
10.5 Mariana: confiança nos questionamentos e propósito comum, a terra	88
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	104
APÊNDICE B – ENTREVISTA	106
APÊNDICE C - TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	108

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasce da minha própria história, atravessada pelo campo, pela educação e pelas relações que nele e a partir dele se teceram. Sou neta de assentados e vivi por três anos em um sítio, experiência que marcou profundamente minha forma de compreender a vida e me despertou o desejo de um dia retornar ao campo. Minha formação na Educação do Campo foi também decisiva, pois me aproximou de realidades diversas e de mulheres que se tornaram parceiras de luta e de caminhada. Foi nesse percurso que conheci Maria de Lourdes, colega de universidade, que se tornou referência de luta pela terra juntamente de sua filha, Patrícia de Souza, por quem, por meio da pesquisa, pude fortalecer laços de confiança e escuta mútua. Denise Diniz, avó do meu filho e grande amiga confidente dos processos da vida. Também tive a alegria de estreitar amizades com Carline Yumi, mulher referência na agrofloresta, mas principalmente pela habilidade de acolhimento e sensibilidade. Mariana Tebar, uma mulher jovem com maturidade. Essas mulheres não são apenas participantes de uma pesquisa, mas sujeitas de conhecimento que carregam em seus corpos-territórios a luta pela permanência na terra e pela dignidade de suas comunidades (Silvia Federici, 2017).

Minha escolha pela pesquisa narrativa está diretamente ligada a essa vivência: contar histórias não consiste somente em registrar fatos, mas compartilhar sentidos, afetos e resistências. Como afirma Jorge Larrosa (2014), a experiência é aquilo que nos toca e nos transforma, e só se torna comunicável na narrativa. Adotar esse caminho é, portanto, um gesto ético, pois reconhece que o conhecimento se constrói em diálogo e coautoria. A opção pela construção de um vídeo-documentário como parte deste trabalho reforça esse compromisso: mais do que um produto acadêmico, trata-se de uma linguagem potente que permite visibilizar memórias, práticas e vozes, democratizando o acesso ao conhecimento e compartilhando-o com as comunidades envolvidas (Paulo Freire, 1983; Roseli Salete Caldart, 2017).

Ao lado dessa dimensão pessoal e metodológica, esta pesquisa está situada em um contexto mais amplo. Vivemos uma crise climática que ultrapassa os limites técnicos e científicos e se inscreve como uma crise civilizatória (Enrique Leff, 2006), intensificada pelo modelo capitalista extrativista (Vandana Shiva, 2016; Eduardo Gudynas, 2011). Nesse cenário, a agroecologia se apresenta como projeto político de recomposição do metabolismo socioecológico de Miguel Ángel Altieri e Víctor Manuel Toledo (2011), fundado na reciprocidade, na justiça ecológica e na autonomia popular. As mulheres camponesas

investigadas reafirmam, em suas práticas, a vida, o cuidado e a solidariedade como fundamentos de um projeto civilizatório outro (Maria José Carneiro *et al*, 2012; Mônica Castagna Molina, 2015).

Dessa forma, com este estudo buscamos compreender como mulheres assentadas em Sidrolândia e Terenos (MS) constroem práticas de permanência sustentável na terra, articulando agroecologia, saberes populares e feiras alternativas em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. O problema que orientou a pesquisa pode ser sintetizado na pergunta: de que modo essas mulheres elaboram estratégias de resistência e de permanência no campo, diante das barreiras impostas pelo modelo hegemônico do agronegócio? Para respondê-la, definiu-se como objetivo geral investigar como essas mulheres articulam agroecologia, permanência na terra e resistência, por meio do acesso (ou não) a incentivos rurais e da construção de práticas comunitárias e solidárias.

Assim, mais do que um trabalho acadêmico, esta dissertação se justifica como registro e reconhecimento das vozes das mulheres camponesas do Cerrado sul-mato-grossense, na esperança de que sua força e sua poesia inspirem políticas públicas mais justas e colaborem para um futuro solidário, feminista e agroecológico.

A crítica feminista e agroecológica é essencial para tensionar os limites das políticas atuais. Como reforçam Federici (2017) e Nataly Guzmán e Diana Triana (2019), a luta por reconhecimento e redistribuição precisa estar conectada à valorização da reprodução da vida, à memória coletiva e à autonomia territorial das mulheres. É nesse horizonte que esta pesquisa busca se inscrever: visibilizando práticas, tensões e alternativas construídas pelas mulheres camponesas do Cerrado sul-mato-grossense.

Considerando a escassez de estudos que abordam de forma integrada os temas da agroecologia, políticas públicas, resistência camponesa e gênero sob o olhar das mulheres que atuam em feiras alternativas no Cerrado sul-mato-grossense, esta pesquisa se justifica pela urgência de compreender, registrar e fortalecer essas vozes e práticas. Ao final, espera-se contribuir tanto com a produção de conhecimento acadêmico quanto com a formulação de estratégias de desenvolvimento no campo justo, solidário e feminista.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

Como as mulheres do campo, assentadas de Sidrolândia e Terenos (MS), articulam a agroecologia, o acesso (ou ausência) a incentivos rurais e a construção de redes de comercialização solidária como estratégias de resistência e permanência sustentável na terra?

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Investigar como as mulheres do campo, assentadas de Sidrolândia e Terenos (MS), articulam a agroecologia, a permanência na terra e a resistência por meio do acesso (ou ausência) a incentivos rurais e da construção de práticas econômicas comunitárias e sustentáveis.

3.2 Objetivos Específicos

- Mapeamento de trajetórias de vida, organização e resistência de mulheres assentadas que participam das feiras alternativas de Campo Grande-MS;
- Identificação de tipos de incentivos rurais acessados por essas mulheres e análise das barreiras e limitações enfrentadas nesse processo;
- Compreensão acerca de como as práticas agroecológicas se articulam à permanência na terra e à construção de autonomia no trabalho da mulher do campo;
- Análise do papel político e social das feiras alternativas como espaços de comercialização, resistência econômica e construção de redes solidárias;
- Reflexões sobre como as experiências dessas mulheres podem contribuir para o fortalecimento de políticas públicas e estratégias autogeridas de desenvolvimento do campo com justiça de gênero.

4 Caminhos da Pesquisa

4.1 Conhecendo o chão que pisamos

A área de estudo compreende os municípios de Sidrolândia e Terenos, localizados no estado de Mato Grosso do Sul, e a cidade de Campo Grande, com foco específico nas práticas de resistência das mulheres do campo com a agroecologia, em meio ao acesso (ou ausência) de incentivos rurais. Esses territórios abrigam assentamentos da reforma agrária vinculados a diversos movimentos sociais de luta pela terra, como o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação de Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI-MS), Central Única de Trabalhadores (CUT-MS), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), entre outros. São caracterizados por práticas de agricultura familiar, experiências agroecológicas e articulações políticas, sociais e organizativas comunitárias. Já Campo Grande, capital do estado, constitui um local comum entre elas de comercialização dos excedentes da produção, especialmente nas feiras alternativas, que configuram espaços plurais de comercialização direta que vão além da lógica do mercado convencional, reunindo uma diversidade de expositoras e expositores que compartilham práticas sustentáveis e autorais.

Além disso, existem as ações promovidas por redes solidárias de comercialização, como o Enxame Agroecológico, uma rede que atua no fomento, produção e distribuição de produtos alimentícios agroecológicos, cujo principal canal de conexão desse grupo é a família de produtores do Lote 21, do assentamento Geraldo Garcia, em Sidrolândia - MS, onde residem Denise Diniz e Patrícia de Souza, ambas pedagogas, protagonistas deste estudo, e membras ativas do coletivo, que também conta com produtos de sítios vizinhos em suas cestas agroecológicas.

A cerca de 300 (trezentos) metros do lote 21, está localizado o Centro de Pesquisa Geraldo Garcia (CEPEGE), que se constitui como um espaço de referência na promoção de práticas agroecológicas voltadas à agricultura familiar e camponesa na região. São desenvolvidas atividades de pesquisa, experimentação e formação, buscando articular conhecimentos tradicionais e científicos na construção de sistemas produtivos sustentáveis, com foco na soberania alimentar, no fortalecimento dos territórios e na valorização do trabalho das mulheres no campo. Sua atuação é relevante para as comunidades assentadas da região por oferecer suporte técnico, incentivar práticas de manejo sustentável e contribuir na organização de processos coletivos de comercialização solidária. Neste sentido, a experiência

acumulada pelo CEPEGE dialoga diretamente com a permanência no campo, reorganização produtiva, práticas agroecológicas e resistência coletiva, além de um importante ponto de apoio para essa e outras mulheres.

Ainda no território de Sidrolândia, no Assentamento Che Guevara, reside mais uma das entrevistadas, mãe de Patrícia, Lourdes, militante desde 1996 do Movimento de Trabalhadores Sem Terra, hoje mesmo aposentada, que nos conta sobre sua dinâmica de subsistência na terra, por meio das feiras e auto-organização com mulheres do seu território e com as atividades do movimento social em que atua.

Em Terenos - MS, no Assentamento Campo Verde, a cerca de 60km da capital, encontramos Carline Yumi, uma mulher que retornou ao campo, e faz de seu sonho de comer o que planta, uma realidade pelo Sítio Primavesi. Ela vem, desde 2015, transformando a lógica exclusiva de bovinocultura de corte, com a implantação de Sistemas Agroflorestais, para a produção de alimentos, desde hortaliças, extrativismo de frutos nativos e um pólo educativo e comunitário com eventos organizados nos espaços voltados para fomentar agroecologia e estratégias de comercialização. Carline conta com o apoio de uma Engenheira Agrônoma, Mariana Tebar, que, além de suporte técnico, chegou ao sítio como voluntária para manejo dos SAF e tornou-se amiga, morando cerca de 8 (oito) meses na propriedade, dividindo, para além das demandas de cuidado com a terra, as vendas nas feiras e eventos, e também a vida.

A escolha dessas localidades se justifica pelas relações em rede, seja de família, amizades ou co-laboração, que se destacam pelas experiências protagonizadas por mulheres que articulam agroecologia, resistência territorial, produção coletiva e estratégias de permanência na terra.

4.2 Caminho Investigativo

Esta pesquisa foi realizada por meio de abordagem qualitativa, fundamentada metodologicamente na abordagem da pesquisa narrativa. De acordo com Caldart (2017), Freire (1983) e Larrosa (2014), compreender a experiência exige reconhecer o diálogo e a coautoria entre pesquisador/a e participantes, situadas/os em seus territórios e trajetórias históricas, de modo que a narrativa supere a função de registro, sendo prática formativa e política, reconhecendo as histórias de vida como formas legítimas de produção de conhecimento, especialmente no contexto das mulheres camponesas, cujas vozes são

frequentemente silenciadas. Alinhada às Epistemologias do Sul (Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses, 2009), com esta pesquisa reconhecemos a centralidade dos saberes oriundos das práticas cotidianas e das lutas dessas mulheres, valorizando suas experiências como práticas de resistência e produção de conhecimentos, em oposição à colonialidade do saber¹. Para a análise das narrativas, utilizamos a hermenêutica de profundidade de John Brookshire Thompson (1995), que nos permitiu uma leitura crítica e situada das falas, articulando suas dimensões sócio-históricas, discursivas e ideológicas, com vistas a compreender as formas de resistência, pertencimento e autonomia expressas pelas mulheres. Segundo Larrosa (2014), a experiência é sempre algo que nos toca e nos transforma, sendo inseparável da narrativa e da memória, é aquilo que se inscreve no corpo e na consciência, deixando marcas que organizam nosso modo de estar no mundo. É na narrativa que a experiência se torna comunicável, pois contar e recontar o vivido é também recriá-lo, atribuindo-lhe sentido. Nesse processo, a memória atua como elo entre o passado e o presente, permitindo que as histórias pessoais se articulem com dimensões coletivas e políticas. Nesta perspectiva, foram realizadas entrevistas narrativas com cinco mulheres do campo, sendo quatro delas assentadas e uma que estabelece vínculo direto com a produção de uma das participantes, porém moradora da cidade. Três atuam levando seus produtos às feiras alternativas de Campo Grande, enquanto uma delas faz seu escoamento dentro da comunidade e sob encomenda tanto para o município de Sidrolândia quanto para a capital. Elas foram selecionadas considerando seus papéis de liderança familiar e comunitária, bem como a inserção em movimentos sociais, comercialização em feiras, atuação com práticas agroecológicas e políticas públicas. Foram feitas 10 visitas de campo, ocorridas em suas residências e espaços de atuação, para a coleta das entrevistas e a captação de vídeos de acordo com a disponibilidade das participantes e a evolução da construção narrativa.

As entrevistas foram registradas em vídeo e áudio, com consentimento prévio, e complementadas com observações participantes em espaços de comercialização, formação e organização coletiva. Também foram produzidas anotações em caderno de campo e registros reflexivos da pesquisadora. Foi utilizado um questionário com nove questões para levantamento de dados básicos, além de vinte e uma questões como base para a condução das

¹ Termo desenvolvido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (1992) para descrever a dominação epistemológica imposta pelo eurocentrismo. A colonialidade do saber não se refere ao colonialismo histórico, mas à persistência de uma relação desigual de saber-poder que subalterniza, suprime ou invalida outras formas de conhecimento (indígenas, negro-africanas, camponesas, femininas) em favor de um modelo humanista e monocultural europeu, tornando as histórias locais europeias em projetos globais.

entrevistas narrativas, questões essas que foram sendo aprofundadas de acordo com o fluxo das falas. As respostas contribuíram para a construção da análise que constitui este texto e foram editadas para a produção de um vídeo documentário, disponibilizado na plataforma YouTube após validação das entrevistadas e da banca de avaliação, sendo importante material de divulgação científica e retorno às participantes e comunidades envolvidas, com finalidade de validação da narrativa e de sua luta.

Complementarmente, foram examinadas diversas referências bibliográficas, bem como programas públicos vigentes no estado do Mato Grosso do Sul, a fim de contextualizar as políticas de incentivo rural e de realizar um breve resgate do histórico agrário local e da formação do território, com fundamentos nos conceitos referência, para validação da pesquisa.

5 TERRITÓRIOS EM DISPUTA: AGRONEGÓCIO VERSUS O CERRADO, COMO CAMPO DE RESISTÊNCIA

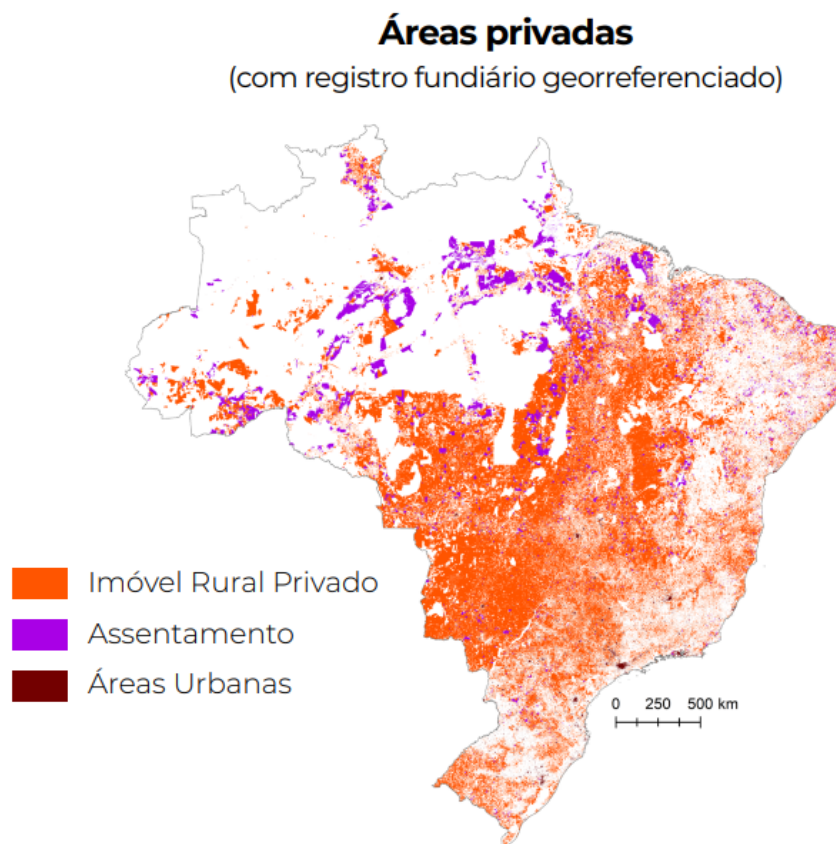
5.1 Histórico Agrário do Brasil e de Mato Grosso do Sul

O processo de formação da estrutura fundiária brasileira é marcado por profundas desigualdades históricas, com concentração de terras, expulsões sistemáticas e a criminalização das populações camponesas. Desde a colonização portuguesa, a terra foi tratada como mercadoria e símbolo de poder, estabelecendo uma lógica patrimonialista que ainda estrutura os conflitos no campo, assim caracterizada por Bernardo Mançano Fernandes (2000, 2008), Sérgio Buarque de Holanda (1936) e José de Souza Martins (1979; 1981, 1999).

Essa lógica de dominação colonial e capitalista operou, desde os seus primórdios, uma dissociação entre sociedade e natureza, antecipando a crise ecológica atual, conforme a concepção de “ruptura metabólica” desenvolvida pelo filósofo e economista Karl Marx e aprofundada por John Bellamy Foster (2005).

Esse processo ganha novos contornos com a modernização conservadora impulsionada durante a ditadura militar, no período de 1964 a 1985, que fortaleceu o agronegócio e promoveu o deslocamento forçado de comunidades inteiras para viabilizar grandes projetos empresariais, como trazem em suas obras José de Souza Martins (1981) e Guilherme Costa Delgado (2012). A concepção de desenvolvimento adotada nesse período consolidou a exclusão dos povos do campo das políticas públicas estruturantes, ampliando sua subalternização e a concentração fundiária.

Figura 1 - Concentração de terras no Brasil



Fonte: Coleção 9 do MapBiomias para o Cerrado (MapBiomias, 2024)

No contexto sul-mato-grossense, a disputa pela terra é intensificada pela expansão da fronteira agrícola sobre áreas do Cerrado. A partir da década de 1980, o Estado tornou-se um polo estratégico do agronegócio, com a intensificação da monocultura e da pecuária extensiva. Como destaca Manoel Soares de Oliveira Junior (2013), companheiro de uma das mulheres participantes desta pesquisa, em sua obra “Resistência e subalternidade na reprodução do campesinato”, essa expansão instaurou um conflito direto entre projetos antagônicos: de um lado, a racionalidade do capital; de outro, os modos de vida camponeses, que articulam trabalho, pertencimento e resistência territorial.

Os assentamentos criados a partir das lutas por reforma agrária em Sidrolândia e Terenos expressam essa resistência. Neles, práticas de reorganização produtiva, partilha coletiva e afirmação identitária desafiam o modelo agroexportador. Como propõe Fernandes (2013), permanecer no campo é resistir e recriar territórios vivos, uma afirmação política e ecológica frente à lógica da mercadoria.

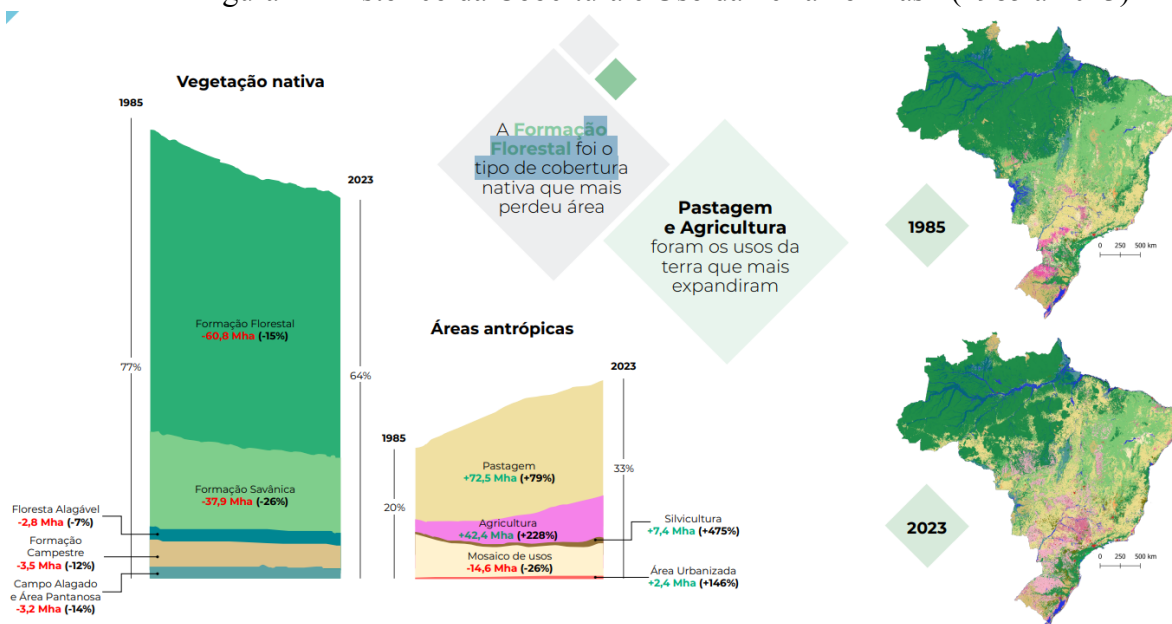
Entretanto, as análises clássicas da questão agrária muitas vezes invisibilizam o papel das mulheres na reconfiguração do campo. Com este trabalho buscamos justamente

tensionar esse silenciamento, ao investigar as formas de atuação e resistência das mulheres assentadas que constroem alternativas sustentáveis por meio da agroecologia e da participação nas feiras alternativas de Campo Grande.

5.2 A Expansão do Agronegócio e a Disputa pelo Território no Cerrado

A consolidação do agronegócio como modelo dominante de desenvolvimento no Brasil intensificou os conflitos territoriais no campo, especialmente no bioma Cerrado. Caracterizado por sua biodiversidade única e pelo desafio da preservação ambiental em face da expansão agrícola, esse bioma é uma região de extrema importância para a agricultura brasileira. Historicamente, a expansão do agronegócio tem gerado impactos significativos na sustentabilidade ambiental e social das comunidades rurais. Impulsionado pelas reformas neoliberais da década de 1990, o setor passou a ocupar áreas antes destinadas à agricultura camponesa e à biodiversidade nativa, promovendo desmatamento, concentração fundiária e expulsão das populações do campo (Delgado, 2012; Fernandes, 2013). O Cerrado, nesse processo, foi convertido em fronteira agrícola estratégica - o “celeiro do mundo”, ao custo da degradação ambiental e da desarticulação dos sistemas produtivos locais.

Figura 2 - Histórico da Cobertura e Uso da Terra no Brasil (1985 a 2023)



Fonte: Coleção 9 do MapBiomias para o Cerrado (MapBiomias, 2024)

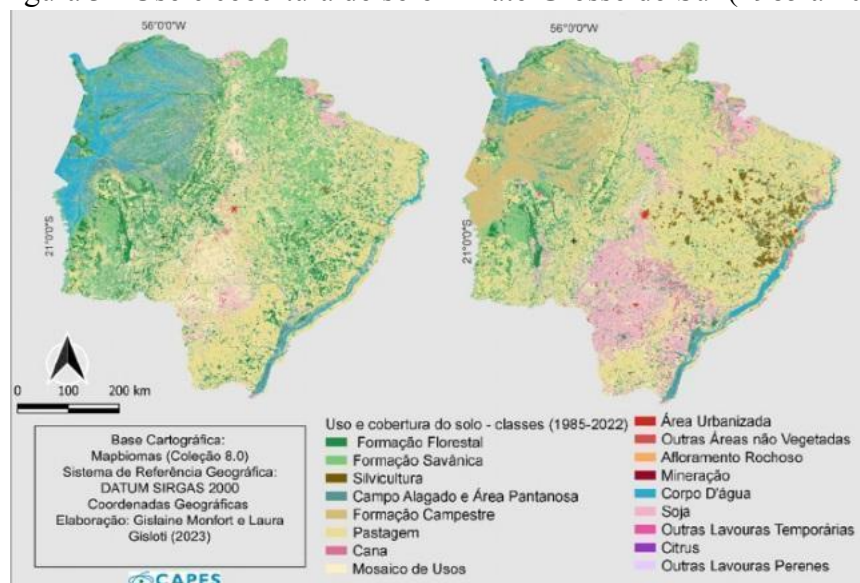
Segundo os resultados da Coleção 9 do MapBiomias para o Cerrado (MapBiomias, 2024), a agropecuária no Cerrado passou de 28% para 47% da ocupação do território entre 1985 e 2023. Nesse período, cerca de 38 milhões de hectares de vegetação nativa foram suprimidos, representando uma queda de 27% da cobertura original; atualmente, 9,7 milhões de hectares (10% do bioma) são cobertos por vegetação secundária. Proporcionalmente ao seu tamanho, o Cerrado e o Pampa são os biomas que mais perderam área de vegetação nativa. No Pantanal, a redução mais expressiva foi registrada na superfície de água, que passou de 21% em 1985 para apenas 4% em 2023, com consequente aumento das áreas de vegetação herbácea e arbustiva de 36% para 50% do bioma, embora apenas 200 mil hectares (2% da cobertura) sejam considerados vegetação secundária (MapBiomias, 2024). O ano de 2023 foi marcado pelo maior desmatamento recente no Cerrado, com 1.110.326 hectares derrubados, um aumento de 68% em relação a 2022, conforme o Relatório Anual de Desmatamento (RAD) do MapBiomias (2024).

Em Mato Grosso do Sul, os desmatamentos somaram 82,6 mil hectares, sendo 39,4 mil no Cerrado e 43,3 mil no Pantanal. Esses números revelam a magnitude da destruição e evidenciam que, mesmo com menor visibilidade midiática em relação à Amazônia, o Cerrado é protagonista da devastação ambiental no país. Ainda que o relatório tenha apontado uma queda expressiva de 32,4% no desmatamento nacional, o Cerrado permanece como o bioma mais afetado historicamente, com perda total de 652.197 hectares, representando mais da metade da supressão de vegetação no Brasil, sobretudo no Matopiba², que concentrou 75% dessa área. Apesar de alguns avanços, as pressões sobre o território seguem intensas e exigem estratégias de resistência territorial e epistemológica.

Entre 1985 e 2023, o bioma perdeu cerca de 28% de sua vegetação nativa, sendo aproximadamente 50% da conversão do solo direcionada para monocultura e pastagem no Brasil, segundo os resultados da Coleção 9 do MapBiomias (2023). Esses dados reforçam a tendência crítica e alertam para o avanço do capital sobre territórios coletivos e tradicionais, com consequências graves para a biodiversidade e os modos de vida das comunidades que vivem e trabalham nesses espaços.

² Acrônimo que denomina a região de expansão agrícola formada pela fronteira de quatro estados brasileiros, abrangendo áreas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. O desenvolvimento agropecuário e agroindustrial da região é regulamentado pelo Decreto nº 8.447 de 2015, que instituiu o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA-Matopiba). A expansão da agricultura no Matopiba tem sido uma das maiores pressões sobre a vegetação nativa do Cerrado, concentrando a maior parte do desmatamento recente na última década.

Figura 3 - Uso e cobertura do solo - Mato Grosso do Sul (1985 a 2022)



Fonte: Monfort e Gislotti (2023)

Essa lógica de conversão da terra em ativo financeiro aprofunda a financeirização da natureza e a expropriação das comunidades camponesas. Como destaca Foster (2005), esse processo é expressão da ruptura metabólica promovida pelo capital, que rompe o equilíbrio entre sociedade e natureza. Jason W. Moore (2015) propõe o conceito de Capitaloceno para sublinhar que a devastação ambiental não é fruto de uma ação humana genérica, mas do capital como agente histórico da crise ecológica.

No contexto sul-mato-grossense, especialmente nas áreas dos assentamentos das participantes desta pesquisa, essa dinâmica é visível. De um lado, o avanço das monoculturas e do agronegócio; de outro, a resistência camponesa e agroecológica. Segundo Oliveira Junior (2013), essa é uma disputa entre projetos: o campo como negócio versus o campo como território de vida.

Além de sua força econômica, o agronegócio promove uma narrativa simbólica de progresso e modernização, que apaga os modos de vida camponeses e reforça a marginalização das mulheres em seus próprios territórios, e também marginaliza reconfigurações produzidas por essas mulheres por meio de práticas que conectam produção, cuidado e autonomia, que são fundamentais para a formulação das políticas públicas.

Como reforçam Ricardo Abramovay (1992), e Gislaine Monfort e Laura Gislotti (2024), o avanço do capital sobre a terra é também um processo de transformação política do espaço agrário. A financeirização, o uso de zonas de exceção e o desmonte das políticas públicas configuram um cenário de aprofundamento da desigualdade territorial. Frente a esse

cenário, as estratégias locais das mulheres camponesas não são apenas reações: são alternativas ativas, práticas insurgentes e formas de refazer o mundo a partir do chão do campo. Dessa maneira, são também práticas de memória intergeracionais.

O avanço do agronegócio no Cerrado ameaça a biodiversidade e coloca em risco as práticas tradicionais de extrativismo e manejo sustentável, historicamente desenvolvidas por comunidades camponesas, quilombolas e indígenas como formas de permanência e cuidado com o território. A intensificação das monoculturas e a financeirização da terra têm restringido o acesso aos territórios coletivos, desestruturando formas de organização social baseadas na reciprocidade, no cuidado e na partilha, e colocando em risco a continuidade desses saberes e das próprias comunidades que os praticam como nos traz Rogério Antônio de Almeida (2012). Essa ofensiva sobre os bens comuns ameaça práticas como a coleta de guavira, jatobá, pequi, baru, cagaita, entre outras espécies, bem como a gestão das sementes nativas e das plantas medicinais, que articulam o modo de vida, a cultura e a subsistência das famílias camponesas.

Além disso, a disputa transcende o campo material da terra e da renda, chegando ao plano simbólico e ideológico: o fortalecimento da narrativa do agronegócio como sinônimo de desenvolvimento, progresso e modernização criam barreiras para a valorização das práticas agroecológicas e extrativistas, inclusive entre os grupos que representam minorias sociais do campo, que muitas vezes acabam reproduzindo esse discurso hegemônico. Como alerta Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), o agronegócio não apenas altera a paisagem, mas expropria a terra e apaga as formas de vida que dela brotam. Ao se apropriar dos territórios, constrói-se uma lógica produtiva que destrói diversidade ecológica, invisibiliza saberes locais e inviabiliza modos de vida que se sustentam na solidariedade, no cuidado e na autonomia. Esse apagamento simbólico é tão nocivo quanto a devastação ambiental, pois mina os fundamentos culturais, políticos e sociais que sustentariam estratégias efetivas de resistência.

5.3 Agricultura Familiar e Agroecologia: contrapontos ao modelo dominante

Em meio à hegemonia do agronegócio, a agricultura familiar camponesa carrega em sua história a produção cotidiana de uma alternativa estruturante para o desenvolvimento sustentável e a permanência no campo. De acordo com a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para ser classificado como agricultura familiar, o estabelecimento deve ser de pequeno porte (até 4

módulos fiscais); ter metade da força de trabalho familiar; a atividade agrícola no estabelecimento deve compor, no mínimo, metade da renda familiar; e ter gestão estritamente familiar.

É fundamental distinguir o discurso midiático do “*Agro é pop*”, lançado em 2016 pela Rede Globo, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que glamouriza o agronegócio como sinônimo de modernidade, do projeto político da agricultura familiar camponesa, reconhecido pela Lei 11.326/2006. A retórica do agronegócio busca apresentar-se como um bloco homogêneo, apagando as diferenças internas entre grandes exportadores de *commodities* e pequenos produtores, para legitimar-se socialmente e unificar a pauta de seus interesses econômicos e políticos. Como aponta Fernandes (2013), essa homogeneização constitui um projeto ideológico, no qual o agronegócio se apropria da legitimidade simbólica da agricultura familiar, vinculada à produção de alimentos e à diversidade cultural, para sustentar um modelo centrado na expansão da monocultura e do capital. Ao tratar o agro como unidade indissociável, o discurso publicitário mascara contradições fundamentais: de um lado, um projeto que defende a vida, a diversidade produtiva e a soberania alimentar; de outro, um projeto orientado pelo lucro. Reconhecer essa diferença é essencial para compreender as disputas de território e de modelo de desenvolvimento que atravessam o campo do país inteiro, mas especialmente no Centro-Oeste.

Ao articular práticas agroecológicas com estratégias de reprodução social, a agricultura familiar se diferencia da lógica do capital por seu vínculo com o território, a biodiversidade e os modos de vida coletivos, de acordo com Eric Sabourin (2017) e Ana Primavesi (2002). No Cerrado sul-mato-grossense, essas práticas se expressam em quintais produtivos, bancos de sementes, sistemas agroflorestais e feiras alternativas, especialmente protagonizadas por mulheres assentadas.

Conforme destaca Primavesi (2002), cuidar do solo é cuidar da vida, e essa perspectiva ecológica do solo está intimamente ligada à sustentabilidade dos sistemas produtivos familiares. Sabourin (2017), nesse mesmo sentido, afirma que a agroecologia permite a reprodução das sociedades camponesas a partir de suas lógicas próprias, baseadas na reciprocidade, no trabalho familiar e na gestão coletiva do território.

Estudos como o de Almeida (2012) e Ronaldo São Romão Sanches (2017) revelam que os desafios enfrentados por famílias assentadas vão desde a precariedade da assistência técnica até a fragilidade de políticas públicas voltadas à agricultura de base ecológica. Apesar

disso, a resiliência das comunidades se manifesta na articulação de experiências autônomas de produção, como observamos nos municípios de Terenos e Sidrolândia. Essas práticas reafirmam o campo como espaço político de construção do bem viver e de resistência à lógica do agronegócio.

A agroecologia não é apenas um conjunto de técnicas, mas uma proposta ética, cultural e política de enfrentamento à crise civilizatória (Leff, 2006). A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA, 2022) enfatiza que os territórios agroecológicos são também territórios de luta e *re-existência*, onde práticas como os quintais produtivos, os bancos de sementes e as feiras alternativas conectam produção e emancipação.

Enquanto a lógica capitalista prioriza o lucro e a extração intensiva, a agricultura familiar organiza-se com base no cuidado com a vida, nos saberes ancestrais e na autonomia alimentar e política, pois cuidar do solo é cuidar da vida. Esse cuidado extrapola uma abordagem meramente técnica, assumindo uma dimensão espiritual e comunitária, como defendem os movimentos agroecológicos ao tratar da terra como bem comum (ANA, 2022; Primavesi, 2002).

Nesse horizonte, a agroecologia articula também a crítica à ruptura metabólica entre sociedade e natureza (Foster, 2005). A lógica extrativista do capital, ao romper com os fluxos naturais, provoca degradação dos solos, esgotamento da biodiversidade e contaminação dos corpos. Para autores como Shiva (2016) e Moore (2015), a agroecologia representa um caminho de recomposição ecológica e justiça territorial, ao conectar produção com cuidado e autonomia com pertencimento.

5.4 Mulheres e Resistência Territorial: o corpo como fronteira de luta

A luta das mulheres camponesas por permanência na terra articula, de forma indissociável, os conflitos por território e os enfrentamentos cotidianos inscritos em seus corpos. Como propõe Guzmán e Triana (2019), o corpo das mulheres do campo é também território: espaço de memória, afeto, espiritualidade e insurgência. Essa concepção é aprofundada por Federici (2017), ao afirmar que o corpo das mulheres foi o primeiro território colonizado pelo capital, submetido à expropriação de sua força reprodutiva e à invisibilização de seu trabalho. Nas dinâmicas agrárias, essa violência se expressa na marginalização das mulheres nos processos decisórios, na sobrecarga do trabalho doméstico e produtivo e na sua exclusão das políticas públicas.

Figura 4 - Mulheres no campo



Fonte: Mulheres Rurais: Censo Agro 2017 (MAPA; EMBRAPA; IBGE, 2020)

No contexto do Cerrado sul-mato-grossense, as práticas agroecológicas são a materialização da resistência a essa dinâmica, na produção em quintais, nas partilhas de sementes e nas feiras alternativas, onde as mulheres constroem redes de cuidado e formas de autonomia coletiva. Luciana Pereira Higino, Gislaíne Monfort e Laura Gisloti (2023) observam que tais redes atuam como formas de autodefesa dos corpos-territórios frente à violência patriarcal e ao avanço do capital. Como destacam Sandra Procópio da Silva e Jatene da Costa Matos (2014), a produção agroecológica realizada por mulheres é frequentemente invisibilizada pelas estatísticas e pelas políticas públicas, apesar de constituir a base da soberania alimentar nos territórios camponeses. Pelas experiências em Sidrolândia e Terenos, é justamente nesse corpo que se enraíza a resistência. A produção nos quintais, os saberes das ervas, a autogestão nas feiras e os mutirões são práticas que ressignificam o território como espaço de autonomia e reexistência.

Essas práticas constituem uma pedagogia encarnada, como argumenta Oliveira Junior (2013), que constrói saberes situados na experiência coletiva e na ancestralidade. Caldart (2017) reforça essa dimensão ao propor que a educação do campo nasce da práxis, do fazer cotidiano que articula conhecimento, política e transformação. Essa resistência cotidiana também é política e educativa, como demonstram os estudos de Marcos Roberto Pires

Gregolin e Cristiane Moraes Marinho (2023), ao evidenciarem o papel das mulheres na extensão popular e na educação do campo.

A presença feminina nas feiras alternativas de Campo Grande constitui, assim, mais do que uma estratégia econômica: consiste em uma afirmação territorial, política e epistêmica³. Inspiradas pelo feminismo comunitário, essas mulheres transformam seus corpos em territórios de resistência e recriam o campo como espaço de cuidado, solidariedade e reexistência (Guzmán e Triana, 2019; Rafaela Borges Kempf *et al*, 2022). Ao reconhecer as feiras alternativas como espaços de produção de conhecimento, cuidado e renda, esta pesquisa reivindica o protagonismo das mulheres como guardiãs dos territórios vivos e das sementes da esperança. Como conclui Ailton Krenak (2019), esperar é recusar o colapso imposto e reinventar mundos com as mãos que plantam, cozinham, curam e organizam, e resistir é adiar o fim do mundo, e essas mulheres o fazem diariamente, com mãos que plantam, cozinham, curam e lutam por um futuro enraizado na dignidade, na solidariedade e na terra.

³ “Epistêmico” é o termo consagrado em autoras como Catherine Walsh (2009) e Miranda Fricker (2007), para tratar das posições de enunciação, injustiças, insurgências e práticas de produção de conhecimento. Diferencia-se de “epistemológico”, que se refere ao campo teórico da epistemologia. Na literatura das epistemologias do Sul, feminismos decoloniais e epistemologias indígenas, o termo “epistêmico” é o adequado para designar práticas e lugares de produção de saber, especialmente de grupos historicamente subalternizados.

6 INCENTIVOS RURAIS, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO

6.1 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil

A formulação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil constitui uma resposta histórica às desigualdades estruturais do campo e ao avanço do agronegócio como modelo dominante de desenvolvimento. Programas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) surgem como instrumentos para apoiar a produção camponesa, garantir segurança alimentar e fortalecer economias locais (Cátia Grisa; Sergio Schneider, 2014; José Eli da Veiga, 1999).

Essas políticas representam diferentes fases e enfoques do Estado brasileiro em relação à agricultura familiar. Segundo Grisa e Schneider (2014), a primeira geração de políticas (anos 1990) foi marcada pela introdução do PRONAF como política de crédito rural. A segunda geração (anos 2000) introduziu programas de compras públicas (como o PAA e o PNAE) com o objetivo de articular produção e consumo. Já a terceira geração, mais recente, busca integrar dimensões territoriais e de sustentabilidade. Apesar dos avanços, ainda persistem desigualdades no acesso e na efetividade dessas ações, especialmente entre mulheres e jovens rurais.

Com o intuito de enfrentar parte dessas desigualdades, foi criada em 2003 a linha PRONAF Mulher, destinada a agricultoras familiares com o objetivo de fomentar sua autonomia produtiva e econômica. Essa modalidade visa estimular o protagonismo feminino na gestão dos estabelecimentos rurais, sendo reconhecida como uma conquista dos movimentos de mulheres do campo. No entanto, estudos como os de Silva e Matos (2014) e o relatório Autonomia e Cidadania (Brasil, 2013) demonstram que os entraves no acesso ao crédito persistem, especialmente devido à desinformação sobre os procedimentos, à burocracia institucional e à persistente concentração da titularidade das terras em nome dos homens.

Essas dificuldades se refletem, por exemplo, na emissão da Declaração de Aptidão (DAP) ao PRONAF, frequentemente registrada apenas em nome dos homens, o que marginaliza a figura feminina mesmo quando ela exerce papel central na produção agrícola. Além disso, o desconhecimento sobre o endividamento da unidade familiar, muitas vezes vinculado ao cônjuge, impede que as mulheres consigam acessar novas linhas de crédito,

ampliando sua vulnerabilidade econômica. Esse cenário reforça a crítica feminista às estruturas patriarcais que seguem operando nas políticas públicas de desenvolvimento rural.

Dados do último Censo Agropecuário do IBGE (2017) indicam que as mulheres são titulares de cerca de 18,7% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, um avanço em relação aos 12,7% registrados em 2006, contudo ainda enfrentam limitações significativas no acesso a políticas como crédito, assistência técnica e infraestrutura. Essa exclusão estrutural evidencia a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e intersetoriais, que garantam titularidade compartilhada, acesso qualificado à informação e suporte técnico com abordagem sensível às desigualdades de gênero.

Complementarmente, o mesmo Censo (IBGE, 2017) revela que, embora as mulheres representem mais de 30% das responsáveis por estabelecimentos familiares, sua participação efetiva nos programas ainda é reduzida. Estudos como o de Almeida (2012), no Mato Grosso do Sul, apontam a precariedade da assistência técnica e da extensão rural como fatores que limitam o acesso qualificado às políticas, especialmente nos assentamentos.

Sanches (2017), ao analisar a agricultura familiar em Terenos-MS, evidencia que o acesso a políticas como o PAA e o PNAE tem sido fundamental para a sustentabilidade das iniciativas agroecológicas, porém ainda enfrenta entraves burocráticos, técnicos e de infraestrutura. Isso reforça a necessidade de ampliar a formação e o acompanhamento técnico com abordagem agroecológica e com atenção às especificidades de gênero e juventude.

Nesse sentido, autores como Francisco Roberto Caporal e Jefferson Costabeber (2004) e Heloísa Machado Araújo *et al.* (2011) defendem a extensão rural crítica como instrumento de mediação entre saberes técnicos e populares, valorizando a educação do campo e a construção participativa do conhecimento. Essa perspectiva dialoga com Freire (1983) e Molina (2010), ao enfatizar a comunicação horizontal, a pedagogia da escuta e o protagonismo das comunidades como princípios ético-políticos da ação extensionista.

É importante reconhecer que, embora o PRONAF, o PAA e o PNAE tenham se constituído como políticas públicas inovadoras e fundamentais para a agricultura familiar, seu alcance ainda é limitado frente à força do agronegócio. Como afirma Delgado (2012), há uma tensão estrutural entre as estratégias de mercado e as políticas distributivas. Superar essa tensão exige continuidade e o aprimoramento dessas políticas com base na justiça agrária, no enfoque agroecológico e na centralidade das mulheres e da juventude do campo.

6.2 Incentivos Autogeridos e Experiências Comunitárias

Para além das políticas estatais, iniciativas autogeridas por comunidades camponesas têm se consolidado como formas eficazes de incentivo à permanência na terra, especialmente entre mulheres organizadas coletivamente. Essas ações se apoiam na reciprocidade, na solidariedade e na reprodução socioterritorial da vida, como demonstrado em experiências como o CEPEGE, que articula produção agroecológica, formação técnica e autonomia econômica local (Patrícia de Souza Ferreira *et al*, 2017).

Segundo Maria Silva (2020), essas práticas compensam a ausência de políticas públicas sensíveis à realidade camponesa, inaugurando formas alternativas de organização socioprodutiva. A agroecologia se faz como pedagogia do território Caldart (2017), e uma estratégia de autonomia construída a partir das práticas das mulheres nos quintais, nas roças coletivas, nas cozinhas comunitárias e nos fundos rotativos.

Além da dimensão prática, essas ações também possuem uma dimensão epistêmica, pois se baseiam em saberes ancestrais, na troca de experiências e na pedagogia da alternância como forma de formação e resistência (Caldart, 2017; e Molina, 2010). Trata-se de uma extensão popular do campo, que, como apontam Araújo *et al* (2011), forma sujeitos políticos críticos e protagonistas das transformações nos seus territórios.

A atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) ocupa lugar central na organização de políticas de formação, pesquisa e extensão voltadas ao meio rural. O SENAR, criado pela Lei nº 8.315/1991, é uma entidade vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e tem como finalidade promover a formação profissional e a difusão de tecnologias voltadas ao setor agropecuário (SENAR, 2024). A EMBRAPA, por sua vez, criada em 1973, é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) que tem como missão gerar conhecimento, inovações tecnológicas e soluções sustentáveis para a agricultura brasileira (EMBRAPA, 2024). Ambas desempenham papel relevante na difusão de práticas produtivas e no apoio à agricultura familiar e a assentadas e assentados, contribuindo para ampliar o acesso à informação e à preparação técnica.

No entanto, a atuação de ambos apresenta limitações, pois o SENAR tende a priorizar a lógica da competitividade e da produtividade alinhada ao agronegócio, nem sempre considerando a diversidade sociocultural de participantes beneficiárias/os. Já a EMBRAPA enfrenta o desafio de traduzir suas pesquisas em políticas públicas acessíveis e

efetivas para pequenas/os produtoras/es e comunidades tradicionais. Assim, embora representem importantes instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural, a efetividade de suas ações depende de maior aproximação com as demandas concretas de agricultoras e agricultores familiares e camponesas e camponeses, de modo a valorizar práticas agroecológicas e a reduzir as desigualdades históricas de acesso a incentivos e tecnologias (Caporal e Costabeber, 2004).

A Coleção “*Agroecologia e Políticas Públicas: subsídios para a incidência nos municípios*”, lançada pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em 2022, é composta por quatro cadernos pedagógicos de caráter estratégico e de ação política local. Em cada volume é abordada uma dimensão fundamental para fortalecer a agroecologia nos territórios. Em seus cadernos são apresentados conceitos básicos sobre o funcionamento do Estado sob uma perspectiva de agroecologia, instrumentos para que movimentos e sociedade civil construam agendas públicas eficazes, orientações práticas sobre acesso e engajamento com os recursos municipais e destaques à centralidade da transparência e da comunicação popular para promover a participação democrática.

Esses materiais se diferenciam por combinar conteúdo teórico com recursos visuais, linguagem acessível e orientações práticas, constituindo-se como ferramentas fundamentais de apoio à incidência política a partir dos territórios. A transição agroecológica no Brasil acontece, sobretudo, por práticas de partilha de saberes e de solidariedade, para além das políticas institucionais, sendo experiências autônomas das comunidades, não mediadas pelo Estado ou por lógicas de mercado, que têm se mostrado mais duráveis e ajustadas às condições reais das mulheres camponesas. A metodologia de camponês a camponês, como explicam Kalil Siqueira da Luz *et al* (2024), mostra que a agroecologia não se difunde pela transmissão vertical de técnicas, mas pela troca horizontal, em que agricultoras e agricultores compartilham suas experiências, erros e conquistas.

As experiências nos assentamentos de Sidrolândia e Terenos mostram que, mesmo em contextos de precariedade, as mulheres organizam redes de troca de sementes, mutirões de plantio, feiras alternativas e momentos formativos autogeridos. Essas práticas constituem o que Oliveira Junior (2013) denomina de “infraestruturas do comum”: estruturas construídas coletivamente com base em confiança, horizontalidade e cuidado, que garantem a permanência na terra para além da institucionalidade.

6.3 Desigualdade de Acesso e Invisibilização das Mulheres nas Políticas de Incentivo

Diante da crise ecológica e da intensificação das desigualdades sociais, autores como Leff (2006) e Shiva (2016) alertam que as políticas de incentivo formuladas dentro do modelo capitalista operam como falsas soluções, mantendo intactas as estruturas que geram a exclusão no campo. O discurso da sustentabilidade, quando desvinculado da justiça territorial e de gênero, tende a reforçar desigualdades sob uma estética institucional de inclusão. Nesse contexto, torna-se urgente pensar incentivos que superem a distribuição de recursos, e consigam transformar as relações de poder nos territórios.

As políticas públicas destinadas à agricultura do campo apresentam avanços importantes, porém, continuam sendo desenhadas e operadas a partir de uma lógica que desconsidera as desigualdades estruturais de gênero que afetam o acesso das mulheres aos recursos, programas e benefícios. A ideia de um sujeito universal da política pública, geralmente identificado como o agricultor chefe de família, homem, alfabetizado e formalizado, exclui uma parcela significativa das mulheres camponesas, cujas trajetórias não se encaixam nos moldes institucionais vigentes (ANA, 2022).

Em razão da baixa porcentagem de mulheres como protagonistas no campo, aquelas são prejudicadas tendo em vista o quesito “elegibilidade” às políticas públicas existentes. Além disso, muitos desses programas exigem documentos como a DAP, escrituras de terra ou participação em cooperativas formais, barreiras que penalizam especialmente mulheres em contextos de informalidade, violência patrimonial ou sobrecarga de trabalho reprodutivo.

Essa condição é agravada pelo fato de que muitas práticas produtivas desenvolvidas por mulheres, como hortas, quintais, processamento artesanal e atividades de cuidado com animais, não são reconhecidas como “produção” nos registros oficiais. Como observa Oliveira Junior (2013), a invisibilização é também uma forma de subalternização, pois nega valor político às formas de resistência que as mulheres constroem cotidianamente em seus territórios.

Apesar dos avanços nas políticas públicas, as mulheres camponesas em Sidrolândia e Terenos ainda enfrentam desafios significativos em relação ao acesso aos recursos e incentivos rurais, muitas vezes devido à invisibilização de seu trabalho e sua baixa participação nas decisões políticas. A agroecologia destaca como as mulheres desempenham um papel essencial na produção agroecológica, contudo, frequentemente, têm seu trabalho desvalorizado ou não reconhecido nas políticas públicas (Silva e Matos, 2014).

Caroline Becher e João Klug Klanovicz (2016) também apontam que o desenho institucional de políticas como o PRONAF não contempla as especificidades de gênero, contribuindo para a reprodução de assimetrias históricas. Sirlei Aparecida Fernandes (2013) destaca ainda a ausência de critérios objetivos que garantam a transversalidade de gênero nos processos de seleção e execução das políticas de crédito rural.

Além disso, práticas de agroecologia e sistemas de comercialização solidária com protagonismo feminino são frequentemente marginalizados por programas que favorecem lógicas de produtividade convencional. Isso agrava a dificuldade de acesso das mulheres aos recursos públicos, como evidenciam Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) (2022) e Federici (2020), ao apontarem que o vínculo entre produção e reprodução social é historicamente invisibilizado nas políticas agrícolas. A FAO destaca que, embora as mulheres representem parcela significativa da força de trabalho na agricultura, elas enfrentam limitações estruturais no acesso a crédito, assistência técnica e propriedade da terra. Federici (2020), por sua vez, argumenta que essa marginalização decorre de uma separação entre o trabalho produtivo (valorado pelo mercado) e o reprodutivo (desconsiderado nas políticas públicas), sendo este último exercido majoritariamente pelas mulheres. Tal cisão resulta na desvalorização de práticas essenciais à soberania alimentar e à sustentabilidade dos territórios, como o cuidado com sementes, a manutenção de hortas e o preparo dos alimentos.

Os relatos das participantes da pesquisa evidenciam que muitas mulheres acessam os incentivos por meio de intermediários (maridos, filhos, lideranças masculinas), o que compromete sua autonomia e reforça a dependência institucionalizada. A lógica técnico-burocrática das políticas não considera os saberes locais, os tempos do cuidado ou a diversidade dos arranjos produtivos femininos. Isso revela a urgência de políticas com perspectiva de gênero, territorialidade e justiça reprodutiva.

6.4 Lacunas e Desafios: entre o discurso da igualdade e a realidade nos assentamentos

Como apontam Gudynas (2011) e Foster (2005), os modelos de desenvolvimento que ignoram os saberes e as formas de organização comunitária dos povos do campo falham em seus objetivos e aprofundam a crise ecológica e social. O chamado “capitalismo verde” busca compatibilizar exploração e conservação, sem romper com as bases da lógica extrativista que historicamente violenta os territórios e seus sujeitos. Essa crítica amplia o olhar para além da

execução técnica das políticas públicas, situando os desafios em uma disputa civilizatória mais ampla.

Embora o discurso da igualdade de gênero esteja cada vez mais presente nas diretrizes das políticas públicas para a agricultura do campo, há uma profunda distância entre essa narrativa normativa e a experiência concreta das mulheres nos territórios. A performatividade desse discurso, ou seja, sua repetição sem transformação estrutural, tem servido muitas vezes como instrumento de legitimação das instituições, mas não como promotor real de acesso, reconhecimento ou redistribuição de poder (ANA, 2022).

A luta pela terra no Cerrado sul-mato-grossense, especialmente nos municípios de Sidrolândia e Terenos, é marcada pela atuação de diversos movimentos sociais que reivindicam a democratização do acesso à terra e a construção de um modelo de desenvolvimento rural justo e sustentável. Inseridos em um território historicamente dominado pela concentração fundiária e pela expansão do agronegócio, esses movimentos protagonizam ações políticas e pedagógicas que desafiam as estruturas de poder e constroem alternativas enraizadas nos princípios da agroecologia, da soberania alimentar e da justiça social.

Esses movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), apresentam características comuns que os definem enquanto sujeitos coletivos da reforma agrária popular. Sua organização é baseada em núcleos comunitários, com decisões construídas de forma coletiva e horizontal, onde a ação direta, sobretudo por meio das ocupações de terras improdutivas, se coloca como instrumento legítimo de reivindicação frente à lentidão e omissão do Estado.

Apesar das conquistas acumuladas ao longo das últimas décadas, a política de reforma agrária no Brasil encontra-se em grande parte paralisada. Como analisa Martins (1981; 1999), a democratização da terra sempre foi atravessada por contradições históricas que explicam a morosidade estatal e a dificuldade de enfrentar os interesses do latifúndio. Fernandes (2013) acrescenta que o avanço do agronegócio se consolidou como um projeto ideológico que bloqueia a efetivação da reforma agrária, ao mesmo tempo em que expropria comunidades e homogeneiza territórios. Nesse contexto, a permanência de milhares de famílias em situações de vulnerabilidade não pode ser compreendida tão só como ausência de política pública, mas ainda como efeito da expansão de um modelo de desenvolvimento que invisibiliza outras formas de vida. Para Carneiro *et al* (2012), as lutas camponesas são

também lutas por reconhecimento e reprodução social, de modo que os movimentos no Cerrado sul-mato-grossense reivindicam terras construindo experiências de resistência e reexistência, enraizadas na solidariedade, no trabalho coletivo, na agroecologia e na valorização dos saberes.

A implementação de políticas públicas voltadas para a agroecologia e a sustentabilidade ainda esbarra em desafios como a falta de integração entre as instituições governamentais e as organizações locais, e a persistência da lógica de mercado do agronegócio, que dificulta a adoção ampla dessas práticas. O fortalecimento de redes comunitárias e o apoio à agroecologia autossustentável são, portanto, essenciais para superar esses desafios e permitir que as mulheres camponesas desempenhem um papel central na construção de territórios sustentáveis (ANA, 2022).

Ferreira *et al* (2017) demonstram que, apesar do protagonismo de mulheres camponesas em iniciativas agroecológicas no CEPEGE, a ausência de políticas públicas ajustadas à realidade desses coletivos compromete sua sustentabilidade. Essa lacuna é também evidenciada por Becher e Klanovicz (2016), que argumentam que muitas políticas públicas operam com uma visão binária e androcêntrica do espaço produtivo, invisibilizando o trabalho das mulheres.

Nos assentamentos de reforma agrária, como os de Sidrolândia e Terenos, as mulheres enfrentam múltiplos entraves para acessar os direitos que, em tese, já lhes estão garantidos. Isso inclui desde o domínio masculino sobre as lideranças comunitárias até a falta de informação, a sobrecarga de trabalho doméstico, e o desencontro entre o formato das políticas e os modos de vida e organização dos grupos de mulheres. Grisa e Schneider (2014) apontam que as políticas públicas ainda operam em um modelo de “oferta institucional” que não dialoga com as demandas concretas e com os processos formativos necessários para o protagonismo feminino.

Fernandes (2013) e Abramovay (1992) contribuem para essa análise ao exporem a dualidade estrutural do campo brasileiro, onde convivem, em disputa desigual, projetos políticos antagônicos: o agroindustrial e o camponês-comunitário. Esse dualismo se expressa também nas disputas por recursos, reconhecimento e legitimidade institucional.

Além disso, como aponta Federici (2017), há a centralidade do trabalho reprodutivo, invisível, não remunerado e essencial, ainda que não seja reconhecido como parte fundamental da produção camponesa. Isso gera um vácuo conceitual e político que esvazia a ação institucional, reduzindo a mulher a uma beneficiária passiva, quando na verdade ela é

produtora ativa de alimentos, de saberes e de vínculos comunitários. Freire (1983) e Caldart (2017) reforçam que a emancipação não se dá apenas pelo acesso a bens materiais, mas pelo reconhecimento como produtoras e produtores de conhecimento e como protagonistas da transformação.

Nesse sentido, os desafios atravessam a questão de acesso formal às políticas, indicando a necessidade de transformação de paradigmas institucionais. É preciso repensar o que se entende por incentivo, por participação, por produtividade e por desenvolvimento. Ao trazer as vozes das mulheres assentadas, esta pesquisa visa tensionar essas categorias e contribuir para uma reflexão crítica sobre os limites e possibilidades das políticas públicas de fato comprometidas com justiça social, autonomia e permanência no campo.

A crítica da FAO (2023) aos sistemas agroalimentares revela que a persistente ausência de dados desagregados por gênero nos programas de incentivo compromete a elaboração de políticas mais equitativas. Gregolin e Marinho (2023), ao revisarem práticas de extensão rural popular, afirmam que é preciso superar o enfoque instrumental das políticas, avançando para processos formativos que potencializam a autonomia e a autogestão comunitária.

7 AGROECOLOGIA E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA COMO PRÁTICAS DE PERMANÊNCIA NA TERRA

7.1 Fundamentos da Agroecologia: técnica, política e cultura

A agroecologia, como proposta de recomposição do metabolismo social, é um campo de conhecimento e prática que integra dimensões técnicas, políticas, culturais e espirituais, com o objetivo de superar a crise ambiental e social causada pela intensificação da agricultura industrial (Altieri, 2004; Primavesi, 2002). Ao se deparar com a crescente degradação ecológica e social, promovida pelo agronegócio, a agroecologia se coloca como uma resposta integradora, que propõe a reaproximação entre sociedade e natureza, a partir do entendimento de que a produção de alimentos deve ser construída a partir da lógica de justiça ecológica e territorial (Foster, 2005; Moore, 2015).

A partir das contribuições da ecologia de Marx (Foster, 2005), a agroecologia tem se produzido como um movimento político e civilizatório. A ruptura metabólica entre sociedade e natureza, característica da modernidade capitalista, aprofundou-se ao longo do tempo, sendo responsável pela intensificação do uso de insumos industriais e pela alienação dos sujeitos que praticam o trabalho no campo (Foster, 2005). A agroecologia, ao contrário do agronegócio, busca restabelecer essa relação metabólica, criando alternativas de cultivo que promovem a sustentabilidade, a autonomia camponesa e a justiça social (Altieri, 2004). Consolidando-se como uma cultura de resistência política e social, pela agroecologia se propõem novas formas de organização coletiva e de produção no campo em busca do bem viver (ANA, 2022).

Além de uma alternativa técnica, a agroecologia se constitui como um projeto político de sociedade, que articula a produção agrícola com práticas comunitárias de cuidado, autonomia e resistência ao modelo de desenvolvimento imposto pelo capitalismo globalizado. Ela se fortalece nos territórios onde as mulheres, em particular, têm sido protagonistas dessa resistência, ao articularem práticas agroecológicas com ações de comercialização solidária em feiras e mercados alternativos, como é o caso das feiras agroecológicas de Campo Grande. Nesses espaços, as mulheres assentadas encontram uma oportunidade de resistir à lógica do mercado tradicional e construir redes de comercialização e solidariedade que fortalecem suas práticas autônomas (Santos e Meneses, 2009).

A questão do solo, como aponta Primavesi (2002), é central para a agroecologia, pois assume uma postura ética e política diante da vida. O conceito de "solo vivo", adotado pela autora, implica uma mudança de paradigma, que vai além da técnica, tocando em questões culturais e políticas que envolvem a preservação da biodiversidade e a regeneração dos ciclos naturais. Esse conceito é fundamental, pois reflete a importância do cuidado com os ecossistemas no contexto da agricultura familiar e camponesa, especialmente para as mulheres que, muitas vezes, são as responsáveis pelo manejo sustentável dos recursos naturais nas comunidades rurais (Primavesi, 2002).

As feiras agroecológicas, como espaços de comercialização solidária, são fundamentais para a resistência econômica das mulheres camponesas, pois oferecem uma alternativa ao modelo comercial hegemônico, baseado na lógica da competitividade e do lucro. Ao participar dessas feiras e comercializarem seus produtos, as mulheres se fortalecem política e culturalmente, articulando uma economia de resistência que reflete suas lutas por autonomia e justiça social. Nesse sentido, a agroecologia e as feiras agroecológicas se interconectam como práticas de resistência que visam a sustentabilidade ambiental e justiça de gênero, promovendo reconstrução do tecido social no campo (Sabourin, 2017; Caldart, 2017).

Por fim, a agroecologia também se configura como um processo educativo, conforme argumenta Caldart (2017), que vai além da formação técnica. Ela contribui para a formação de sujeitos críticos e engajados nas lutas por direitos no campo, promovendo o enraizamento territorial e a conscientização política sobre o papel das mulheres no fortalecimento da agricultura familiar e na construção de um modelo de desenvolvimento rural mais justo e sustentável. Ao estudar as experiências das mulheres nas feiras agroecológicas de Campo Grande, buscamos destacar a importância da agroecologia como um movimento de resistência e transformação, que reconfigura as relações sociais e produtivas no campo (Caldart, 2017; Gregolin e Marinho, 2023).

7.2 Redes Solidárias de Comercialização e as Feiras Alternativas de Campo Grande-MS

As feiras alternativas em Campo Grande, em que as mulheres assentadas levam seus produtos, representam mais do que espaços de comercialização de produtos, elas constituem experiências de ressignificação do território e da economia. Considerando a participação de produtos agroecológicos, faz-se um alinhamento com o conceito de recomposição metabólica

entre sociedade e natureza, conforme discutido por Foster (2005) e Moore (2015). Essas feiras são, portanto, espaços onde a resistência ao modelo capitalista de produção e consumo se materializa na produção de alimentos saudáveis⁴ e na construção de relações solidárias com expositoras e expositores, com quem realmente produz. Considerando os produtos agroecológicos, alimentos cultivados sem o uso de agrotóxicos, essas mulheres garantem o direito à soberania alimentar, promovendo a justiça ecológica, sendo exemplo de uma economia que se fundamenta no cuidado, reciprocidade e partilha (Altieri, 2004; Primavesi, 2002).

Algumas feiras alternativas de Campo Grande, como a Ziriguidum, Borogodó, Feira do Bosque e a Feira da Praça da Bolívia, configuram espaços plurais de comercialização direta que vão além da lógica do mercado convencional. Nesses espaços se reúne uma diversidade de expositoras e expositores que compartilham práticas sustentáveis, autorais e identitárias. Destaca-se a presença de mulheres artesãs, produtoras da agricultura familiar, cozinheiras populares, artistas independentes, migrantes e empreendedores periféricos, que encontram nessas feiras uma forma de valorização de saberes e ofícios muitas vezes marginalizados pela economia formal. Essas feiras funcionam como vitrines para o fortalecimento de redes locais de economia solidária, promovendo o consumo consciente e a valorização cultural.

A Feira da Bolívia, por exemplo, evidencia a presença das comunidades migrantes andinas e sua culinária tradicional, enquanto a Feira Ziriguidum e a Borogodó se consolidaram como espaços que incentivam a produção artesanal, vegana e agroecológica, frequentemente conectada com coletivos feministas e produtores ligados à agroecologia urbana e rural. Esses espaços, portanto, ampliam o acesso a produtos sustentáveis, oferecem visibilidade e renda para sujeitos historicamente excluídos das cadeias produtivas hegemônicas, reafirmando a centralidade das mulheres, da diversidade cultural e da economia desses circuitos alternativos.

As feiras alternativas em Campo Grande são, assim, redes solidárias de resistência, construção de identidade e territorialização da economia. Ao se basearem nos princípios da

⁴A descrição dos alimentos como “saudáveis”, nesse contexto, não se restringe a uma discussão dietética ou nutricional, mas é utilizada como marcador político e ético da agroecologia. A produção agroecológica (sem agrotóxicos) é inerentemente uma forma de resistência à lógica do agronegócio que contamina o solo e os corpos, sendo um pilar da Soberania Alimentar e da Saúde Pública no recorte da pesquisa. Estimular o consumo de produtos agroecológicos nas feiras alternativas é, portanto, o passo fundamental para fortalecer socialmente agricultoras e agricultores familiares que resistem e que afirmam outro modelo de produção e consumo (Altieri, 2004; Primavesi, 2002; ANA, 2022).

agroecologia, essas feiras vão além da simples transação comercial, funcionando como territórios de troca de saberes e de afirmação da memória coletiva das mulheres camponesas. A agroecologia, como prática e como cultura, propõe uma economia solidária que articula o local e o global em um movimento de resistência tanto ao agronegócio quanto à mercantilização da vida. Nesse sentido, as feiras agroecológicas também são vistas como espaços de pedagogias insurgentes, nos quais se constrói além de economia, bem como uma nova política de convivência no campo (Caldart, 2017; ANA, 2022).

Sabourin (2017) ressalta que as redes camponesas, formadas nas feiras agroecológicas, são essencialmente comunidades de confiança, baseadas na reciprocidade e no pertencimento territorial. Assim, essas feiras estabelecem circuitos curtos de comercialização, ao mesmo tempo em que promovem a reconstrução do tecido social e político entre as mulheres do campo e consumidoras/es urbanos conscientes. Elas se tornam, portanto, polos de articulação entre o campo e a cidade, que, ao mesmo tempo, fortalecem a visibilidade política das mulheres e proporcionam uma autonomia econômica crescente. As mulheres participantes comercializam produtos, expõem suas histórias, saberes e formas de organização comunitária, desafiando as normas de gênero e promovendo a emancipação feminina (Altieri, 2004; Primavesi, 2002).

De acordo com Patrícia Raquel Magrini *et al* (2010), a participação das mulheres nas feiras agroecológicas tem um impacto direto na divisão sexual do trabalho⁵, pois elas expandem seu reconhecimento público não só como cuidadoras da terra, mas como produtoras autônomas, desafiando estruturas de poder históricas e criando novas formas de convivência no campo. Além disso, conforme Maria de Lourdes Souza Oliveira *et al* (2015), a economia solidária nas feiras tem um papel fundamental na redistribuição das tarefas, promovendo relações de trabalho mais equilibradas e igualitárias no interior dos assentamentos, especialmente no que diz respeito ao compartilhamento do trabalho doméstico e produtivo entre as pessoas da comunidade.

No contexto específico do Mato Grosso do Sul, a pesquisa de Higino, Monfort e Gislotti (2023) revela como as redes de apoio mútuo entre as mulheres assentadas funcionam como formas de autodefesa contra a violência patriarcal e institucional, consolidando as feiras agroecológicas como espaços seguros para a expressão política, o cuidado coletivo e a

⁵ A Divisão Sexual do Trabalho (DST) é um conceito analítico do feminismo, trabalhado por Helena Hirata e Danièle Kergoat (2003), que se refere à distribuição desigual de tarefas entre homens e mulheres, sendo o trabalho produtivo (valorizado e geralmente remunerado) majoritariamente masculino, e o trabalho reprodutivo (cuidado, doméstico, manutenção da vida) majoritariamente feminino, e socialmente desvalorizado ou invisível.

circulação de saberes. Essas feiras se configuram como locais de inclusão social e proteção das mulheres camponesas, reafirmando seus direitos à terra, ao corpo e à memória territorial. Conforme Claudia Maria Miranda e Maria do Socorro Farias Barroso (2024), as feiras devem ser compreendidas como palcos de afirmação de direitos e de resistência política, onde as mulheres vendem produtos enquanto reivindicam seus direitos e afirmam sua identidade no campo.

As feiras alternativas em Campo Grande também têm uma função político-pedagógica. Como Freire (1983) destacou, os espaços populares de diálogo e trocas são fundamentais para a construção de consciência crítica e da autonomia pelos sujeitos. Nesse sentido, as feiras agroecológicas se configuram como instrumentos de comunicação popular, onde as mulheres se expressam, se ouvem e se fortalecem, criando uma rede de saberes que vai além da simples transação de bens, mas que constrói um território vivo de resistência (Caldart, 2017).

Enfim, entender as redes solidárias de comercialização nas feiras alternativas de Campo Grande é reconhecer o papel crucial das mulheres na construção de alternativas ao modelo hegemônico de produção e consumo. Como destaca Leff (2006), a agroecologia é uma forma de resistência à crise civilizatória, uma tentativa de reconstruir os territórios vivos contra as falsas soluções do capitalismo verde. As feiras agroecológicas são, assim, mais do que uma estratégia econômica; elas representam uma pedagogia do território, uma insurgência cotidiana contra a mercantilização da vida e uma afirmação de um novo modelo de existência no campo e na cidade (Walsh, 2009).

7.3 Soberania Alimentar, Autonomia Econômica e Práticas de Cuidado

Como destacam Foster (2005) e Shiva (2016), as práticas de soberania alimentar articuladas por mulheres camponesas são formas concretas de enfrentamento à ruptura metabólica e à lógica extrativista do capital. Ao priorizarem alimentos saudáveis, diversidade produtiva e autonomia local, essas mulheres constroem sistemas que revalorizam a vida e o território, rompendo com a dependência de insumos industriais e cadeias de produção mercantilizadas. Essa soberania não se restringe ao plano produtivo, mas alcança o simbólico e o político, ao reposicionar as mulheres como protagonistas da transformação social, reafirmando o papel central delas na construção de um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável.

As práticas agroecológicas desenvolvidas pelas mulheres camponesas nos assentamentos de Sidrolândia e Terenos são indissociáveis das estratégias de soberania alimentar, autonomia econômica e cuidado com a vida. Ao produzirem alimentos saudáveis para suas comunidades e para comercialização em feiras alternativas, essas mulheres constroem sistemas alimentares que valorizam a diversidade, a autonomia e os saberes locais, contrapondo-se à lógica agroexportadora e predatória do agronegócio (Altieri, 2004; FAO, 2023). Essas práticas configuram reações à crise ambiental e reorganização das relações sociais no campo que permitem um enfrentamento direto ao modelo capitalista de agricultura, revalorizando os saberes e práticas tradicionais e familiares.

Segundo Foster (2005), práticas baseadas em soberania alimentar propõem, além de uma resposta à crise ecológica, a recomposição do metabolismo entre sociedade e natureza, revalorizando o território como espaço de vida, e não de expropriação. No Cerrado sul-mato-grossense, essas práticas são atravessadas por relações de gênero que historicamente invisibilizam o papel das mulheres na reprodução material e simbólica das comunidades. Oliveira Junior (2013) reforça que essas formas de resistência cotidiana, embora subalternizadas, sustentam a permanência no campo e desafiam a hegemonia do capital agrário. As mulheres, ao liderarem a produção agroecológica, não apenas garantem a segurança alimentar, mas constroem territórios de resistência em um contexto marcado pela violência de um modelo de desenvolvimento predatório.

A autonomia econômica das mulheres nas feiras alternativas não se limita à geração de renda, mas está conectada ao que Moore (2015) identifica como capacidade de recriar vínculos metabólicos com a natureza e com a comunidade. Essas mulheres redesenham os sistemas de produção e distribuição com base na reciprocidade, no cuidado e na territorialidade, opondo-se à racionalidade neoliberal e ao consumismo urbano. Elas buscam autonomia econômica, autogestão dos espaços de comercialização, o planejamento produtivo coletivo e a construção de redes solidárias que integram produção, distribuição e consumo, ampliando as possibilidades de cooperação e bem-estar coletivo.

Magrini *et al.* (2010) e Oliveira, M. *et al.* (2015) demonstram que esse protagonismo contribui para redesenhar a divisão sexual do trabalho, permitindo maior participação das mulheres nos espaços de decisão e incidência política. O protagonismo feminino nas feiras transforma a organização do trabalho nas comunidades desafiando a hierarquia de gênero, permitindo que as mulheres participem ativamente na gestão de seus territórios e na formulação de políticas públicas que atendam às suas necessidades.

Embora Oliveira *et al.* (2015) evidenciem que, embora as mulheres assentadas de reforma agrária ampliem sua renda e conquistem maior visibilidade social por meio da participação em grupos produtivos e feiras, a divisão sexual do trabalho permanece estruturante. Ainda que engajadas em atividades coletivas e de comercialização, continuam sobrecarregadas pelas responsabilidades domésticas e pelo cuidado da família, limitando sua plena inserção na esfera pública. As barreiras culturais e institucionais, indicam que embora se fortaleça no território a questão de autonomia e protagonismo, não se eliminam por si só as desigualdades de gênero, raça e classe que marcam a vida dessas mulheres.

Federici (2017) nos traz que o cuidado, historicamente confinado à esfera doméstica e desvalorizado nas políticas públicas, deve ser reconhecido como prática produtiva e política central para a construção de sistemas agroecológicos sustentáveis. Nas experiências analisadas, o cuidado aparece não apenas como tarefa, mas como estratégia de solidariedade, pertencimento e resistência ao modelo de exploração e individualismo imposto pelo capitalismo rural. A ANA (2022) destaca que experiências lideradas por mulheres camponesas mostram que é possível construir uma economia do cuidado (conceito abordado adiante - no item 8.3) que articule soberania alimentar, produção ecológica e práticas de organização comunitária. Ao reconhecer essas formas de vida e trabalho, esta pesquisa reafirma a agroecologia como caminho ético, político e feminista de construção de territórios sustentáveis.

7.4 Permanecer é Resistir: o papel das mulheres na construção de territórios vivos

Como afirmam o MST (2019) e Fernandes (2013), a permanência no campo não se reduz a um dado geográfico, e sim expressa um horizonte de luta por justiça social, soberania alimentar e reconfiguração dos vínculos entre trabalho, território e natureza. A permanência é política porque desafia os fundamentos do agronegócio e do capital, e é ecológica porque propõe outra lógica de relação com os bens comuns. No caso das mulheres camponesas, essa permanência ganha contornos pedagógicos e simbólicos profundos, pois rearticula corpo, cuidado, ancestralidade e pertencimento como fundamentos de um novo modo de existência. Ao se envolverem na luta pela terra e pela autonomia no campo, as mulheres não apenas resistem às forças externas, mas recriam a vida e os territórios que o capital tenta transformar em mercadorias.

A permanência na terra, para as mulheres assentadas de Sidrolândia e Terenos, é mais do que uma condição de moradia ou produção: é uma estratégia política de afirmação de identidade, pertencimento e resistência. Em contextos de intensificação da expropriação e avanço do agronegócio, permanecer no campo exige criar redes de solidariedade, reinventar formas de produção e re-ocupar o território com sentidos e práticas contra-hegemônicas (Oliveira Junior, 2013; Caldart, 2017). A permanência das mulheres camponesas em suas terras é uma forma de resistência ativa que se desvia da lógica da exploração capitalista, reafirmando o papel do território como espaço de memória e futuro.

Federici (2017) argumenta que a luta pelo território é também uma luta pelo corpo e pela reprodução da vida. As mulheres, ao garantirem o sustento de suas famílias, a preservação das sementes e o cuidado com o entorno, constroem territórios vivos que desafiam a lógica da mercantilização e da monocultura. Esse processo não é isento de conflitos: envolve disputas por reconhecimento, enfrentamento ao machismo estrutural e constante reafirmação do direito de existir no campo com dignidade. A luta das mulheres pelo território, portanto, transcende a simples posse da terra e se torna um processo de reafirmação da vida e de transformação social.

O conceito de corpos-territórios ajuda a compreender como a permanência se corporifica nas práticas cotidianas: plantar, colher, cozinhar, ensinar, cuidar. Essas ações, muitas vezes desvalorizadas pelas instituições, revelam uma pedagogia própria, que ensina pela experiência e transforma os sujeitos por meio do fazer coletivo (Higino, Monfort e Gislotti, 2023; ANA, 2022). Essas práticas diárias, que constituem o trabalho invisível das mulheres, são essenciais na manutenção do território como um espaço de vida, cultura e memória coletiva.

Foster (2005) nos lembra que reconstruir o metabolismo entre sociedade e natureza implica repensar a própria ideia de desenvolvimento. Essa tarefa, que os movimentos do campo denominam reforma agrária popular, exige a superação do modelo produtivista e a construção de territórios vivos, onde a vida esteja acima da mercadoria, e o cuidado acima da exploração (MST, 2019). As mulheres assentadas, ao permanecerem e resistirem, não apenas protegem o território, mas o recriam como espaço político e afetivo de reconstrução do futuro. Elas tornam o campo um lugar de afirmação e resistência à lógica do agronegócio, reconstruindo o território como um lugar de afeto, cuidado coletivo e sustentabilidade.

Permanecer, nesse sentido, é resistir à destruição ecológica e à homogeneização cultural, reconstituindo vínculos com a terra como espaço de memória e futuro. As mulheres

entrevistadas relatam que, ao permanecerem, reexistem: cultivam suas histórias, sustentam suas redes e mantêm vivos os territórios que o capital tenta apagar. Esse processo de resistência está no cerne da construção de alternativas emancipatórias para os territórios camponeses, onde as mulheres se tornam as agentes principais da transformação social.

Como afirmam Miranda e Barroso (2024), os territórios são construções afetivas, espirituais e políticas. A permanência é, portanto, uma forma de insurgência, de defesa da vida e de reinvenção do mundo a partir do campo. Esta pesquisa reconhece esse protagonismo como central na construção de alternativas emancipatórias para os territórios camponeses, demonstrando como as mulheres desempenham papel fundamental na resistência contra a destruição ambiental e na promoção de modelos sustentáveis de vida no campo.

8 NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA: CORPOS-TERRITÓRIOS, SABERES E PRÁTICAS

8.1 Metodologia Narrativa e Epistemologias do Sul

O reconhecimento dos saberes produzidos pelos povos historicamente marginalizados é reivindicado, como propõe Catherine Walsh (2009) e Guzmán e Triana (2019), como formas legítimas de conhecimento. Essa perspectiva rompe com a monocultura epistemológica imposta pela colonialidade do saber e propõe escutar o mundo a partir das vozes silenciadas, neste caso, as mulheres do campo, suas práticas agroecológicas, seus corpos-territórios e suas estratégias de resistência. Santos e Meneses (2009) defendem que ao valorizar esses saberes, desafia-se a hegemonia das epistemologias dominantes, permitindo a construção de alternativas a partir de saberes locais e camponeses.

A metodologia narrativa utilizada nesta pesquisa não se limita a uma simples técnica de coleta de dados, mas constitui uma escolha política e epistêmica. Ao priorizar o relato das mulheres assentadas em primeira pessoa, buscamos não falar por elas, mas com elas, reconhecendo suas trajetórias como fontes de saber e ação transformadora. Vacano (2015) reforça que metodologias de resistência, como a narrativa, são essenciais para dar visibilidade a práticas e saberes que resistem ao paradigma hegemônico. Essa abordagem narra histórias que não são apenas testemunhos, mas saberes situados que confrontam as hierarquias do conhecimento dominante.

A narrativa se configura como ferramenta de escuta profunda, de validação da experiência e de produção coletiva de sentidos. Para Shiva (1991), as mulheres camponesas, ao manterem suas práticas agroecológicas, resistem à imposição da Revolução Verde e das monoculturas industriais, criando espaços de conhecimento e autonomia. Ela argumenta que a violência da Revolução Verde, que transformou as terras de pequenos agricultores em zonas de exploração capitalista, pode ser desafiada pela revalorização das práticas tradicionais, muitas das quais são guardadas e transmitidas pelas mulheres.

O uso do vídeo documentário como parte da metodologia, inspirado em experiências como o documentário "*Mulheres da Terra*" (<https://www.youtube.com/watch?v=fKIq69AvNNw>), da Plural Filmes, filmado em 2010 e o vídeo "*Corpas⁶ Sementes*" (<https://www.youtube.com/watch?v=Fo4hTbpJz3E>), produzido na

⁶O uso da expressão "corpas-sementes", em lugar de *corpos*, constitui uma provocação política, epistemológica e estética para questionar o masculino universal, essa forma linguística aparentemente

graduação em Educação do Campo - Ciências da Natureza, pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, contribui para dar visibilidade às narrativas camponesas, articulando imagem, som e palavra. O audiovisual, como instrumento de formação política e de comunicação popular, rompe com os limites da escrita acadêmica tradicional, permitindo que as vozes das mulheres camponesas sejam ouvidas de forma mais direta e impactante. Ambas as produções têm como objetivo não só documentar histórias de resistência, além disso criar espaços de visibilidade e reconhecimento, combatendo a invisibilidade imposta pelos discursos dominantes. O documentário "*Mulheres da Terra*" visibiliza a força das mulheres camponesas (em lugar de agricultoras familiares) em seus territórios, por meio da relação com a terra e do resgate das sementes crioulas, enquanto "*Corpas Sementes*" promove a devolutiva do conhecimento a partir das narrativas de mulheres estudantes indígenas e camponesas da LEDUC e suas lutas corpo-territoriais pela permanência na terra, nesse processo de semear resistências cotidianas.

A metodologia adotada nesta pesquisa vai além da análise textual ou da entrevista formal. Ela compreende a construção de vínculos, a escuta situada, a produção de registros audiovisuais e a devolutiva dos conteúdos às participantes como parte de um processo ético e horizontal. Inspirada em Freire (1983) e Caldart (2017), a pesquisa narrativa se torna um exercício de diálogo, coautoria e esperançar. Esse processo de devolutiva, conforme Shiva (1991), é crucial para garantir que as mulheres camponesas compartilhem suas histórias, num processo de auto-reconhecimento como protagonistas de suas próprias narrativas e de suas lutas no campo.

O conceito de corpos-territórios ajuda a compreender como a permanência e resistência se corporificam nas práticas cotidianas: plantar, colher, cozinhar, ensinar, cuidar. Essas ações, muitas vezes desvalorizadas pelas instituições, revelam uma pedagogia própria, que ensina pela experiência e transforma a todas e todos por meio do fazer coletivo. Como afirma Wynter (2003), as tradições orais de diversos povos, especialmente da África e do Caribe, desempenham um papel fundamental na construção de novos entendimentos sobre as realidades locais e a resistência camponesa. Essas narrativas não são meros testemunhos, mas saberes situados que desafiam as hierarquias do conhecimento dominante.

neutra, mas historicamente produzida para nomear a humanidade a partir do ponto de vista dos homens. Como argumenta Segato (2007), a língua não é um instrumento inocente: ela opera como tecnologia de poder, moldando percepções e naturalizando hierarquias. Ao analisar os modos como o Estado-nação codifica diferenças e produz sujeitos através de classificações, Segato demonstra que “o masculino é instituído como o lugar de fala que pretende representar o todo”, relegando mulheres e dissidências a posições de alteridade, exceção ou apagamento.

A valorização das vozes das mulheres do campo assume um caráter estratégico. Ao nos dedicarmos a essas produções audiovisuais, focando na experiência das mulheres do campo, indo além de suas práticas, transformando a narrativa sobre o campo, ampliando o espaço de fala e o protagonismo feminino. Essas experiências reforçam a importância de metodologias que priorizam a coautoria, a partilha de sentidos e o compromisso com as mulheres sujeitas envolvidas. Ao possibilitar trazer essas vozes para o centro da análise, com a presente pesquisa, contribuímos com o papel social da pesquisa e para com a luta das mulheres camponesas por visibilidade, reconhecimento e justiça territorial, reafirmando que contar a própria história também é um ato de resistência. Vacano (2015) enfatiza que essas práticas de resistência, quando narradas de forma coletiva, oferecem a oportunidade de transformar o conhecimento e reconstruir o espaço de fala, permitindo que as mulheres se afirmem como protagonistas de suas histórias e da luta no campo.

8.2 Agroecologia, Maternidade, Autonomia: dimensões interligadas

A agroecologia, como prática e como horizonte político, está profundamente conectada à maternidade e às múltiplas formas de cuidado exercidas pelas mulheres camponesas. Mais do que nutrir o solo, essas mulheres nutrem territórios, redes e modos de vida, articulando produção, reprodução e resistência em seus cotidianos. Como afirma Federici (2017), o trabalho reprodutivo e de cuidado, historicamente invisibilizado, é também produtivo, pois sustenta a vida e possibilita alternativas ao capitalismo expropriador. Shiva (2008) também contribui com a ideia de que a maternidade e o cuidado com o território e a biodiversidade fazem parte de uma resistência maior contra os modelos de agricultura industrial que prejudicam o meio ambiente e as comunidades locais.

Nessa perspectiva, as feiras alternativas não apenas constituem espaços de venda de produtos, mas espaços de articulação da maternidade camponesa como forma de resistência e pedagogia. Ao levarem seus filhos para os espaços de comercialização, ao educá-los com base nos ciclos da terra, no respeito à biodiversidade e à coletividade, essas mulheres praticam o que Freire (1983) chamaria de educação como prática da liberdade, enraizada no território, nos vínculos e no diálogo com o mundo. Como Molina (2015) destaca, a educação do campo deve ser entendida como uma prática profundamente ligada à vida cotidiana, onde o aprendizado é contínuo e transpassa os limites da sala de aula, envolvendo os saberes tradicionais e a sabedoria das mulheres camponesas.

As práticas agroecológicas desenvolvidas nos quintais, nas feiras e nos espaços coletivos revelam uma dimensão de autonomia que ultrapassa a renda: trata-se da construção de uma vida que faça sentido, onde o tempo, o cuidado e o conhecimento sejam valorizados. Oliveira Junior (2013) destaca que essas práticas rompem com a lógica individualista e produtivista do agronegócio e se organizam a partir da coletividade, da solidariedade, da interdependência e da memória ancestral. O trabalho das mulheres camponesas é, assim, não apenas uma resistência ao modelo neoliberal, mas uma tentativa de reconfigurar a economia para que ela respeite os ritmos naturais e sociais, como também afirmam (Caporal e Costabeber; 2004).

Ao dar centralidade a essas dimensões, agroecologia, maternidade e autonomia, com este trabalho nos propomos a uma leitura ampliada da resistência camponesa feminina. Não se trata apenas de lutar por direitos, mas de recriar o campo como espaço de vida plena, onde os corpos, as relações e os territórios possam florescer fora da lógica da mercadoria. Trata-se de um projeto civilizatório alternativo, nutrido pelo cuidado e pela esperança insurgente das mulheres do campo. Santos e Meneses (2009) também nos lembram que essa resistência está ligada à criação de novos espaços de saber, onde o conhecimento camponês se torna uma forma de resistência contra o saber hegemônico, colonizador e opressor.

As narrativas das mulheres assentadas de Sidrolândia e Terenos revelam que agroecologia, maternidade e autonomia não são esferas separadas de suas vidas, mas dimensões profundamente entrelaçadas no cotidiano. O trabalho produtivo na terra caminha lado a lado com o cuidado com os filhos, a manutenção da casa, a participação política e o enfrentamento das desigualdades estruturais. Nesse entrelaçamento, emerge uma concepção de maternidade não apenas como responsabilidade biológica, mas como ato político de reprodução da vida, do território e das formas coletivas de existir (Federici, 2017; Guzmán e Trián, 2019). Como observa Becher e Klanovicz (2016), as mulheres camponesas lidam com as responsabilidades familiares, ademais organizam e lideram comunidades em resistência, desafiando normas sociais e econômicas estabelecidas.

A agroecologia por ser uma prática que respeita os ritmos da natureza e os ritmos do corpo, permite também que mulheres camponesas organizem suas jornadas conforme as necessidades da família e da comunidade. Como indica a ANA (2022), a soberania sobre o tempo é uma forma concreta de autonomia: cuidar da terra e das crianças sem abrir mão da militância, da formação e da vida coletiva. Magrini *et al.* (2010) também destacam como

essas práticas interconectam a vida cotidiana e a militância política, criando espaços de resistência mais amplos e abrangentes.

Federici (2020) argumenta que a maternidade, quando compreendida fora da lógica patriarcal e capitalista, pode se tornar um espaço de insurgência. As entrevistas evidenciam como o cuidado com as sementes crioulas, o preparo coletivo dos alimentos, o acolhimento intergeracional e a solidariedade entre mulheres constroem uma rede de proteção e produção/transmissão de saberes. Esses processos são fundamentais para a permanência na terra e para a construção de um campo mais justo e habitável para/com/pelas as mulheres. Sabourin (2017) observa que a agroecologia floresce em ambientes onde há cooperação, confiança e compromisso com a coletividade, todos valores profundamente associados às práticas de cuidado que sustentam a maternidade camponesa.

Caldart (2017) nos lembra que essa pedagogia do cotidiano é também um processo formativo: ao partilhar experiências, organizar mutirões ou cuidar da diversidade do quintal, essas mulheres estão produzindo conhecimento, mobilizando resistência e ampliando sua capacidade de ação política. A maternidade, nesse contexto, deixa de ser vista como obstáculo à militância e passa a ser reconhecida como força que movimenta e sustenta os territórios vivos. Apesar da sobrecarga imposta pelo patriarcado, o engajamento das mulheres no trabalho de cuidado é uma fonte de força política para a sustentação da vida e da luta.

Em suas falas, as mulheres entrevistadas relatam que foi por meio da conexão com a terra que aprenderam a valorizar seu tempo, a ter voz nas reuniões, a ensinar filhas e filhos sobre o cultivo e a organizar redes com outras mulheres e mães. Essas práticas, embora invisibilizadas pelas estatísticas, são fundamentais para a construção de uma autonomia camponesa feminina que desafia tanto o agronegócio quanto o patriarcado.

Como nos traz Cristina Carrasco *et al.* (2008), o protagonismo das mulheres no cuidado serve, assim, como um espelho crítico e um chamado à ação, inspirando a corresponsabilidade masculina nas tarefas reprodutivas e exigindo da sociedade o reconhecimento de que o cuidado das crianças existe e precisa ser coletivo. Essa pedagogia do cuidado, forjada na sobrecarga, evidencia a necessidade urgente de democratização das responsabilidades e a valorização social desse trabalho, fundamental para a sustentação da vida no campo e na construção de comunidades mais justas e solidárias (Carrasco *et al.*, 2008).

8.3 As Feiras como Espaços de Luta Política, Economia do Cuidado e Solidariedade

As feiras alternativas em Campo Grande, nas quais essas mulheres assentadas participam, são verdadeiros territórios políticos, onde se articulam dimensões de economia, cultura, cuidado e insurgência. Elas extrapolam a lógica da comercialização para se tornarem espaços de formação política, sociabilidade e reconstrução de vínculos comunitários, especialmente entre mulheres, crianças e consumidoras/es urbanos conscientes. Como enfatiza a ANA (2022), essas feiras são práticas vivas de uma economia do cuidado, nascida do campo e sustentada pela solidariedade.

A Economia do Cuidado é um marco teórico-conceitual que abrange todas as atividades, relações e serviços produzidos e consumidos com o objetivo de manter a vida e o bem-estar das pessoas. Este trabalho, baseado em autores como Valéria Esquivel (2024), Cristina Carrasco *et al.* (2008) e a ONU Mulheres (2012), utiliza o conceito para incluir e valorizar o trabalho não remunerado (doméstico, familiar e de sustento da vida no território) realizado majoritariamente pelas mulheres. No contexto da agroecologia, a Economia do Cuidado é central para demonstrar o valor econômico e social do trabalho reprodutivo camponês, que sustenta a reprodução da vida em oposição à lógica puramente mercantil e extrativista do agronegócio, sendo um pilar essencial para a autonomia feminina e para a construção de comunidades solidárias (Esquivel, 2024; Carrasco *et al.*, 2008).

Freire (1983) já indicava que os espaços populares são campos férteis para a formação de sujeitos críticos, e nas feiras esse processo ocorre por meio do diálogo entre gerações, da escuta atenta e do reconhecimento mútuo. São territórios de escuta e de fala, onde as mulheres compartilham experiências, saberes e estratégias para enfrentar o machismo, o agronegócio e a invisibilidade institucional. Nesse sentido, como reforçam Caldart (2017) e Molina (2015), esses espaços operam como escolas do campo, onde o cotidiano e a luta se entrelaçam na construção de uma consciência política situada. Esse modelo de educação do campo, como observado por Sabourin (2017), é uma resposta direta às transformações profundas que o campo brasileiro sofreu com a modernização e a globalização da produção agrícola.

Além da venda de produtos, as feiras permitem a circulação de sementes crioulas, receitas tradicionais, remédios naturais e narrativas ancestrais. Isso fortalece uma rede simbólica e afetiva que constitui os territórios vivos, como definido por Miranda e Barroso (2024), em que os corpos-territórios das mulheres são centrais. A feira é, portanto, uma

estratégia de permanência na terra, de geração de renda com dignidade, e de forma análoga, um espaço de afirmação de direitos, de identidades e de outros modos de vida possíveis. Raúl Zibechi (2012) ressalta que esses espaços de resistência superam o avanço do agronegócio, e se tornam centros de reinvenção das dinâmicas rurais tradicionais, criando novas formas de organização e governança.

Essa dimensão coletiva e política torna as feiras experiências de autogestão e resistência feminista no campo. Elas desafiam a ideia de que política se faz apenas nas instituições formais e mostram que os territórios populares, como as feiras, são espaços legítimos de reinvenção da democracia e de produção de políticas desde baixo. Ao investigar essas experiências, reafirmamos a potência das feiras como lugares de luta, de cuidado e de solidariedade insurgente. Grisa e Schneider (2014) afirmam que as feiras agroecológicas, como outras formas de organização camponesa, têm sido fundamentais na sustentação da agricultura familiar e na promoção de alternativas ao modelo de desenvolvimento rural imposto pelo capitalismo global.

Em Campo Grande, temos a Feira Ziriguidum, todo primeiro sábado do mês, surgiu como um sarau cultural em 2014 e, em 2023, se transformou em uma feira popular, com mais de 180 expositoras e expositores e opções gastronômicas variadas. Configura-se como um espaço de economia criativa com comercialização direta, voltada para expositoras/es onde é permitida somente a venda de produtos artesanais, autorais, sustentáveis, de brechós e colecionáveis. Mais do que uma simples feira, o espaço promove a valorização da arte também por meio das apresentações e também de práticas sustentáveis, saberes locais e modos de fazer que resistem à lógica massificada do consumo. A proposta da feira articula campo e cidade, aproximando agricultoras/es familiares de consumidoras/es conscientes em torno de princípios que valorizam a produção artesanal, a economia solidária e o fortalecimento de circuitos curtos de comercialização. Nesse contexto, a participação de agricultoras e agricultores do campo, como Denise e Patrícia, contribui para reafirmar a importância desses espaços enquanto territórios de circulação de produtos, saberes e afetos que rompem com a invisibilidade imposta ao trabalho da terra e aos modos de vida camponeses.

A Feira Bosque da Paz, também ocorre em Campo Grande, todo terceiro domingo do mês, e recebe o título de maior feira cultural, artesanal e gastronômica do estado de MS. Conta também com uma expansão, um setor exclusivo de economia criativa e empreendedorismo, onde podem ser comercializados produtos industrializados. As pessoas

que organizam o evento estabelecem parceria com a prefeitura e Sebrae e buscam profissionalizar expositoras e expositores e promover a troca de experiências entre elas e eles, fortalecendo o setor de economia criativa na capital.

Enquanto a Feira do Bosque tem à frente sua organização pela Associação das Meninas - ADAMAS, a Ziriguidum é mantida por um grupo de quatro mulheres: Luanna Peralta, Thainá Sangalli, Gabriele Antonietta e Aline Marcelo. Ainda que a partir de propostas distintas, ambas foram idealizadas e são organizadas por mulheres, reafirmando o protagonismo feminino na criação de territórios de resistência, cultura e economia solidária. São iniciativas ligadas à cultura local, criando pontes entre consumo, arte e produção independente. Em ambos os espaços, a presença de expositores do campo, especialmente mulheres camponesas, indígenas e quilombolas, é fundamental para romper as fronteiras simbólicas e materiais que frequentemente isolam esses territórios. Ao levar seus produtos e saberes para o centro da cidade, essas agricultoras e coletivos afirmam outras formas de produzir, viver e comercializar, reforçando a diversidade cultural e a importância da agricultura familiar e dos saberes tradicionais para a construção de economias mais solidárias e sustentáveis.

Nas experiências vividas pelas mulheres aqui pesquisadas a agroecologia torna-se ainda uma prática de resistência e de construção de alternativas econômicas, educativas e políticas. As feiras alternativas de Campo Grande são expressão dessa articulação entre saberes, território e autonomia, oferecendo alimentos, redes de apoio e narrativas contra-hegemônicas que visibilizam a potência da vida no campo. Como destaca Krenak (2019), resistir à lógica do consumo e da morte é também reinventar formas de viver e produzir em aliança com a terra.

Essas feiras funcionam como fronteiras simbólicas entre dois mundos: de um lado, o da monocultura e do agronegócio, com seus venenos e invisibilização; do outro, o mundo da agroecologia, da diversidade, do cuidado com a vida e do protagonismo camponês. Sabourin (2017) e Altieri (2004) destacam que essas práticas são estratégias de construção de soberania alimentar e de reorganização dos circuitos econômicos, reafirmando a centralidade da agricultura familiar e camponesa como pilar de sustentação dos territórios rurais. Como também afirma Foster (2005), a agroecologia não é apenas uma técnica de cultivo, mas uma prática política que reconfigura as relações entre sociedade e natureza.

As falas das entrevistadas revelam que a feira é também espaço de aprendizado e educação política. É onde se compartilham saberes, se organizam mutirões, se debate o acesso

aos programas públicos e se formam alianças entre mulheres. Caldart (2017) chama isso de “pedagogia do território”: um saber que brota do fazer, da escuta e da partilha. Ao ocuparem as feiras com seus corpos e produtos, as mulheres afirmam seu lugar na vida pública e desafiam as formas tradicionais de exclusão e silenciamento.

As práticas de cuidado nas feiras, montar as barracas juntas, cuidar dos filhos enquanto vendem, dividir custos de transporte, trocar alimentos entre si, constroem uma lógica de solidariedade que se opõe à competitividade dos mercados tradicionais. Federici (2020) argumenta que a economia do cuidado é também um projeto político: ela sustenta a vida e denuncia a precarização das relações sociais sob o capitalismo. Nas feiras analisadas, esse cuidado se manifesta como ação concreta e coletiva, capaz de sustentar redes de apoio e ampliar os espaços de decisão das mulheres no campo.

Segundo Higino, Monfort e Gislotti (2023), as feiras agroecológicas no MS têm sido também instrumentos de autodefesa frente às violências institucionais e de gênero, especialmente em assentamentos marcados por conflitos fundiários. Ao se reunirem publicamente, as mulheres constroem visibilidade, legitimidade e vínculos comunitários que fortalecem sua presença nos territórios e sua incidência em políticas públicas. Essa visibilidade é, como Krenak (2019) propõe, uma forma de reinvenção do mundo, em que as vozes das mulheres e dos povos tradicionais ganham espaço e visibilidade no cenário político nacional e internacional.

Por fim, as feiras funcionam como dispositivos de reexistência: nelas, as mulheres plantam presença, visibilizam seus saberes e reafirmam que permanecer no campo é possível quando há solidariedade, justiça e reconhecimento. Como aponta Freire (1997), é no espaço da palavra dita, ouvida e trocada, que se abrem caminhos para a libertação. As feiras, nesse sentido, são espaços onde o campo fala por si, pelas mãos e vozes das mulheres que o cultivam.

9 DIALOGANDO COM A REALIDADE: TRAJETÓRIAS DE VIDA E LUTA

As trajetórias das mulheres assentadas de Sidrolândia e Terenos revelam processos complexos de enfrentamento às desigualdades estruturais do campo, entremeadas à invenção de alternativas baseadas no cuidado, na coletividade e na agroecologia. Inspiradas por experiências ancestrais, articulações em movimentos sociais e resistências cotidianas, essas trajetórias são expressões vivas do corpo-território como espaço político e simbólico de reexistência (Federici, 2017). Os corpos dessas mulheres não podem ser dissociados do território que ocupam, pois ambos foram colonizados, explorados e, ao mesmo tempo, resistem, como apontam Guzmán e Triana (2019).

Recuperar essas histórias a partir do ponto de vista das próprias mulheres, suas origens, experiências com a terra, inserção nas feiras alternativas e percepções sobre os incentivos rurais. Como destaca Oliveira Junior (2013), essas narrativas são também formas de pedagogia camponesa, pois transmitem valores, práticas e estratégias que sustentam a permanência nos territórios. A educação camponesa, conforme Brandão (1985), vai além dos espaços formais de ensino, entremeia-se nas práticas cotidianas de luta e resistência.

As vozes dessas mulheres ecoam uma luta marcada por rupturas e continuidades: a perda da terra e o reassentamento; o abandono institucional e a autogestão comunitária; a ausência de políticas efetivas e a construção de redes solidárias. Nesse sentido, a trajetória de vida é também uma trajetória de luta, contra o machismo, o agronegócio, a fome e a invisibilidade. Como Caldart (2017) aponta que a trajetória educativa da mulher do campo não está dissociada de sua trajetória política. Nas feiras, nas reuniões, nas práticas agroecológicas e nos espaços de formação, elas constroem saberes que não apenas resistem, mas reinventam o campo como território de futuro.

As trajetórias das mulheres entrevistadas revelam uma complexa articulação entre memória, resistência, trabalho e pertencimento ao território. São histórias marcadas por deslocamentos forçados, enfrentamentos com o latifúndio, conquistas no acesso à terra e construção coletiva de experiências agroecológicas. Essas narrativas evidenciam que a permanência no campo não é resultado de políticas bem-sucedidas, mas da persistência cotidiana de sujeitos historicamente marginalizados que reinventam o viver e o produzir em contextos adversos. Federici (2017) contribui para essa leitura ao afirmar que a reprodução da vida, frequentemente invisibilizada pelas lógicas econômicas do capital, é uma das frentes mais importantes da resistência.

Guzmán e Triana (2019) argumentam que o corpo-território emerge como uma chave para compreender as múltiplas dimensões da opressão e da insurgência. A terra cultivada, a feira montada, a semente guardada e o cuidado com filhas e filhos são expressões de luta política e de afirmação identitária. Higino, Monfort e Gisloti (2023) mostram que, no Mato Grosso do Sul, essas práticas são também formas de autodefesa contra a violência institucional e o machismo cotidiano. Essas mulheres, ao organizarem a produção, alimentar suas comunidades, cuidar da biodiversidade e participar de espaços de formação política, produzem autonomia, pertencimento e vida em comum.

As entrevistas realizadas nesta pesquisa destacam experiências como o manejo agroecológico com base em sementes crioulas, o protagonismo nas feiras alternativas, a mediação com políticas públicas e a articulação com movimentos sociais. São trajetórias que ressignificam a militância no cotidiano, como afirma Caldart (2017), onde o ato de plantar ou cozinhar é também um gesto pedagógico e político. Diversos documentos da FAO (2011) destacam que o protagonismo das mulheres na agricultura familiar tem sido crucial para a sustentabilidade alimentar e a promoção de sistemas agrícolas mais justos e equitativos.

As falas das participantes confirmam que permanecer na terra exige mais do que resistir ao agronegócio: é preciso construir redes de apoio, sustentar sonhos coletivos e transmitir saberes que alimentem outras gerações. Essa sabedoria, muitas vezes transmitida por mães, avós ou companheiras de assentamento, expressa-se em práticas agroecológicas, rituais de cuidado e modos de organização não hierárquicos. Freire (1983) nos lembra que ninguém liberta ninguém sozinho e as histórias aqui narradas são testemunhos dessa libertação construída a muitas mãos, pés e sementes.

As falas citadas a seguir foram transcritas com o auxílio de ferramenta digital de transcrição automática, podendo haver pequenas divergências em relação às gravações originais, mas o conteúdo foi preservado no essencial, de forma a não comprometer a análise. É fundamental para a compreensão mais genuína das percepções das participantes, assistir o vídeo documentário produzido, disponível no Youtube, com o Título: ***Corpos Germinando Territórios***, através do link: <https://youtu.be/xlBTWSIDeSU>.

10 MEMÓRIAS DAS MULHERES - AGROECOLOGIA ENTRELAÇANDO VIDAS

10.1 Lourdes: terra, recomeços e autonomia no campo

Lourdes é parte de uma geração de mulheres camponesas cuja trajetória se confunde com as longas esperas e conquistas da reforma agrária. Filha de meeiros, sua história é marcada por sucessivas tentativas de assegurar a terra como espaço de moradia e sustento. Chegou ao acampamento do MST em Sidrolândia-MS acompanhada da filha pequena, Patrícia, com quem dividiu as incertezas e a esperança daquele período, debaixo dos barracos de lona preta, por um pedaço de chão.

No Assentamento Che Guevara, onde vive atualmente, Lourdes segue a mesma luta, ainda que em outras formas, e divide sua morada com o filho caçula e a nora. Em sua trajetória, enfrentou os acampamentos duas vezes, ao separar-se do pai de seus filhos, Paulo, pois, em acordo, cedeu o lote e foi em busca de sua autonomia e de recomeçar em outra área. Ali constrói com suas próprias mãos e força de trabalho uma rotina de produção voltada à subsistência: cria vacas leiteiras, galinhas, cultiva uma pequena horta e complementa a renda com a venda de pães caseiros, atividade que aprimorou por meio de cursos junto a outras mulheres da comunidade. As trocas, as encomendas e as feiras locais, mesmo as mais modestas, garantem circulação dos produtos e dos saberes que Lourdes preserva e compartilha. Problemas de saúde a afastaram das feiras na cidade, mas, na comunidade, permanece ativa, reafirmando sua autonomia por meio do trabalho.

Em sua trajetória, o campo nunca foi apenas espaço de produção, mas também de pertencimento e resistência. Lourdes carrega a memória viva de um percurso coletivo, em que mulheres seguem sustentando a terra, mesmo quando as políticas públicas são insuficientes e as condições climáticas são adversas.

É quem iniciou nas linhas do tempo esta narrativa de mulheres no campo. Sua trajetória ilustra muito fortemente as contradições e os desafios enfrentados pelas mulheres camponesas assentadas, na luta pela permanência na terra e pela construção de modos de vida sustentáveis. Sua narrativa percorre desde sua experiência de vida em territórios de reforma agrária, a centralidade da mulher na produção de alimentos e na agroecologia, até as barreiras simbólicas e materiais impostas pelo patriarcado, pelo Estado e pelas políticas públicas mal formuladas.

Lourdes reafirma que são as mulheres as principais responsáveis por manter viva a prática agroecológica e garantir a reprodução da vida no campo, especialmente em momentos de crise como a pandemia:

A mulher faz diferença no campo. É a mulher que sustenta sim a agricultura familiar nesse contexto de produzir e plantar, ter a preocupação do comer. Quando foi a pandemia, quem voltou a produzir dentro do assentamento foram as mulheres (Lourdes, 2025).

Essa experiência confirma as análises de Federici (2017), que destaca como as mulheres historicamente sustentam a reprodução da vida por meio do trabalho invisibilizado do cuidado, da alimentação e da preservação dos territórios. No contexto da agroecologia, esse trabalho ganha centralidade como prática política e resistência cotidiana, como reforçam Altieri (2004) e Primavesi (2002) ao reconhecerem o papel das mulheres na preservação da biodiversidade e da segurança alimentar.

Contudo, Lourdes ressalta que, apesar da sua relevância, o trabalho das mulheres segue desvalorizado e invisibilizado nas estruturas públicas e nas relações familiares patriarcais. Mesmo diante de políticas específicas, como o PRONAF Mulher ou o fomento mais direto às mulheres assentadas, muitas não conseguem acessar os recursos por falta de autonomia formal e pela persistência de dinâmicas machistas no campo:

Tem mulher que é muito trabalhadeira, mas ela não tem voz dentro da família (Lourdes, 2025).

Essas barreiras não são apenas materiais, mas profundamente simbólicas e estruturais. Como aponta Caldart (2017), o campo segue sendo um espaço onde as mulheres enfrentam uma dupla luta: contra as opressões patriarcais e contra a violência estrutural que impede seu acesso pleno aos direitos da terra e da produção.

Lourdes evidencia como o controle sobre a autonomia das mulheres ainda se manifesta nas relações cotidianas, limitando seus espaços de sociabilidade, participação política e tomada de decisão:

Eu acabo sendo mais má influência pra elas, porque eu questiono, eles [os maridos] não deixam. [...] Elas não podem andar comigo, não pode conviver (Lourdes, 2025).

Tal problemática conecta-se ao debate mais amplo sobre as violências simbólicas e estruturais que atravessam as vidas camponesas, especialmente das mulheres, evidenciado por autores como Pierre Bourdieu (1989). Por meio de mecanismos simbólicos (comunicação, conhecimento, percepção) se faz uma forma de violência "invisível", manifestada pela

dominação que é legitimada e naturalizada, muitas vezes, pela própria pessoa dominada, que se torna cúmplice de sua submissão. No contexto da dissertação, a violência simbólica explica como a ordem patriarcal e a ideologia do agronegócio reforçam a marginalização e o estigma contra as mulheres camponesas, negando valor a seus saberes e sua atuação política, e tornando a subordinação "natural" (Bourdieu, 2007; Federici, 2017).

Nesse sentido, a formação política e a organização coletiva, especialmente por meio do MST, aparecem como instrumentos fundamentais para romper com essas dinâmicas e construir alternativas de resistência. Lourdes reconhece que a formação em gênero e a discussão política são fundamentais para que as mulheres ampliem seus espaços de autonomia:

O que eu acho hoje, se eu fosse assentada hoje, mas a gente teria que trabalhar mais formação, formação de gênero e a igualdade (Lourdes, 2025).

Essa prática está em consonância com o que propõe Santos e Meneses (2009) ao defenderem que as epistemologias do Sul valorizam as formas de organização e de saber comunitárias como resistência às lógicas hegemônicas do Estado e do capital. A experiência de Lourdes demonstra que, mais do que políticas públicas, são fundamentais: a construção de redes, de coletivos e de formações que reforcem a autonomia e a consciência política das mulheres.

Ainda assim, Lourdes denuncia as contradições das políticas públicas destinadas à reforma agrária, criticando os modelos que reforçam pacotes fechados de produção, inviabilizam as práticas agroecológicas e mantêm as famílias reféns de dívidas e projetos mal adaptados às realidades locais:

Esse projeto da reforma agrária é um pacote. Você não pode comprar o que você quer, tem que seguir as regras do banco, comprar as novilhas, comprar as coisas conforme o técnico manda. [...] A terra tá cansada, o fazendeiro já gastou ela, não é plantar hoje e colher amanhã (Lourdes, 2025).

Esse relato corrobora as críticas de Santos e Meneses (2009), e Federici (2017) à lógica tecnocrática das políticas públicas, que desconsideram as especificidades territoriais e a sabedoria das mulheres camponesas. Além disso, reforçam a crítica de que muitas vezes essas políticas atuam mais como formas de controle do que como instrumentos de autonomia.

Em sua fala, Lourdes também resgata sua trajetória no movimento de luta pela terra, narrando sua participação nas ocupações e na resistência por território, saúde e educação. Sua história pessoal evidencia como as mulheres são protagonistas das lutas, mesmo quando invisibilizadas pela mídia ou pela própria estrutura patriarcal do campo:

Eu gostei da luta, porque nós estávamos lutando por uma coisa digna. E daí eu me achei enquanto mulher lá dentro, falaram: mulher tem direito. [...] A mulher é quem segura a luta, quem está dentro do barraco (Lourdes, 2025).

Lourdes aponta que a permanência na terra não deve ser confundida com a lógica do agronegócio ou da acumulação, mas com a construção de uma vida digna, baseada no autoconsumo, na agroecologia e na solidariedade:

Eu tenho meu lote ali pra sobreviver ali, pra uma qualidade de vida melhor. Não pra virar agronegócio, mas pra viver dignamente (Lourdes, 2025).

Sua visão dialoga com as críticas feitas à mercantilização da terra e da vida, e reafirma a agroecologia como alternativa não apenas técnica, mas cultural, política e existencial, como defendem Altieri (2004) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA, 2022). Mais do que um conjunto de práticas agrícolas, a agroecologia exige que a técnica seja pensada a partir do contexto ambiental, cultural e social em que se enraíza, vinculada à perspectiva política de que sociedade desejamos construir, reconstruir e transformar. Para Lourdes, a agroecologia é uma prática que sustenta o corpo, a terra e as relações, pois não se separa da memória, da coletividade e da luta cotidiana. Nesse sentido, as políticas públicas devem reconhecer e fortalecer esse protagonismo, em vez de reduzi-lo a pacotes pré-formatados ou a lógicas de mercado que desconsideram a diversidade de territórios e modos de vida camponeses.

Assim, a experiência de Lourdes sintetiza os múltiplos aspectos que atravessam a permanência das mulheres na terra: a luta contra o machismo, o enfrentamento das políticas excludentes, a valorização das práticas coletivas e a construção de outras formas de vida possíveis a partir da agroecologia e da solidariedade. Sua história expressa como o acesso à terra, a construção da autonomia feminina e as práticas agroecológicas se entrelaçam com os desafios do acesso às políticas públicas e a resistência frente ao agronegócio.

Lourdes evidencia que a conquista da terra, no contexto da reforma agrária, é apenas o começo de uma trajetória marcada por resistências cotidianas, burocracias e desigualdades.

A reforma agrária é feita para a sobrevivência e para você ter uma vida digna, para você ter alimento, não é pra você enriquecer. (Lourdes, 2025).

Sua vivência ecoa as reflexões de Caldart (2017), para quem a terra deve ser entendida não como mercadoria, mas como condição para uma vida digna e espaço de produção de sujeitos políticos.

Lourdes recorda as dificuldades iniciais:

Quando a gente chega no lote, a gente não tem renda nenhuma. [...] Eu vivia com pouco mesmo, era às vezes Bolsa Família, aquele trabalho social que eles têm, era isso, né? Daí fazia diária (Lourdes, 2025).

Sua narrativa reforça o caráter contínuo da luta, inclusive para acessar políticas públicas que garantam as condições mínimas de permanência, como apontam Grisa e Schneider (2014) sobre os limites estruturais das políticas para assentadas e assentados.

Embora Lourdes reconheça a importância dos incentivos estatais, sua fala denuncia as desigualdades de acesso e os entraves burocráticos que ainda recaem de forma mais intensa sobre as mulheres:

Lá no Incra, lá na Agraer, lá no Banco do Brasil, eles acham que a gente enquanto mulher também não vai conseguir (Lourdes, 2025).

Sua percepção evidencia como as relações de gênero ainda operam como barreira simbólica e concreta, negando às mulheres camponesas o reconhecimento como gestoras de suas unidades produtivas, aspecto discutido por Favareto (2020) e Federici (2020).

Ela também observa as disputas internas nos assentamentos:

Dentro dessas organicidades tem também as pessoas que se aproveitam. [...] Tem que sempre trabalhar o coletivo, pensando num todo (Lourdes, 2025).

Suas falas corroboram análises sobre como o individualismo, ainda que mitigado pelas práticas de resistência, também permeia o cotidiano dos assentamentos, tensionando as experiências de solidariedade e cooperação (Santos e Meneses, 2009).

O relato de Lourdes articula a defesa de práticas agroecológicas com a crítica ao agronegócio e seus impactos ambientais.

Ela denuncia:

Daí eu encho de soja, eu acabo com a terra. [...] Quando eles vêm fazer um plantio de soja, eles destoca tudo, arranca tudo, daí acaba com a natureza, acaba com tudo (Lourdes, 2025).

Essa experiência reforça a importância da agroecologia como prática contra-hegemônica (Altieri, 2004; Shiva, 1991) e reafirma o papel das mulheres na preservação dos territórios e das sementes, em uma luta que é também pela soberania alimentar.

Em suas palavras:

Nós podemos estar trabalhando a consciência para nós ter um mundo melhor [...] plantar várias agroflorestas, reflorestar, que agora é o nosso futuro (Lourdes, 2025).

Sua visão dialoga com as concepções de Molina (2015) e Altieri (2004) sobre a agroecologia como prática social, cultural e política de resistência e regeneração da vida. Lourdes destaca a importância das mulheres na construção de redes de solidariedade, especialmente em momentos de crise:

Foi as mulheres. As mulheres que foram pensar o que nós vamos fazer (Lourdes, 2025).

A solidariedade, especialmente entre mulheres, aparece como prática política e estratégia de resistência, alinhando-se às discussões de Federici (2020) e Carrasco (2008) sobre a centralidade das mulheres na economia do cuidado e nas formas de resistência à precarização da vida.

Ela também enfatiza o papel dos espaços de sociabilidade feminina como formas de enfrentamento ao isolamento e à violência simbólica (Bourdieu, 1989):

As mulheres, se vêm aqui na reunião, elas se sentem úteis, a gente fala sobre a vida. [...] Isso é importante para sair também daquela rotina (Lourdes, 2025).

Essa prática de resistência cotidiana, de construir espaços de fala e de fortalecimento mútuo, reafirma as reflexões de Santos e Meneses (2009) sobre a importância dos coletivos como territórios de produção de autonomia.

Lourdes narra como a educação foi uma ferramenta de ruptura com o ciclo da invisibilidade e do silêncio:

Eu fui estudar que eu nunca estudei quando era criança. Quando envelheci, eu fui pra escola, me alfabetizei dentro do acampamento (Lourdes, 2025).

Sua trajetória reflete o papel da educação popular e do movimento social na construção de sujeitos críticos, como defendem Freire (1983) e Santos e Meneses (2009).

Ao afirmar a importância de se ter coragem e persistência na luta, Lourdes sintetiza o espírito da resistência camponesa, que reconhece a terra como espaço de trabalho, de vida e de luta permanente:

Nunca desistir da luta, que é isso, a luta é constante. Não adianta a gente achar que a gente chegou na terra ou a gente fica lá dentro de casa, vai resolver o problema (Lourdes, 2025).

A trajetória de Lourdes revela, em sua concretude cotidiana, as articulações entre agroecologia, educação do campo e redes de solidariedade como estratégias de permanência na terra e resistência frente ao agronegócio.

Sua narrativa evidencia que essas práticas não se desenvolvem de forma linear ou planejada, mas vão se constituindo no “fazer junto”, na partilha das experiências e no fortalecimento das relações comunitárias ao longo dos anos.

Lourdes destaca que a experiência agroecológica desenvolvida no assentamento não surgiu como um projeto formalizado de imediato, mas como resultado de práticas concretas de vida, envolvendo sua família e a comunidade. Ela conta que Manuel e Paulo, assentados que atuaram em espaços de formação agroecológica, deram início à implantação de sistemas agroflorestais, o que foi se consolidando como prática cotidiana e econômica de resistência ao longo do tempo:

Hoje tá com acho que em torno de 5 anos aquela agrofloresta deles lá. Tem muita coisa boa lá, né? Muitas frutas que eu vejo lá o futuro, dali também o açaí que eles plantaram... açaí, cacau (Lourdes, 2025).

Essas experiências reforçam o entendimento de que a agroecologia, enquanto prática social, vai além da produção agrícola, constituindo-se como forma de reterritorialização camponesa e reconstrução da relação com a terra, em oposição às lógicas do agronegócio (Altieri, 2004; Shiva, 1991). Como Lourdes pontua, a escolha por práticas agroecológicas decorreu também de uma mudança de mentalidade e do desejo por autonomia: “Ele mudou totalmente a ideia dele para plantar, fazer agrofloresta.”

O relato de Lourdes também destaca a centralidade da educação do campo como parte constitutiva da luta pela terra. Ao narrar a trajetória de sua filha Patrícia, que cresceu nos acampamentos, estudou nas escolas itinerantes e formou-se posteriormente em Pedagogia com Especialização em Educação do Campo, Lourdes evidencia a articulação entre militância e formação pela educação formal e não formal como processos que fortalecem a permanência e a organização das mulheres no campo:

A Patrícia começou a estudar no processo do acampamento na BR, e ela não parou mais de estudar (Lourdes, 2025).

Esse processo dialoga diretamente com as reflexões de Molina (2015) e Caldart (2017), pesquisadoras para quem a educação do campo é um direito conquistado e uma estratégia de resistência histórica, necessária para a formação de sujeitos críticos e autônomos em territórios de reforma agrária. Lourdes reforça ainda que sua filha Patrícia, ao lado de outras mulheres do assentamento, tornaram-se parte ativa na construção e manutenção de espaços educativos e culturais, confirmando que as lutas por terra e educação caminham de forma indissociável.

Outro aspecto central que emerge da fala de Lourdes é o papel das redes de solidariedade e das práticas econômicas coletivas na sustentação das famílias assentadas, especialmente pela participação das mulheres. Lourdes relata que, mesmo com as dificuldades econômicas, as mulheres seguem produzindo e comercializando seus produtos em feiras locais e trocas comunitárias, garantindo renda e fortalecendo os vínculos sociais:

Eu vou lá na cidade, já levo uma sacolinha para mim vender pro povo lá. [...] Aqui no nosso assentamento, nós temos o núcleo de moradia [...] as famílias vai no domingo fazer a feira e na quarta-feira é um meio também das pessoas ver os companheiros e fazer aquela troca de mercadoria (Lourdes, 2025).

Essas práticas ressoam com as discussões de Carrasco (2003) e Federici (2020) sobre a economia do cuidado e as redes de solidariedade como formas de resistência econômica e de construção de autonomia das mulheres frente à invisibilização das suas atividades pelo mercado e pelas políticas públicas. As feiras, como mostra Lourdes, tornam-se também espaços de sociabilidade e manutenção da memória coletiva, cumprindo um papel que extrapola o da simples comercialização.

Assim, a narrativa de Lourdes permite evidenciar como as mulheres camponesas constroem, a partir do cotidiano e da coletividade, estratégias concretas de resistência e de permanência sustentável no território. A agroecologia, a educação do campo e as redes de solidariedade emergem como práticas entrelaçadas, capazes de fortalecer sua autonomia frente às opressões do agronegócio e do patriarcado, reafirmando o que evidenciam estudos como os de Federici (2017), Shiva (1991) e Altieri (2004) acerca das práticas femininas e coletivas de resistência camponesa.

10.2 Patrícia: infância camponesa e enraizamento na terra

Patrícia cresceu entre barracos e lavouras improvisadas, acompanhando de perto a luta da mãe pela terra. Desde a infância, conheceu as precariedades e os enfrentamentos próprios dos acampamentos, das marchas, dos assentamentos provisórios que aos poucos foram se tornando permanentes. Sua formação, construída dentro das pedagogias do campo, reflete essa trajetória: concluiu o ensino médio no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), no Rio Grande do Sul, espaço de educação vinculado ao MST, referência na formação de jovens assentadas e assentados, para além da técnica, na perspectiva política da agroecologia e da luta pela terra.

Foi em uma dessas experiências de formação que conheceu Manoel, também filho do campo e do movimento. Hoje, compartilham o trabalho e a vida no Lote 21 do Assentamento Geraldo Garcia, onde implementam, ao lado de seu pai Paulo e sua companheira Denise, sistemas agroflorestais e outras práticas de transição agroecológica. Patrícia é pedagoga e segue dividindo a rotina entre o ensino nas escolas e as atividades do sítio. A dedicação à terra não se dá apenas como atividade produtiva, mas como construção de um projeto coletivo que busca reafirmar a agroecologia enquanto prática política e caminho de permanência no campo. Além dos Sistemas Agroflorestais (SAF), tem a horta para subsistência e parte do sítio segue arrendada para o vizinho que faz o plantio de soja.

O sítio é espaço de experimentação e também de encontros. Nos mutirões organizados pelo coletivo Enxame, Patrícia articula saberes, práticas e afetos, fortalecendo a rede que conecta campo e cidade em torno das práticas agroflorestais, criação de animais, peixes e projetos oriundos de diversas experiências coletivas, incluindo parcerias com universidades.

O relato de Patrícia ilustra de forma concreta como as mulheres articulam práticas produtivas sustentáveis, redes de comercialização solidária e enfrentam obstáculos históricos. A experiência de Patrícia demonstra como as mulheres assentadas constroem resistências práticas por meio da agroecologia, das redes solidárias e do trabalho coletivo. No entanto, como aponta Santos e Meneses (2009), essas resistências enfrentam as inércias de um Estado ainda pouco permeável às realidades das populações camponesas. A crítica feita por Patrícia sintetiza esse descompasso: “de vez facilitar o acesso, eles dificultam”.

Esse testemunho reforça a importância de políticas públicas que reconheçam a centralidade das mulheres nas práticas agroecológicas e que garantam acesso justo, contínuo e desburocratizado aos incentivos rurais, assegurando as condições de permanência e dignidade no campo.

Sua narrativa também reflete as múltiplas dimensões implicadas na produção agroecológica, no acesso a políticas públicas e nas relações de gênero, revelando que a permanência na terra não pode ser compreendida apenas pelo viés econômico, mas como parte de um projeto ético, político e existencial.

Patrícia e sua família organizam sua produção com base na agroecologia, combinando sistemas de horta e agrofloresta para autoconsumo e venda de cestas agroecológicas. Como destaca, esse modo de produção não é apenas uma estratégia econômica, mas uma escolha de vida articulada a práticas sustentáveis e ao fortalecimento de redes solidárias:

Aqui no sítio a gente trabalha em grupo familiar, o sistema é agroecologia, tem o modo horta e o modo da agrofloresta. A gente produz é pra consumo,

grande parte, mas uma parte a gente faz a cesta agroecológica, vende a cada 15 dias [...] A gente participa de uma rede de pessoas que têm mais consciência sobre a questão da alimentação saudável, sem veneno. Tem uma rede de apoio que nos ajuda a contribuir no processo da divulgação e chama as pessoas pra terem essa consciência de educação alimentar [...] Enxame (Patrícia, 2025).

A experiência de Patrícia reforça as reflexões de Altieri (2004) e Primavesi (2002) sobre a agroecologia como prática que articula produção, território, saúde e relações sociais, ancorando as mulheres no campo não apenas como produtoras, mas como guardiãs de saberes e práticas de resistência. No entanto, ainda que existam avanços em termos de autonomia e construção de redes solidárias, o acesso às políticas públicas permanece restrito, atravessado por burocracias, relações de poder locais e discriminações de gênero.

A gente não tem nenhum incentivo. É difícil o acesso, porque eu sou filha de assentado, mas no meu caso, por causa do meu pai que não conseguiu pagar o primeiro financiamento, ficou inadimplente. A dificuldade nossa é ter esse acesso a qualquer subsídio do governo. [...] Quem pega o primeiro, que é o PRONAF, é um custo alto, investe na produção, mas muitas vezes não consegue pagar, porque a mensalidade é alta e o nome fica sujo (Patrícia, 2025).

Santos e Meneses (2009) já indicavam que as práticas populares de resistência são frequentemente silenciadas ou desconsideradas pelas instituições estatais, reproduzindo um ciclo de exclusão que marginaliza justamente aqueles sujeitos que mais dependem dessas políticas. No caso de Patrícia, a burocracia não se apresenta apenas como um entrave técnico, mas como uma relação de poder profundamente marcada por discriminações de gênero e preconceitos contra militantes dos movimentos sociais:

Eu penso que seja quem tá ali, é diferente, né? Porque infelizmente nesse sistema funciona assim: como nós vem do movimento social, eles não vão muito com a sua cara, então não vai facilitar não. [...] Às vezes, além de ser mulher, você tem informação e questiona aquilo que geralmente tá errado [...] aí você já cria atrito (Patrícia, 2025).

Essa vivência confirma as análises de Federici (2017), ao apontar como as mulheres camponesas, mesmo aquelas organizadas em movimentos sociais, seguem enfrentando as formas sutis e explícitas de deslegitimação de sua fala, de seus saberes e de sua atuação pública, especialmente quando se colocam como sujeitas políticas.

Diante dessas dificuldades, Patrícia e sua família constroem alternativas que combinam diferentes fontes de renda, articulando a produção agroecológica com trabalhos

externos para garantir a subsistência, o que ela denomina como condição de “proletariado rural”:

Hoje nós somos mais um proletário rural: aquele proletário que trabalha fora, tem a renda de fora, mas consegue viver no campo e criar a auto sustentabilidade de alguns produtos. [...] Hoje tem a renda da escola, ele com a renda da construção civil. A cesta agroecológica é mais pra consumo, nem a renda ela não abate (Patrícia, 2025).

Essa configuração revela novas formas híbridas de permanência no campo, onde a renda familiar se distribui entre trabalho externo e a subsistência agroecológica, rompendo com a imagem romantizada da autossuficiência camponesa. As práticas de Patrícia mostram que, apesar das dificuldades, a agroecologia segue sendo um projeto possível de resistência e de autonomia, ainda que demandando esforço redobrado e articulação constante entre família, vizinhança e redes de solidariedade.

Além das questões econômicas, Patrícia enfatiza a agroecologia como um projeto de vida, associado à saúde, ao bem-estar e à reconfiguração das relações familiares:

A gente foi pesquisando este modo de ser mesmo, agroecológico, porque agroecologia não é uma forma só de produzir, é o jeito de você pensar, é o jeito de você viver. A gente criou essa filosofia com a nossa família. [...] sustentável na ótica do campo é você tirar o máximo possível do seu alimento da Terra, deixar de comprar no mercado, se alimentar daquilo que você produz (Patrícia, 2025).

Patrícia destaca como sua trajetória no MST e a formação política recebida no movimento foram essenciais para que ela e sua família organizassem suas relações de maneira mais equânime, reconhecendo e enfrentando as contradições de gênero que ainda permeiam a realidade do campo:

Aqui em casa é dialogado, é conversado, é debatido. Através do movimento (MST), a nossa formação facilita essas condições. [...] Sempre vai ter contradição, mas quando tem contradição, a gente tem que falar, tem que se posicionar. [...] O que a gente não pode é ser inconsciente da situação, porque quando a gente é inconsciente da situação, aí ela não avança (Patrícia, 2025).

As experiências relatadas por Patrícia confirmam que a luta pela permanência na terra, pela agroecologia e pela autonomia das mulheres não é apenas uma luta por políticas públicas mais justas, mas por reconhecimento, respeito e acesso a condições dignas de vida. Sua trajetória sintetiza, assim, os múltiplos aspectos que atravessam a permanência das mulheres no campo: a agroecologia como resistência, a renda como sobrevivência, a luta como cotidiano. Ou seja, as práticas de resistência das famílias camponesas vão além da conquista da terra e se estendem à construção de um projeto de vida alicerçado na educação, na

agroecologia e na autonomia feminina. Sua narrativa permite compreender de modo concreto como as mulheres camponesas constroem suas estratégias de permanência e resistência, articulando as dimensões subjetiva, material e política da luta pela terra.

Patrícia afirma: “Eu sempre me falo que eu sou cria do movimento social, porque me criei dentro do acampamento”. Essa autoafirmação remete diretamente às análises de Caldart (2017), que compreende o território camponês não apenas como espaço físico de produção, mas como um território político, pedagógico e afetivo, no qual se formam sujeitos históricos vinculados à luta social. A experiência da infância em barracos de lona, nos acampamentos do MST, marca profundamente sua constituição enquanto menina, jovem e mulher camponesa e evidencia o papel das mulheres na sustentação familiar e comunitária em contextos de precariedade e luta. Como ela relata, “A gente foi entender o quê que é luta porque a gente estava ali querendo um pedaço de terra para morar”, revelando a consciência precoce de que a conquista da terra era condição de existência e de futuro para sua família.

A narrativa de Patrícia ressalta a centralidade da educação do campo enquanto prática emancipatória e instrumento de permanência na terra. Ao relatar suas experiências escolares, ela destaca: “Eu estudava no acampamento, a escola era itinerária. Onde o acampamento ia, a escola ia junto”. Sua experiência remete às concepções de educação popular e educação do campo formuladas por Paulo Freire (1983) e aprofundadas por Molina (2015), nas quais o ato educativo é inseparável do processo de luta e da construção de autonomia. As escolas itinerantes, organizadas junto aos acampamentos, se dão como espaços de aprendizagem formal, e com isso, de formação política, forjando nas crianças e jovens uma consciência crítica sobre seu papel na transformação da realidade.

Essa relação entre educação e emancipação é reforçada quando Patrícia rememora a decisão de sua mãe de enviá-la, ainda adolescente, para estudar em uma escola do movimento no Rio Grande do Sul:

Olha, a mãe tá te mandando para o Rio Grande do Sul que você vai estudar na escola do movimento. A mãe não teve condições de estudar, mas você tá tendo oportunidade (Patrícia, 2025).

Essa fala expressa, de modo contundente, o papel das mulheres camponesas na luta pela emancipação das novas gerações, reforçando o entendimento de que a terra e a educação são partes inseparáveis de um mesmo projeto de autonomia e dignidade.

O vínculo de Patrícia com a terra é construído também a partir de uma memória geracional de resistência feminina. Ao rememorar a trajetória de sua avó e de sua mãe, ela afirma: “A nossa luta começa ali com a minha avó”, reconhecendo nas mulheres de sua

linhagem as sementes de sua própria resistência e permanência. Esse reconhecimento das ancestrais como referências de força e luta dialoga com as reflexões de Federici (2017) sobre as múltiplas formas de resistência cotidiana das mulheres e sobre a importância de reconstruir memórias de luta como instrumento de emancipação. Patrícia pontua que sua mãe, “alfabetizada dentro do movimento”, conseguiu fazer faculdade e buscou romper com o ciclo de submissão e exploração imposto às mulheres camponesas de gerações anteriores, criando novas possibilidades para suas filhas.

Nesse sentido, a permanência na terra, para Patrícia, é muito mais que uma estratégia econômica; é um projeto político de vida, profundamente enraizado na história das mulheres de sua família: “O vínculo com a terra hoje é a minha permanência de vida, onde eu consigo construir uma relação que vem da minha avó, passou pra minha mãe e hoje eu tô passando pra minha filha”. Essa afirmação encontra ressonância nas discussões de Shiva (1991), ao enfatizar que a agroecologia e as práticas de cuidado com a terra se sustentam nos saberes e nas práticas femininas, sendo estas fundamentais para garantir a soberania alimentar e a reprodução social das comunidades.

Outro aspecto relevante em sua narrativa é a consciência de que as conquistas da luta camponesa, embora ainda marcadas por desigualdades, abriram caminhos para que as mulheres pudessem se colocar de maneira mais autônoma nos diversos espaços da vida social e produtiva. Como ela afirma: “Hoje a minha realidade com certeza é melhor do que da minha avó, da minha mãe e da minha filha vai ser melhor do que a minha”. Esse avanço é compreendido como resultado direto da luta pela terra e da participação ativa das mulheres nos movimentos sociais, que tensionaram e seguem tensionando as estruturas patriarcais e que vão abrindo novos horizontes de emancipação.

Patrícia destaca os desafios que persistem para as mulheres nos espaços institucionais e no mundo do trabalho, onde ainda enfrenta situações de desrespeito e precisa reafirmar constantemente seus limites e sua dignidade: “Quando você determina espaço e condição, você tem o enfrentamento. Aí a gente também precisa estar preparado para isso”. Essa consciência crítica acerca das desigualdades de gênero e a defesa de seus direitos no ambiente de trabalho dialogam diretamente com as contribuições de Federici (2017) sobre as formas de resistência feminina às violências simbólicas e materiais que atravessam o cotidiano das mulheres, tanto no campo quanto na cidade.

A luta pela terra, a educação do campo e as práticas femininas de resistência e cuidado constituem elementos indissociáveis na construção da autonomia camponesa e da

permanência sustentável no território. Sua narrativa traduz, de modo vivido e concreto, aquilo que o referencial teórico nos aponta: a terra, para as mulheres camponesas, é espaço de vida, de pertencimento, de produção e de reprodução de saberes e resistências.

As práticas agroecológicas e a militância no MST tornam-se meios concretos de sustentar a vida e projetar futuros no território, mesmo diante das inúmeras contradições impostas pela realidade econômica e pelas desigualdades de gênero.

Patrícia rememora que “a nossa vinda para cá foi assim, meus pais eram juntos, conquistaram aqui o pedaço, esse sítio que a gente vive hoje”, reforçando o vínculo afetivo e material construído com a terra como espaço de vida e de pertencimento. Mesmo diante das rupturas familiares e das dificuldades financeiras, sua trajetória revela a centralidade da terra enquanto espaço de continuidade e não de ruptura, expressando o que Federici (2017) define como a terra enquanto espaço de reprodução da vida e resistência ao capital.

A experiência de Patrícia com a escola do movimento no Rio Grande do Sul reafirma a importância da educação do campo como ferramenta de emancipação e fortalecimento da identidade camponesa. Como ela relata: “uma das propostas das escolas do movimento é você tá estudando, fazendo o processo político de atividade de luta e também vinculando a parte técnica com o vínculo com a terra”. Essa perspectiva pedagógica, fundamentada por Santos e Meneses (2009), articula saberes práticos e políticos como instrumentos de resistência e de construção de futuros sustentáveis no campo.

A prática de alternância entre estudo e vivência na terra é mencionada simultaneamente, como formação técnica e como um reforço do vínculo identitário: “Minha prática de vivência na terra sempre foi aqui neste sítio”. Isso reforça o papel da agroecologia como prática que articula técnica, cultura e resistência, conforme aponta Altieri (2004) ao destacar a agroecologia como um modo de vida e não apenas um método de produção.

Ao refletir sobre as dificuldades materiais para sustentar a produção e permanecer na terra, Patrícia menciona os limites impostos pelas políticas públicas e pelas condições econômicas: “você ser camponês e viver somente da terra é algo que qualquer assentado quer como sonho, mas a gente conseguiu fazer isso um determinado tempo”. Esse relato corrobora os estudos de Almeida (2012), que destacam as barreiras estruturais enfrentadas pelas famílias camponesas para acessar políticas e manter suas produções de forma autônoma e sustentável. As estratégias de sobrevivência e resistência, no entanto, não se restringem à produção. A construção de redes de apoio, como as feiras e as experiências de comercialização solidária, é citada como fundamental para a continuidade desse modo de vida. Patrícia destaca que “a

rede contribuiu nesse sentido de divulgar o processo da comercialização, de fazer a feira hoje em Campo Grande. Todo o processo, ele é formativo, desde o processo do plantar, do processo da vivência que a gente cria, dos diálogos”. As feiras, nesse contexto, reafirmam-se como territórios políticos e pedagógicos, onde se fortalecem as práticas da economia solidária e da agroecologia enquanto resistência ao agronegócio e às formas tradicionais de comercialização (ANA, 2022; Caldart, 2017).

Patrícia reflete ainda sobre as contradições vividas pelas mulheres nos assentamentos e nos espaços sociais mais amplos, afirmando que:

Não é fácil, mas isso tá proporcionando um bem para todo mundo. Isso tá sendo tão educativo pros meus filhos de entender que é necessário você ter o contato com a terra, você produzir seu próprio alimento (Patrícia, 2025).

Sua fala materializa a crítica feminista sobre o trabalho invisível e a sobrecarga das mulheres, que precisam conciliar o trabalho produtivo, o cuidado com a casa e a militância, como destaca Federici (2017) ao analisar o papel das mulheres na sustentação da vida frente ao capital.

O modo como Patrícia descreve a agroecologia, dizendo que “a gente começou de um formato de se alimentar com qualidade, sem veneno, agroecológico”, revela uma concepção de agricultura familiar que não se limita à produção mercantil, mas que se inscreve no campo da reprodução social, da saúde e da qualidade de vida, como enfatiza Abramovay (1992) ao discutir paradigmas alternativos ao capitalismo agrário.

Patrícia explicita como a militância e a prática agroecológica permitem construir espaços mais solidários e menos hostis às mulheres:

Viver no sítio proporciona uma riqueza em todos os aspectos. As relações, elas são diferenciadas. Você cria uma maneira solidária de viver e isso é fundamental, principalmente para nós mulheres (Patrícia, 2025).

Ao afirmar que as mulheres precisam reafirmar seus direitos e seus lugares em todos os espaços, Patrícia reforça a perspectiva de Santos e Meneses (2009) sobre a luta por reconhecimento e a construção de direitos em contextos de opressão e exclusão.

Sua fala aponta para a urgência de se romper com a lógica patriarcal que naturaliza as desigualdades e submete as mulheres:

Não olhar aqui da visão da sociedade de que a mulher tem que ser submissa, a mulher é o segundo passo, não. Eu acho que tem que caminhar junto, construir junto, pensar junto, que isso também faz a diferença (Patrícia, 2025).

Assim, Patrícia traduz em sua experiência concreta aquilo que as teorias feministas camponesas têm defendido: a autonomia das mulheres se constrói na luta, na terra, na partilha de saberes e na solidariedade.

10.3 Denise: da cidade ao campo para viver melhor

Ao contrário de Lourdes e Patrícia, Denise cresceu distante da terra. Sua trajetória esteve fortemente enraizada na cidade de Campo Grande, onde construiu sua carreira como pedagoga e constituiu sua família. No entanto, a aproximação de seu filho com o Centro de Capacitação e Pesquisa Geraldo Garcia (CEPEGE) foi determinante para que ela também passasse a olhar para o campo não como memória, mas como possibilidade concreta de vida e militância.

Já envolvida nas atividades com o filho, Denise conheceu Paulo. O casamento fortaleceu ainda mais sua inserção nas práticas agroecológicas e nas dinâmicas coletivas que se estruturavam no sítio. Com o falecimento de seu pai, viu na lida do sítio um suspiro para a superação dessa perda. Desde então, tem dividido sua rotina entre a docência e a vida no campo, construindo um espaço de práticas integradas: sistemas agroflorestais, criação de pequenos animais e projetos com universidades que fortalecem o vínculo entre teoria e prática.

Denise e Patrícia, juntamente dos companheiros e do coletivo Enxame, chegaram a organizar cestas agroecológicas com cinquenta produtos, entregues diretamente a consumidores em Campo Grande, acumulando diversos espaços na cidade como ponto de entrega, em especial a Feira Ziriguidum. Contudo, devido às adversidades climáticas, excesso de calor, secas prolongadas, geadas e outros impactos ambientais, têm encontrado dificuldades para a continuidade da produção principalmente de hortaliças, então, as atividades com as cestas foram temporariamente suspensas. Atualmente, concentram seus esforços na manutenção dos sistemas agroflorestais e nas parcerias que seguem fortalecendo o território.

No Lote 21, a agroecologia é entendida como uma prática política e pedagógica que atravessa gerações e ressignifica a relação com a terra: não apenas como espaço de trabalho, mas como projeto de autonomia, construção coletiva e resistência.

A trajetória de Denise reafirma a potência do que esta pesquisa contribui para amplificar com suas reflexões e divulgação, e como a permanência das mulheres camponesas

no campo está intimamente ligada às redes solidárias e à luta cotidiana contra as múltiplas formas de invisibilidade e violência de gênero, articulada à agroecologia. Sua experiência permite compreender como as práticas agroecológicas, os processos de formação política e os circuitos alternativos de comercialização constituem estratégias fundamentais para a construção da autonomia e da permanência sustentável na terra.

Denise narra que sua relação com a terra não foi contínua ao longo da vida, mas tornou-se central após uma vivência urbana marcada por dificuldades emocionais. "Eu achava que era feliz na cidade, até sair de lá e descobrir que não era". Essa frase sintetiza a percepção de ruptura que ela vivenciou ao migrar do espaço urbano para o assentamento rural, e está diretamente relacionada à reflexão dela sobre pertencimento, bem-estar e a redescoberta de outras formas de vida possíveis. O retorno à terra surge, em seu relato, como espaço de cura e reconstrução de si, reforçando a ideia de que as práticas agroecológicas extrapolam a dimensão produtiva e se conectam com aspectos da saúde, da subjetividade e do sentido de pertencimento. "Eu tava assim psicologicamente muito afetada, né? Então, para mim foi muito bom passar esse ano só lidando ali com a terra, mexendo com a terra", afirma. A experiência de Denise ecoa as reflexões de Federici (2017) sobre a terra como espaço de reprodução da vida e de resistência frente às formas de expropriação capitalistas e patriarcais.

Sua entrada no universo da agroecologia foi acompanhada por um processo de conscientização política e técnica. Denise destaca que antes fazia uso de agrotóxicos em sua produção, mas que a partir das formações realizadas junto ao MST e dos intercâmbios com outras mulheres e movimentos, passou a compreender a agroecologia como um modo de vida e uma escolha ética.

A gente usava veneno, né?!... mas nós mudamos muito o nosso pensamento [...], começamos a estudar, se conscientizar sobre como isso fazia mal pra nossa saúde e pras pessoas (Denise, 2025).

Este percurso evidencia a agroecologia como prática que articula saber, ética e resistência, em diálogo com os aportes de Altieri (2004) e da ANA (2022), que defendem a agroecologia como caminho para a soberania alimentar e a construção de territórios sustentáveis.

Outro aspecto central em sua experiência é a valorização das redes de solidariedade e comercialização alternativa como estratégias concretas para viabilizar a produção agroecológica. A parceria com o coletivo Enxame, de Campo Grande, é um exemplo claro de como a articulação campo-cidade fortalece a permanência das mulheres no campo e contribui

para romper com a lógica hegemônica de comercialização mediada por atravessadores. “Essa conexão, essa união é muito importante, né, para nós” (Denise, 2025). As redes solidárias trazem a viabilidade econômica das práticas agroecológicas, juntamente do reforço em construir vínculos políticos, afetivos e de pertencimento, como já apontam Santos e Meneses (2009) e Caldart (2017), ao tratarem da importância das economias solidárias e da construção de redes insurgentes.

Entretanto, Denise reconhece as dificuldades concretas de viver exclusivamente da produção do sítio, destacando que, para sua família, a renda proveniente da agricultura é complementada com o trabalho assalariado fora da propriedade. Essa constatação reforça as críticas às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para as mulheres camponesas, que muitas vezes não chegam de forma efetiva às famílias ou são insuficientes para garantir autonomia econômica.

A gente tem nossa produção, né? Mas cada um tem uma função fora do sítio (Denise, 2025).

Além disso, Denise denuncia as barreiras enfrentadas pelas mulheres no campo. Sua fala sobre o estigma de gênero e etarismo revela as marcas do patriarcado e da desvalorização das mulheres, inclusive no acesso à terra e aos projetos produtivos.

Já ouvi isso: você já tá velha já, o que que você quer com o sítio? Não vai nem ver uma árvore crescer (Denise, 2025).

Este relato reforça a centralidade das lutas feministas camponesas na desconstrução das narrativas que invisibilizam e deslegitimam as mulheres como sujeitas produtivas e políticas no campo, alinhando-se às análises de Caldart (2017) e Federici (2017).

Por fim, Denise reafirma o papel do MST e da formação política na construção de sua autonomia e na compreensão dos direitos das mulheres camponesas. A formação de base, as trocas de experiências e a vivência coletiva no movimento aparecem como elementos fundamentais para sua permanência na terra e para sua visão crítica sobre os modelos de desenvolvimento rural.

Você tem que conhecer o quê que é o MST, quais são os princípios, né?!... pra gente poder saber o que que nós estamos fazendo (Denise, 2025).

10.4 Carline: a agroflorestra como escolha de vida e resistência cotidiana

Carline cresceu em uma família tradicional japonesa, herdeira de uma cultura onde o trabalho, a disciplina e o cuidado com a terra constituem valores transmitidos entre gerações. No entanto, sua trajetória não começou diretamente no campo. Formada em Administração, iniciou sua atuação profissional ministrando cursos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), espaço que a aproximou da realidade das famílias agricultoras e das limitações enfrentadas pelo campo diante da precarização das políticas públicas e das dificuldades de permanência.

Nesse percurso, a vida pessoal e a profissional se entrelaçaram. Conheceu seu companheiro, cuja família possuía um lote no Assentamento Campo Verde, em Terenos-MS. Ao perceber o interesse e a dedicação de Carline com as questões do campo, o sogro decidiu transferir a titularidade da terra para o filho, gesto que consolidou o início de uma nova etapa para ela. Desde então, Carline vem construindo um projeto de vida que articula agroecologia, educação ambiental e práticas de bem-estar animal no Sítio Primavesi. Atualmente, dedica-se à implantação e manejo de cinco SAF distribuídos ao redor da residência, cada um com um foco produtivo específico, criação de galinhas e manutenção da pecuária leiteira em pequena escala, com o plantio diversificado e regenerativo. A propriedade se encontra em plena fase de transição agroecológica, processo que exige paciência, estudo e resiliência, especialmente frente às adversidades climáticas e às exigências do mercado.

Carline se identifica enquanto ativista ambiental e compreende sua atuação como parte de uma luta maior pela regeneração dos territórios e pela reconstrução das relações entre humanos e natureza. Seu sítio além de espaço produtivo, se faz paralelamente um lugar de formação e troca de saberes. Por meio da realização de mutirões, dias de campo e eventos voltados à agroflorestra, busca criar um ambiente onde a prática educativa se articule à experiência concreta da terra. Também se organiza, junto a outras mulheres da comunidade, para desenvolver projetos que visam disseminar conhecimentos sobre práticas agroecológicas e fortalecer as redes de apoio e resistência no campo.

Ao refletir sobre sua trajetória, Carline evidencia os limites impostos às mulheres que ousam propor novas formas de produzir e viver no campo. A dificuldade de acesso a políticas públicas, a invisibilidade das práticas agroecológicas frente ao modelo hegemônico do agronegócio e as barreiras culturais ainda presentes nas comunidades rurais compõem o cenário desafiador que enfrenta. No entanto, ela afirma sua escolha pela agroecologia como

caminho ético, político e necessário, construindo cotidianamente alternativas que preservam a biodiversidade, geram renda e fortalecem as dinâmicas coletivas no território.

A experiência narrada por Carline reforça aspectos centrais desta pesquisa no que tange à autonomia produtiva das mulheres camponesas, seus modos de organização do trabalho, e as estratégias que articulam permanência no território, práticas agroecológicas e resistência econômica. Sua fala, ao mesmo tempo que revela a materialidade do cotidiano agroecológico, evidencia as limitações estruturais enfrentadas pelas mulheres na relação com as políticas públicas e no acesso a mercados.

Um dos primeiros pontos que Carline destaca é o papel fundamental da assistência técnica em seu processo de formação e organização da produção no Sítio Primavesi. Segundo ela, o acompanhamento oferecido por técnicas e técnicos possibilitou não apenas acesso a informações, mas o desenvolvimento de uma visão mais sistemática sobre a produção e gestão da propriedade:

Essa parte da assistência técnica é muito importante porque a gente começa a enfatizar o trabalho, principalmente na questão das informações (Carline, 2025).

Sobre a importância da assistência técnica como ferramenta de formação e reorganização do trabalho no campo, Carline destaca que o acompanhamento técnico contribuiu para aprimorar práticas de cultivo e gestão, e para fortalecer uma perspectiva reflexiva sobre os processos produtivos:

A gente tem aprendido muito com a assistência técnica [...] a gente tem que também fazer as anotações para entender o que foi feito de certo, o que foi feito de errado e como produziu (Carline, 2025).

Tal prática de sistematização aproxima-se da perspectiva freireana de educação popular, que entende o conhecimento como processo dialógico e contínuo, baseado na experiência concreta por sujeitos e na reflexão crítica sobre a realidade (Freire, 1997).

Esse relato se articula com autores como Grisa e Schneider (2014), que destacam a relevância das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar e a agroecologia, especialmente quando orientadas à construção de processos autônomos e emancipatórios das mulheres e comunidades camponesas. A presença da agrônoma Mariana, como técnica voluntária com enfoque agroecológico, reflete o quanto a construção de redes e a solidariedade entre mulheres e profissionais engajadas fortalece tais experiências.

Outro aspecto relevante evidenciado por Carline diz respeito à forma como sua produção foi sendo orientada para produtos com maior valor agregado, tempo de prateleira e vínculo com saberes e práticas locais.

A gente começou com a castanha de baru torrada, que aí a gente extrai aqui dos nossos baruzeiros. E do baru a gente começou a fazer outros panificados, como o pão de baru, *cookie* de baru, bolo de baru, inclusive com rapadura (Carline, 2025).

Além disso, explora outras potencialidades dos frutos nativos do Cerrado, como a bocaiúva e o jatobá, com a produção de farinha, bolos e cappuccinos artesanais, todos elaborados a partir de conhecimentos locais ressignificados para novos mercados.

Tais estratégias dialogam com a proposta de diversificação da produção em sistemas agroecológicos, que priorizam a relação entre biodiversidade e segurança alimentar conforme Altieri (2004) e Abramovay (1992). Ao transformar frutos do Cerrado em produtos com valor de mercado, Carline evidencia como a agroecologia pode ser também uma prática de economia solidária e resistência cultural frente à homogeneização alimentar e produtiva promovida pelo agronegócio.

No entanto, Carline é enfática ao afirmar que as feiras não representam, necessariamente, o espaço de maior retorno financeiro:

As feiras não são assim exatamente o foco da comercialização. [...] A gente vai mais às feiras para que as pessoas conheçam os nossos produtos, conheçam o Sítio Primavesi, entendam qual é o nosso propósito (Carline, 2025).

Sua fala reforça o entendimento de que as feiras cumprem um papel político, pedagógico e de visibilidade, mais do que uma função puramente comercial. Como destaca a ANA (2022), as feiras agroecológicas são territórios de sociabilidade, construção de saberes, e articulação de redes de solidariedade, mais do que simples mercados de troca mercantil.

Ao discorrer sobre as mudanças no perfil de consumo e a dificuldade de competir com as lógicas do mercado convencional, Carline aponta para um dos desafios centrais da agroecologia camponesa:

O brasileiro, principalmente depois da pandemia, se acostumou muito mal a receber em casa as coisas. [...] E esse é um trabalho bem complicado pro pequeno produtor (Carline, 2025).

Suas reflexões evidenciam como a expansão da lógica da comodidade e da mercantilização da alimentação dificultam a valorização das práticas agroecológicas, mesmo em nichos urbanos mais conscientes.

Carline explicita sua concepção de sustentabilidade como resistência cotidiana, que não se limita a uma questão econômica, mas é também ética e política:

Trabalhar de forma sustentável tem a ver com a vida, tem a ver com suas relações com o outro, tem a ver com a sua relação com a natureza nesse mundo (Carline, 2025).

Essa visão alinha-se ao que autores como Shiva (1991) propõem quando defendem práticas de resistência que recolocam a vida, e não o lucro, no centro das relações sociais e ecológicas.

Nesse sentido, Carline integra a experiência das mulheres camponesas que, por meio da agroecologia e da solidariedade, constroem práticas de autonomia econômica e social, mesmo enfrentando as contradições de um sistema que segue priorizando a monetização e a exploração da natureza e dos corpos.

Carline compartilha uma reflexão profunda sobre sua sensação de não pertencimento aos movimentos sociais e aos coletivos de luta pela terra, mesmo estando plenamente envolvida com as práticas agroecológicas, a produção sustentável e as redes de solidariedade. Esse sentimento revela um elemento central das disputas simbólicas e políticas que perpassam a construção das identidades camponesas e das mulheres agricultoras, sobretudo naquelas que não possuem uma trajetória diretamente vinculada às ocupações ou à luta histórica pela terra, como é o caso dela:

Eu não me percebo como do movimento porque como eu não nasci dentro do assentamento, não participei da luta pela terra, eu não entendo como fazer essa conexão [...] os movimentos não me enxergam como essa pessoa do movimento (Carline, 2025).

Essa experiência reflete as múltiplas camadas de pertencimento e identidade no espaço rural, evidenciando que a construção de vínculos e reconhecimento passa tanto pelas práticas materiais quanto pelas trajetórias políticas e afetivas. Como argumenta Judith Butler (2017), certos modos de vida, trajetórias e identidades só se tornam reconhecíveis socialmente, quando cabem dentro dos quadros normativos que regulam pertencimento. Assim, mulheres que não passaram pela trajetória histórica da ocupação ou da luta direta pela terra podem ter suas práticas e engajamentos deslegitimados, ainda que desempenhem papel central na reprodução da vida, na agroecologia e nas redes comunitárias. No caso de Carline, a falta de reconhecimento não decorre da ausência de participação, mas do fato de que sua trajetória não se encaixa nos marcos tradicionais de legitimação política presentes nos movimentos sociais e nas políticas públicas.

Tal percepção de deslocamento aponta para as tensões que atravessam as fronteiras simbólicas entre os sujeitos do campo, reforçando a ideia de que o pertencimento às lutas camponesas não é apenas uma identidade construída a partir do trabalho com a terra, mas profundamente marcada pelas trajetórias políticas e pelo reconhecimento dos coletivos (Caldart, 2017). A ausência de reconhecimento, como ela explicita, produz angústia e solidão política:

Eu faço aqui dias de campo, faço curso, faço vivência, posto em todos os grupos do assentamento, aparece três, quatro pessoas... E quem é do movimento, principalmente, não vem (Carline, 2025).

Esse distanciamento e as barreiras simbólicas apontadas por Carline dialogam com a leitura de Santos e Meneses (2009), para quem as formas de pertencimento e reconhecimento nos movimentos sociais populares não são homogêneas e, por vezes, reforçam exclusões internas a partir de critérios históricos e identitários. Nesse sentido, sua experiência reflete uma tensão recorrente nas práticas camponesas: a construção de redes e práticas alternativas fora do circuito tradicional dos movimentos pode ser desvalorizada ou mesmo invisibilizada.

Ao descrever sua atuação por meio da realização de cursos, vivências e oficinas, Carline revela a potência das práticas agroecológicas enquanto territórios formativos, educativos e de resistência cotidiana. Mesmo sem esse reconhecimento formal por parte dos movimentos, sua prática materializa um modo de ser político de cuidado, autonomia e fortalecimento das redes locais, o que remete à concepção de agroecologia como pedagogia social (Freire, 1983; Altieri, 2004; Caldart, 2017).

Carline também compartilha uma reflexão sobre os desafios emocionais, psíquicos e subjetivos de quem se dedica à agricultura familiar em um contexto de isolamento social e esvaziamento dos vínculos comunitários. Sua fala sobre os índices de suicídio entre jovens rurais aponta para uma dimensão de sofrimento social muitas vezes negligenciada nas análises sobre as dificuldades de permanência no campo:

Hoje a gente vê que muitos jovens não sabem o que fazer com isso e tá tendo muito índice de suicídio (Carline, 2025).

A falta de redes de acolhimento, a sobrecarga de trabalho e a invisibilização dos saberes e práticas das mulheres contribuem para experiências de solidão e desvalorização. Sua reflexão recupera a centralidade do cuidado de si e da coletividade como práticas de resistência diante das adversidades:

A vida é feita de frustrações, mas a gente precisa lidar com elas. De que maneira fazer com que essa frustração seja algo que vai contribuir pro seu crescimento? (Carline, 2025).

Aqui, mais uma vez, a agroecologia surge não apenas como técnica ou produção, mas como um modo de vida que tensiona e propõe alternativas ao modelo capitalista de exploração e isolamento.

Nesse percurso, a experiência de Carline reafirma a importância das práticas educativas e das redes de solidariedade como caminhos possíveis para a construção de pertencimento e autonomia no campo, mesmo fora dos marcos tradicionais dos movimentos organizados. Sua trajetória dialoga com Santos e Meneses (2009) ao afirmar a centralidade das práticas e saberes cotidianos como instrumentos legítimos de transformação social.

A valorização da produção local, sobretudo por meio do uso de frutos nativos do Cerrado, insere o trabalho de Carline na perspectiva da agroecologia enquanto alternativa ao modelo hegemônico de produção. As experiências com baru, bocaiúva, jatobá e guavira demonstram como práticas agroflorestais podem articular a regeneração ambiental com a geração de renda, respeitando a biodiversidade e os ciclos da natureza. Essa lógica se aproxima da concepção de Altieri (2004), para quem os sistemas agroecológicos se fundamentam na valorização dos saberes locais, na biodiversidade e na autossuficiência dos agroecossistemas.

Apesar das dificuldades impostas por um mercado que privilegia a produção em escala e a praticidade do consumo, as feiras se manifestam como territórios políticos e educativos, lugares de mediação entre o campo e a cidade, onde circulam valores de solidariedade, cuidado e consciência ambiental, em sintonia com as análises de Caldart (2017) e da ANA (2021) sobre a importância desses espaços para a visibilidade da agricultura familiar e agroecológica.

A agroecologia, para Carline, é um projeto ético de vida, que conecta o cuidado com o solo à saúde humana e à permanência no campo. A influência de referências como Ana Maria Primavesi e Ernst Götsch aparece de forma marcante em sua narrativa, sobretudo na compreensão de que:

O solo sadio produz alimentos sadios e alimentos sadios produzem seres humanos com saúde (Carline, 2025).

Essa visão expressa a concepção de agroecologia como prática de cuidado e regeneração (Altieri, 2004; Primavesi, 2002).

Outro ponto relevante é a articulação entre agroecologia e gênero. Carline destaca o papel central das mulheres na difusão de práticas agroecológicas e na construção de redes de

solidariedade. Ela identifica as mulheres como principais responsáveis pela introdução de inovações no espaço doméstico e produtivo, ressaltando a importância das redes de apoio e da formação coletiva como estratégias de resistência ao isolamento e ao machismo estrutural ainda presente no campo. Como enfatiza Federici (2017), a valorização do trabalho das mulheres na reprodução da vida é central para qualquer projeto que vise uma transformação social e ecológica.

Carline compreende sua atuação como extensão da sua formação e compromisso ético com a vida, vinculando agroecologia, educação popular e construção de redes solidárias. Ao promover vivências, cursos e rodas de conversa, ela se insere na tradição da educação do campo que, segundo Molina (2015), busca articular os saberes locais e científicos na construção de alternativas sustentáveis para a reprodução da vida no campo.

Diante disso, sua trajetória evidencia como práticas agroecológicas, mesmo não reconhecidas institucionalmente como pertencentes a movimentos sociais tradicionais, constituem formas de resistência cotidiana, de construção de autonomia e de reinvenção de territórios rurais, a partir das mulheres.

As relações de gênero no campo seguem sendo atravessadas por uma estrutura patriarcal profundamente enraizada, que coloca as mulheres como ameaças em espaços tradicionalmente masculinos.

Os homens acham que a gente tá querendo tomar o lugar deles. E não é por aí. A mulher, ela não quer tomar o lugar do marido ou do homem com quem ela esteja tratando (Carline, 2025).

Essa percepção reflete uma insegurança masculina ainda muito presente e que atua como barreira à emancipação das mulheres camponesas, conforme já discutido por Scott (1995), ao analisar como as relações de gênero estruturam sistemas de dominação.

A gente tem uma criação muito machista ainda, um machismo estrutural enorme (Carline, 2025).

Essa ideia trazida por Carline evidencia como esse cenário perpetua desigualdades e impede relações mais justas no campo. Esse tipo de reflexão está em consonância com Freire (1983), que aponta que a superação das opressões só é possível mediante processos de conscientização crítica que desnaturalizem as formas de poder estabelecidas.

A fala da entrevistada é contundente ao expor as falhas das políticas públicas voltadas ao campo:

Uma crítica que eu faço muito aos projetos e programas das políticas públicas em geral é que a gente precisa ter constância. Não adianta vir um projeto que

vai durar dois anos, um ano, três anos e não haver um pós-projeto (Carline, 2025).

Tal afirmação reforça o diagnóstico de Almeida (2012) e Veiga (1999) sobre a fragilidade das políticas públicas destinadas às famílias assentadas, frequentemente interrompidas antes de gerar efeitos estruturantes.

Além disso, Carline destaca que:

Não é só acampar, receber o lote e começar a produzir. Tem um *gap* enorme, tem um desencontro muito grande entre tudo isso (Carline, 2025).

Dessa maneira, chama atenção para a ausência de formação continuada e suporte técnico como entrave para a concretização da reforma agrária como política de permanência com dignidade, alinhando-se a Freire (1983) na necessidade de processos educativos permanentes para a emancipação por sujeitos do campo.

As feiras agroecológicas e os eventos de troca de sementes emergem como espaços de resistência e pertencimento para as mulheres camponesas.

Quando comecei na cooperativa, a gente começou a participar dos eventos da UNICAFES⁷ [...], depois quando comecei a entrar na agrofloresta [...] fui conhecer a feira de Juti em 2022 [...]. A professora Zefa me chamou na feira seguinte para também dar uma palestra (Carline, 2025).

Esses espaços, mais do que oportunidades comerciais, configuram-se como territórios de articulação política e social, reforçando o papel das mulheres na agroecologia e suas redes solidárias. Como destacam Caldart (2017) e a ANA (2022), as feiras são práticas insurgentes que articulam economia do cuidado, solidariedade e fortalecimento das redes camponesas. Para Carline,

esses eventos permitem abrir um leque de caminhos, conhecer pessoas, instituições, alternativas (Carline, 2025).

Essa vivência dela exemplifica como tais práticas contribuem para a construção de autonomia coletiva e fortalecimento das lutas territoriais. A entrevistada traz ainda reflexões sobre as mudanças climáticas que impactam diretamente sua prática agrícola, ao afirmar:

A gente tá tendo ondas de calor, calorão, tá tendo ondas de frio [...] a natureza responde muito mal a isso, porque ela não tá acostumada com esse tipo de ondas de calor, ela tá acostumada com um clima que seja constante (Carline, 2025).

⁷ União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária: articula cooperativas e empreendimentos solidários em âmbito nacional, fortalecendo a comercialização e a organização produtiva de agricultores familiares.

Sua fala corrobora as análises de Altieri (2004) e Veiga (2010), ao indicar que as práticas predatórias do agronegócio têm levado à exaustão dos recursos naturais e à instabilidade climática. Ela observa:

Quando vem chuva, vem tudo de uma vez e a água escorre e não penetra no solo. Isso não vai ajudar no plantio, não vai ajudar nas culturas (Carline, 2025).

Este relato evidencia como a crise ambiental já é uma realidade concreta no cotidiano das agricultoras e reforça a urgência de práticas que respeitem os ciclos da natureza, reafirmando a agroecologia como alternativa viável para a produção sustentável e preservação dos ecossistemas.

As sementes crioulas aparecem como elemento central para a autonomia dos territórios e para a manutenção da diversidade agrícola e cultural. A entrevistada alerta:

As grandes empresas têm roubado, têm sequestrado o poder de domínio sobre essas sementes [...] muitas variedades estão em poder dessas grandes empresas e a gente tem acesso a poucas variedades (Carline, 2025).

Essa denúncia dialoga diretamente com as críticas de Shiva (2008) sobre a biopirataria e a monopolização das sementes como estratégias de controle corporativo da vida.

A gente precisa realmente ter mais guardiões de sementes crioulas e também ter mais trocas de sementes para que as pessoas possam levar para seus territórios essas outras variedades (Carline, 2025).

Sua reflexão reforça a perspectiva da agroecologia como um projeto político que preserva a biodiversidade e os saberes tradicionais. As sementes, assim, deixam de ser vistas apenas como insumos e passam a ser compreendidas como patrimônios vivos que garantem soberania alimentar e continuidade dos modos de vida camponeses.

10.5 Mariana: confiança nos questionamentos e propósito comum, a terra

A trajetória de Mariana revela uma construção cuidadosa de sentidos que se entrelaçam entre o campo e a cidade, entre o conhecimento técnico e o aprendizado cotidiano ao lado das agricultoras. Agrônoma de formação, encontrou no convívio com as práticas agroecológicas das famílias assentadas um espaço de reconstrução de suas próprias referências sobre a agricultura, a extensão rural e a permanência no campo.

Sua aproximação com Carline e o Sítio Primavesi, no Assentamento Campo Verde em Terenos-MS, exemplifica esse processo. Mais do que uma relação profissional, Mariana construiu ali uma amizade e uma colaboração que ultrapassam as formalidades das atividades de extensão. A convivência com Carline e sua família abriu espaço para trocas sinceras sobre as dificuldades e potências da transição agroecológica, sobre as barreiras enfrentadas pelas mulheres no campo e sobre as possibilidades de criar alternativas concretas de permanência com dignidade e autonomia.

Mariana reconhece no Sítio Primavesi um território pedagógico vivo, onde os sistemas agroflorestais, as práticas de bem-estar animal e a relação com a biodiversidade são formas concretas de resistência. Para ela, esse espaço não é apenas uma propriedade rural em transição, mas um campo fértil de experimentações sociais, ambientais e políticas. As experiências que ali se desenvolvem, articulando mutirões, dias de campo e redes comunitárias, revelam as potências da agroecologia como estratégia de enfrentamento ao modelo hegemônico e como construção de pertencimento e cuidado.

Essa vivência com Carline também reflete as críticas que Mariana construiu ao modelo tradicional da assistência técnica. Em vez da transferência vertical de conhecimento, ela aposta na construção coletiva, no diálogo entre saberes e na valorização das práticas que emergem do cotidiano das mulheres camponesas. Sua atuação busca romper com o isolamento entre campo e cidade, promovendo encontros, fortalecendo redes e criando vínculos que contribuem para a valorização da agricultura familiar e das práticas agroecológicas.

Mariana enxerga em espaços como o Sítio Primavesi não apenas uma experiência isolada, mas parte de um movimento mais amplo, no qual mulheres agricultoras, técnicas e ativistas articulam conhecimentos e práticas que desafiam as lógicas de exploração da terra e do trabalho. Ao lado de Carline, constrói pontes que reafirmam a agroecologia como caminho possível para o presente e o futuro.

Mariana articula sua experiência pessoal com a prática agroecológica como forma de resistência e reconstrução dos territórios camponeses. Ao narrar sua trajetória, ela afirma:

Eu me sinto muito realizada de trabalhar com agroecologia, agrofloresta, porque é isso que eu acredito e eu ainda tenho esperança de que as coisas possam melhorar [...] a agroecologia é muito sobre resistência também, porque se fosse algo difundido plenamente, não seria uma luta. E é uma luta, né? (Mariana, 2025).

Sua fala aproxima-se da concepção de agroecologia enquanto prática política e cultural, como discutem Altieri e Toledo (2011) e ANA (2021). Mariana entende a agroecologia não apenas como técnica de cultivo, mas como prática cotidiana de resistência frente à expansão do agronegócio e da monocultura:

Quando essa visão estadunidense e europeia da Revolução Verde [...] chegou no Brasil e se instaurou como uma regra, ficou mais fácil de acreditar que a gente conseguiria controlar a natureza, mas a gente não consegue controlar ela (Mariana, 2025).

Sua percepção alinha-se às reflexões de Santos e Meneses (2009) sobre a necessidade de descolonizar os modos de produção e de relação com a natureza. Além disso, ela reforça a dimensão da agroecologia enquanto trabalho vivo e relacional:

Não é só plantar, aplicar veneno, colher e exportar. É a comida de quem vai comer, a comida que a gente vai pôr na merenda da escola, é a comida que o seu vizinho vai comer, a sua filha, a sua família (Mariana, 2025).

Esse vínculo entre trabalho, território e cuidado ressoa nas discussões de Molina (2010) e Caldart (2017) sobre a agroecologia como prática educativa, cultural e comunitária. Mariana critica as construções sociais que associam assentadas e assentados a imagens de “preguiça” ou “dependência”. Ela reflete que:

Essas pessoas nunca pisaram no lugar e acabam propagando repetições de falas de uma ideologia que é inserida na nossa cabeça desde a escola [...] o agronegócio na educação para começar a moldar esse pensamento preconceituoso com quem é diferente do agronegócio (Mariana, 2024).

Esta análise dialoga com as reflexões de Freire (1983) sobre a formação de uma consciência crítica frente à ideologia dominante e como a educação formal tem servido, historicamente, para reforçar a hegemonia do agronegócio e a invisibilização das práticas camponesas. Em relação ao papel da cultura na manutenção desses estigmas, Mariana diz:

É muito fácil você ouvir em qualquer rádio sertanejo que exalta o agronegócio [...] nós é da roça, várias falas desse tipo, que vão exaltando esse agronegócio e transformando essa imagem de que tudo relacionado à agricultura é agronegócio (Mariana, 2025).

Essa construção simbólica reforça a naturalização das desigualdades e estigmatiza sujeitos camponeses (Bourdieu, 1989). Ao propor a educação ambiental como ferramenta de enfrentamento, Mariana aproxima-se das proposições de Freire (1997) e Molina (2015), que defendem práticas educativas que valorizem os saberes locais e rompam com a alienação entre campo e cidade.

Mariana evidencia como as práticas coletivas, especialmente os mutirões, funcionam como estratégias fundamentais para a superação das dificuldades enfrentadas por assentados e assentadas diante da precariedade das políticas públicas e das condições socioeconômicas adversas:

O mutirão é uma ação coletiva que eu acredito que deveria existir mais nos assentamentos [...] as pessoas não sabem a força que elas têm quando se unem (Mariana, 2025).

Com sua análise, reforça-se a perspectiva de Caldart (2017) e Molina (2015) sobre a centralidade da ação coletiva na construção de territórios camponeses sustentáveis. Tais práticas reafirmam a solidariedade como um princípio organizativo fundamental da agroecologia (Altieri, 2004; ANA, 2022), especialmente em contextos marcados pela ausência de crédito, trabalho experienciado e incentivo público.

As pessoas se unem, vão lá, levantam os canteiros, adubam, plantam [...] isso traz um sentimento de trabalho feito, de deu certo, e um ânimo na pessoa (Mariana, 2025).

Mariana aponta como o trabalho coletivo opera como solução prática, produção de pertencimento e sentido. Esta dimensão afetiva e social conecta-se às reflexões de Abramovay (1992) sobre a economia moral de camponesas e camponeses e a necessidade de revalorizar os modos de vida baseados na cooperação e reciprocidade.

Para ela, existem múltiplas camadas de desigualdade de gênero presentes tanto na agricultura convencional quanto, em certa medida, no meio agroecológico. Ela destaca que

Quando chega uma mulher nesse meio de agricultura, ou eles vão pensar que você é filha do dono do lugar, ou que você é esposa [...] você não é a protagonista ali daquela ação (Mariana, 2025).

Essa observação reforça a análise de Federici (2017) sobre como a divisão sexual do trabalho segue marcando a estrutura agrária, reproduzindo o apagamento das mulheres enquanto protagonistas da produção e da resistência camponesa.

Mariana aponta como essa lógica patriarcal se expressa nas interações cotidianas, desde o descrédito da capacidade técnica das mulheres até práticas de assédio moral e sexual, como quando narra:

Os professores desincentivavam a gente, faziam barganha, tipo assim: ‘Vem ficar comigo que eu te dou nota’ (Mariana, 2025).

Sua experiência reafirma o que Bourdieu (2007) e Freire (1983) já apontavam sobre a violência simbólica e a negação de espaços de fala e protagonismo para sujeitos historicamente subalternizados. A crítica direta ao machismo no meio agroecológico reforça sua firme defesa de que:

Não se faz agroecologia sem feminismo! (Mariana, 2025).

Nesse sentido, Agarwal (2003) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA, 2022), também reconhecem a luta das mulheres como parte constitutiva e inegociável da construção de territórios sustentáveis e justos.

Mariana articula sua experiência pessoal com um olhar político e pedagógico acerca do papel das mulheres na agroecologia. Para Mariana,

As mulheres têm uma conexão com a terra [...] trabalhar com a terra, ter essa conexão faz a gente se sentir mais pertencente ao mundo (Mariana, 2025).

Essa afirmação dialoga com as perspectivas de Shiva (2008), ao destacar como as práticas agroecológicas constroem sentidos de pertencimento, identidade e autonomia que vão além da produção alimentar, sendo também experiências de resistência existencial e política.

Mariana orienta, especialmente às mulheres mais jovens:

Acredite nos seus questionamentos [...] porque os questionamentos levam a investigar, e é isso que vai moldando quem a gente é também (Mariana, 2024).

Reforçando a perspectiva da agroecologia enquanto prática integral de vida, conforme defendem Altieri (2004) e a ANA (2021), Mariana diz que

A agroecologia não é só técnica, é sobre respeito à vida, é sobre luta contra as violências (Mariana, 2025).

Seu depoimento se encerra com uma crítica direta às desigualdades de gênero no campo, sintetizando a necessidade de que as lutas feministas e agroecológicas caminhem juntas na disputa por territórios mais justos:

Os homens poderiam ceder um pouco desse protagonismo [...] saber compartilhar o espaço do protagonismo (Mariana, 2025).

Mariana evidencia as barreiras estruturais impostas às famílias assentadas no que se refere ao acesso às políticas públicas, especialmente ao crédito rural. Ela argumenta:

Existe uma grande dificuldade do agricultor, do assentado ou do acampado adquirir esse lote, o título da terra, e sem essa comprovação de que a terra é da pessoa, fica complicado o acesso ao financiamento (Mariana, 2025).

Tal afirmativa reforça a crítica já evidenciada por estudiosos como Sauer (2006) e Silva (2020), que discutem as contradições da política agrária brasileira, especialmente quando os títulos de terra permanecem como uma forma de controle sobre a autonomia produtiva das famílias camponesas.

As cooperativas de crédito ou os bancos, a primeira coisa que eles pedem é uma documentação extensa, onde tudo esteja certinho e muitas vezes o pessoal é um pessoal mais de idade, que às vezes inclusive não sabe ler ou escrever (Mariana, 2025).

Sua experiência revela que o acesso ao crédito não é meramente uma questão burocrática, mas é atravessado por desigualdades geracionais, educacionais e de gênero, como já discute Federici (2017), ao analisar a colonialidade nas estruturas institucionais.

E Mariana complementa:

Sem esse título da terra, por exemplo, eles não conseguem acessar alguns financiamentos. Então, se você não tem financiamento para poder investir na sua terra e fazer uma agricultura sustentável ou agricultura de forma geral, como que você vai ter minimamente as condições para cultivar? (Mariana, 2025).

Aqui, a narrativa dialoga diretamente com Abramovay (1992) e Altieri (2004), que apontam como a falta de acesso ao financiamento limita as possibilidades de práticas agroecológicas e reforça a dependência de agricultoras e agricultores a modelos agrícolas subordinados às lógicas do agronegócio.

A crítica de Mariana também abarca a desigualdade nas políticas públicas, quando destaca que:

O produtor rural de grandes áreas quando acessa o plano safra, sempre fica num ciclo ali de endividamento... Então é muito fácil esse financiamento do Plano Safra, enquanto o do Pronaf é muito difícil pro pessoal (Mariana, 2025).

Sua análise se aproxima da crítica feita por Veiga (1999) sobre a forma como as políticas públicas favorecem o agronegócio em detrimento da agricultura familiar.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscamos compreender como as mulheres assentadas de Sidrolândia e Terenos (MS) articulam agroecologia, feiras alternativas e políticas de incentivo rural como estratégias de resistência e permanência na terra. A partir de entrevistas narrativas e de nossas observações em campo foram identificadas práticas que afirmam o corpo-território como espaço de luta, cuidado e construção coletiva de saberes e redes.

Os resultados apontam que a permanência dessas mulheres no campo está profundamente enraizada na articulação entre autonomia econômica, reprodução da vida e solidariedade política. As feiras alternativas emergem como territórios de protagonismo delas nesta caminhada, onde circulam produtos e afetos, assim como estratégias de visibilidade, denúncia e transformação social. A agroecologia, por sua vez, aparece não apenas como método de cultivo, mas como forma de existência e insurgência cotidiana frente ao modelo do agronegócio e ao machismo estrutural.

Ao valorizar as narrativas e experiências das entrevistadas, a pesquisa contribui para ampliar a compreensão da relação entre gênero, políticas públicas e agroecologia a partir do ponto de vista das mulheres do campo. Além disso, ao adotar o vídeo documentário como material produzido em conjunto, buscou-se também democratizar o acesso ao conhecimento e dividi-lo e dissipá-lo às comunidades participantes, alinhando-se às pedagogias críticas e às epistemologias do sul.

Os achados desta dissertação devem ser compreendidos dentro de um contexto mais amplo de crise civilizatória. A noção de permanência no campo não diz respeito apenas à resistência territorial, mas à afirmação de outro modelo de vida, baseado no cuidado, na reciprocidade e na soberania popular sobre os bens comuns e o rompimento das barreiras entre campo e cidade, assim falam diversos autores reconhecidos pela literatura, mas principalmente assim falam as vozes “invisíveis” do campo.

Como limitação, destaca-se a restrição geográfica da amostra e o tempo de convivência nos assentamentos, o que impediu o aprofundamento de aspectos intergeracionais ou de diferentes experiências em outros territórios e coleta de mais relatos. Ainda assim, este trabalho abre caminhos para investigações futuras que explorem com mais profundidade os impactos objetivos/subjetivos.

A história nos traz por meio de dualismos excludentes a legitimação de hierarquias e invisibilização de saberes populares. Ao contrário disso, a proposta aqui foi navegar sobre

coexistência de dimensões distintas e seus atravessamentos, por meio das experiências vividas por essas mulheres. Percebemos e vivenciamos o quanto, nas práticas agroecológicas, se produzem sentidos e afetos ao mesmo tempo em que constroem autonomia material e coletiva, configurando territórios onde a vida é reproduzida de maneira integrada. Estudos futuros podem problematizar de forma mais abrangente como essas práticas constroem novas e diversas formas de existir no campo, articulando políticas públicas, relações comunitárias e subjetividades, ao reconhecer as experiências das mulheres como lugares legítimos de produção de conhecimento, compreendendo que sua atuação não se restringe a uma representação formal, mas que carrega outras racionalidades, temporalidades e formas de organização da vida que tensionam as estruturas de poder ainda profundamente patriarcais no campo (Federici, 2017; Molina, 2010).

Do ponto de vista da práxis, espera-se que os resultados possam subsidiar e inspirar iniciativas de formação, ações de extensão universitária, reflexão sobre as diversas possibilidades de autogestão coletiva e elaboração de políticas públicas mais sensíveis à realidade das mulheres camponesas. É urgente fortalecer mecanismos de apoio à agroecologia, garantir acesso aos incentivos de forma equitativa e reconhecer os espaços de comercialização solidária como territórios políticos de luta por justiça ambiental, alimentar e de gênero.

Essas mulheres nos trazem que aprender, transformar e se engajar nas práticas de resistência camponesa é um percurso que exige tempo, paciência e convivência. O processo contínuo de conscientização que não se dá por imposição, mas por vivência e reflexão crítica sobre a realidade. Na medida em que reconhece a importância dos saberes locais e das relações familiares e comunitárias na constituição de sujeitos capazes de intervir em suas realidades, isso é educação do campo (Molina, 2015). Nesse contexto, a agroecologia se firma não apenas como prática produtiva, mas como território de formação política e de reconstrução de valores, especialmente para as mulheres, que historicamente tiveram suas vozes silenciadas no campo (Caldart, 2017; Schmitt, 2017). Ao reforçar que “é o processo”, Lourdes afirma também uma perspectiva de tempo que não é a da produtividade acelerada do agronegócio, mas a do amadurecimento que se dá no compasso da vida e das relações.

Permanecer no campo é um ato político. É também um gesto de recriar territórios vivos contra a lógica da mercadoria (Fernandes, 2013). Parafraseando Freire (1997), as mulheres que nos receberam para essa pesquisa nos ensinam mais uma vez que “esperançar é

agir com lucidez política” e que a construção de um futuro justo depende das lutas travadas no agora, com os pés na terra, as mãos na semente e a palavra em movimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1992.

ALMEIDA, Rogério Antônio de. Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 15, n. 20, p. 108-129, 2012.

ALTIERI, Miguel Ángel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel Ángel; TOLEDO, Víctor Manuel. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia. **Coleção Agroecologia e Políticas Públicas: subsídios para a incidência nos municípios**. Rio de Janeiro: ANA, 2022. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2022/01/28/colecao-agroecologia-e-politicas-publicas-subsidios-pa-ra-a-incidencia-nos-municipios/>. Acesso em: 13 set. 2025.

ARAÚJO, Heloísa Machado de *et al.* A práxis extensionista contribuindo na atuação de jovens rurais como agentes de desenvolvimento local no município de Carrancas, MG. In: VI Congresso de Extensão - CONEX UFLA, 2011, Lavras, MG. **Anais do VI CONEX UFLA**. Lavras, MG, 2011.

BECHER, Caroline.; KLANOVICZ, João Klug. Mulheres camponesas e os desafios do acesso às políticas públicas para igualdade de gênero. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 159-177, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. **Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015**. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 maio 2015. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=8447&ano=2015&ato=4ebMTV610dZpWT903>. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991**. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 1991.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Autonomia e cidadania:** políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-outras-publicacoes-1/17-autonomia-e-cidadania-politicas-de-organizacao-produtiva-para-as-mulheres-no-meio-rural.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Relatório anual de desmatamento no Brasil - Cerrado**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias>. Acesso em: 24 maio 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

CALDART, Roseli Salete. Trabalho, agroecologia e educação politécnica nas escolas do campo. **Questão agrária, cooperação e agroecologia**, v. 3, p. 1-33, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35353>. Acesso em: 26 mar. 2024.

CAMPO GRANDE NEWS. Feira Bosque da Paz celebra 3 anos em Campo Grande neste domingo. **Campo Grande News**, Campo Grande, 21 abr. 2024. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/feira-bosque-da-paz-celebra-3-anos-em-campo-grande-neste-domingo>. Acesso em: 13 mai. 2025.

CAMPO GRANDE NEWS. Feira Ziriguidum celebra 1 ano com show de Brô MC's neste sábado. **Campo Grande News**, 7 set. 2024. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/feira-ziriguidum-celebra-1-ano-com-show-de-bro-mcs-neste-sabado>. Acesso em: 13 mai. 2025.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, Jefferson. A extensão rural e o fortalecimento da agricultura familiar: contribuições da agroecologia. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 161-184, jan./abr. 2004.

CARNEIRO, Maria José *et al.* (Ed.). **Ruralidades contemporâneas:** modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina; TORNOS, Teresa. El Trabajo de cuidado: historia, teoría y políticas. **Cuadernos de Relaciones Laborales**, v. 26, n. 2, p. 39-61, 2008.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Missão institucional**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/acesso-a-informacao/institucional>. Acesso em: 22 fev. 2025.

ESQUIVEL, Valéria. A “**Economia do Cuidado**”: um percurso conceitual. In: JÁCOME, Márcia Larangeira; VILLELA, Shirley (org.). **Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos**. Brasília: ONU Mulheres, 2024.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). **Global Report on Food Crises (GRFC) 2022**. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. 2022. Disponível em: https://www.fightfoodcrises.net/fileadmin/user_upload/fightfoodcrises/doc/resources/GRFC_2022_FINAL_REPORT.pdf. Acesso em: 13 abr. 2024.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). **The State of Food and Agriculture 2010-2011: women in agriculture – closing the gender gap for development**. Rome: FAO, 2011.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). **The Status of Women in Agrifood Systems**. Rome, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc5343en>. Acesso em: 13 abr. 2024.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia; VALIO, Luciana Benetti Marques. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e70010, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n270010>

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do agronegócio e a luta pela terra na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 12, p. 1-21, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/sobre-a-tipologia-de-territorios.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.

FERNANDES, Sirlei Aparecida. Entraves para inclusão de gênero nas políticas de crédito no meio rural. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 22, n. 34/35, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v22i34/35.1624>.

FERREIRA, Patrícia de Souza *et al.* Produção de Alimentos Agroecológicos no Centro de Pesquisa Geraldo Garcia (CEPEGE) – Sidrolândia-MS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 2, 2024. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/10133/7629>. Acesso em: 04 maio. 2025.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRICKER, M. **Epistemic injustice**: power and the ethics of knowing. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GUZMÁN, Nataly; TRIANA, Diana. Julieta Paredes: hilando el feminismo comunitario. **Ciência Política**, Colombia, v. 14, n. 28, p. 23-49, 2019.

GREGOLIN, Marcos Roberto Pires; MARINHO, Cristiane Moraes. Educação popular e extensão rural: uma revisão da produção brasileira acerca dessa relação. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, ed. especial, p. 164–186, 2023. DOI: 10.14393/REP-2023-69362. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/69362>. Acesso em: 13 maio 2024.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural - RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, p. S125-S146, 2014.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos**: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza. Cochabamba: CLAES; CEDIB, 2011.

HIGINO, Luciana Pereira; MONFORT, Gislaine Carolina; GISLOTI, Laura Jane. Mulheres camponesas tecendo redes de apoio mútuo como autodefesa dos corpos-territórios contra a violência patriarcal no assentamento Santo Antônio, Sul de Mato Grosso do Sul. **Revista Territorium**, v. 10, n. 3, p. 45-63, jan.-abr./2023.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003. p. 139-156.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 1 maio 2024.

KEMPF, Rafaela Borges *et al.* **Colonialidade e desenvolvimento**: uma crítica a partir do feminismo comunitário. *Desenvolvimento em Questão*, Editora Unijuí, v. 20, n. 58, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LUZ, Kalil Siqueira da; MARINHO, Cristiane Moraes; FREITAS, Helder Ribeiro. Uso da metodologia "de camponês a camponês" no Brasil: iniciativas, aprendizados e desafios na promoção da transição agroecológica. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 4, p. 01-26, 2024.

MAGRINI, Pedro Rosas; OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza; ALVES, Jacqueline Magalhães. Flores e lutas dentro e fora de casa: relações de gênero em um assentamento rural do MST no Sul de Minas Gerais. **Anais do VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**, Porto de Galinhas, 2010.

MAPBIOMAS. **Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil. 1985 - 2023**. Brasília-DF. Disponível em: <https://mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas-1>. Acesso em: 24 maio 2024.

MAPBIOMAS. **Em 2023, a perda de áreas naturais no Brasil atinge a marca histórica de 33% do território**. Brasília: Projeto MapBiomas, 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2024/08/21/em-2023-a-perda-de-areas-naturais-no-brasil-atinge-a-marca-historica-de-33-do-territorio/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. *Tempo Social*; **Revista Sociologia USP**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, out. 1999.

MIRANDA, Claudia Maria; BARROSO, Maria do Socorro Farias. Mulheres na Amazônia: lutas em defesa de seus corpos-territórios. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 2, 2024.

MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília, MDA/MEC, 2010.

MOLINA, Mônica Castagna. Expansão das licenciaturas em educação do campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil: UFPR. n. 55, p. 145-166, jan./mar. 2015.

MONFORT, Gislaine Carolina; GISLOTI, Laura Jane. Recuperação territorial face à financeirização da terra e às zonas de exceção do capital e do estado: retomadas e autodemarcações em defesa da vida. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 17-44, jan./abr. 2024.

MOORE, Jason W. **Capitalismo na teia da vida: ecologia e a acumulação de capital**. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

OLIVEIRA JUNIOR, Manoel Soares de. **Resistência e subalternidade na reprodução do campesinato**. Dourados: UFGD, 2013.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza *et al.* Mulheres, relações de gênero e divisão sexual do trabalho em Minas Gerais: negras, assentadas de reforma agrária e da economia solidária em Lavras, Guapé e Prados. **Retratos de Assentamentos**, v. 18, p. 17-42, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007. Disponível em: https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf. Acesso em: 21 ago. 2025.

ONU Mulheres. **O trabalho de cuidado na perspectiva de gênero**: diálogos com as teorias feministas. Brasília: ONU Mulheres, 2012.

PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico do solo**: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SABOURIN, Eric. **Sociedades camponesas e desenvolvimento sustentável**: a contribuição da agroecologia e da agricultura familiar. Brasília: EMBRAPA, 2017.

SANCHES, Ronaldo São Romão. **A agricultura familiar no município de Terenos/MS**: perspectivas de sustentabilidade e desenvolvimento local. 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017. Disponível em: [\[https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/12389-dissertacao-ronaldo.pdf?utm_source\]](https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/12389-dissertacao-ronaldo.pdf?utm_source). Acesso em: 15 mar. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009.

SEGATO, Rita Laura. **La nación y sus otros**: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Quem somos**. Brasília, DF: SENAR, 2024. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/senar/quem-somos>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SCHNEIDER, Sergio. A heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e os desafios para as políticas públicas diferenciadas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, n. 2, p. 283-298, 2010.

SHIVA, Vandana. **Quem alimenta realmente o mundo?** São Paulo: Elefante, 2016.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2008.

SHIVA, Vandana. **The violence of the Green Revolution:** third world agriculture, ecology, and politics. London: Zed Books, 1991.

SILVA, Sandra Procópio da; MATOS, Jatene da Costa. As Mulheres e a Produção Invisível da Agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**. v. 9, n. 4, nov. 2014.

SILVA, Maria. O papel das mulheres rurais na resistência ao agronegócio. **Revista de Estudos Rurais**, v. 10, n. 2, p. 123-145, 2020.

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. São Paulo: Garamond, 2010.

VEIGA, José Eli da. **Novas instituições para o desenvolvimento rural:** o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, DF: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 641).

WALSH, Catherine. **Interculturalidade e colonialidade do poder:** um pensamento e posicionamento outro a partir da diferença colonial. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 273-304.

ZIBECHI, Raúl. **Territories in resistance:** a cartography of Latin American Social Movements. Oakland, CA: AK Press, 2012. Disponível em: https://files.libcom.org/files/Raul%20Zibechi%20-%20Territories%20in%20Resistance_%20A%20cartography%20of%20Latin%20American%20social%20movements.pdf. Acesso em: 13 mai. 2025.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

1. Nome: _____

2. Gênero: () Masculino () Feminino () Prefiro não responder

Outro: _____

3. Qual é a sua faixa etária?

() Menor que 18 anos

() 18-34 anos

() 35-44 anos

() 45-64 anos

() 65 anos ou mais

4. Nível de escolaridade:

() Ensino Fundamental

() Ensino Médio

() Graduação

() Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)

Outro: _____

6. Renda Mensal:

() Menos de 1 salário mínimo

() Entre 1 e 2 salários mínimos

() Entre 2 e 3 salários mínimos

() Entre 3 e 4 salários mínimos

() Mais de 4 salários mínimos

7. Assinale as atividades que compõem sua renda mensal:

() Venda de produtos agrícolas (grãos, frutas, vegetais etc)

() Venda de animais (gado, aves, etc)

() Prestação de serviços agrícolas (consultoria, serviços de maquinário, etc)

() Agroturismo

() Venda de produtos processados

() Aposentadoria

- () Emprego em período integral ou parcial fora da atividade rural
- () Recebimento de subsídios governamentais ou programas de apoio à agricultura

Outro: _____

8. Qual é o principal mercado para seus produtos agrícolas?

- () Mercado local
- () Mercado regional
- () Mercado nacional
- () Exportação

Outro: _____

9. Você recebe subsídios ou incentivos governamentais para suas atividades agrícolas? Em caso afirmativo, qual é o tipo de subsídio/incentivo?

APÊNDICE B – ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA

ABERTURA: APRESENTAÇÃO E CRIAÇÃO DE VÍNCULO

1. Para começarmos, você poderia se apresentar, dizendo seu nome, idade e há quanto tempo vive ou trabalha aqui nesta terra?
2. Pode contar um pouco da sua história de chegada? Como foi esse processo de ocupar, se instalar e permanecer aqui na terra?

BLOCO 1 – TRAJETÓRIA PRODUTIVA E AGROECOLOGIA

3. Que tipos de produtos você produz e como faz para escoá-los?
5. O que a agroecologia significa no seu dia a dia?

BLOCO 2 – RENDA, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE

6. Qual sua principal fonte de renda?
7. Você já teve acesso a políticas de incentivo rural, programas como o PRONAF Mulher, o PAA, o PNAE ou a assistência técnica (ATER)? Pode contar como foi essa experiência?
8. Esses programas ajudam mesmo no dia a dia? Quais os efeitos que você sentiu na sua renda, no plantio ou na organização da casa?
9. Quais são os maiores desafios que você enfrenta hoje para ter uma renda estável no campo? (pode comentar sobre clima, comercialização, acesso a crédito, etc)
10. Você participa de algum projeto de diversificação de renda ou produção? Como isso tem te ajudado a seguir no campo?

BLOCO 3 – GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AUTONOMIA

11. Como é ser mulher aqui no campo? Você sente que há diferenças entre o trabalho das mulheres e o dos homens?
12. Já passou por alguma situação de discriminação ou dificuldade por ser mulher, seja pra participar de reuniões, acessar crédito ou ser reconhecida no trabalho?
13. Como você organiza sua rotina entre a casa, filhas e filhos (se tiver) e o trabalho na roça? Como você equilibra tudo isso?
14. Você sente que as mulheres da sua comunidade estão mais organizadas, mais fortes? O que tem feito essa mudança acontecer?

BLOCO 4 – COMUNIDADE, REDES DE APOIO E MOVIMENTOS

15. Existem grupos, associações, igrejas ou movimentos que te ajudam por aqui? Como é esse apoio?
16. Você participa de algum grupo ou iniciativa específica voltada para as mulheres? Como tem sido essa experiência?
17. Os espaços da comunidade têm ajudado a discutir temas como igualdade de gênero, direitos das mulheres ou autonomia feminina?
18. Na sua opinião, essas iniciativas têm mudado algo de verdade na vida das mulheres do campo? O que ainda falta acontecer?

ENCERRAMENTO – VISÃO DE FUTURO E MENSAGEM FINAL

19. O que você gostaria de ver mudando na sua comunidade para melhorar a vida das mulheres do campo?
20. E pra você, o que significa 'permanecer na terra'? Como você imagina seu futuro aqui?
21. Pra terminar: que mensagem você gostaria de deixar para outras mulheres camponesas que ainda estão lutando para conquistar ou permanecer na terra?

APÊNDICE C – TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezada, você está sendo convidada a participar da pesquisa de forma totalmente voluntária. Antes de concordar, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão – PPGDE, Universidade Federal de Lavras

Projeto de pesquisa: **“Corpos Germinando Territórios: práticas de resistência por mulheres do campo para sustentação da vida e permanência na terra pela agroecologia”**

Problema de Pesquisa: Quais as estratégias de resistência e permanência sustentável na terra das mulheres do campo, assentadas em Sidrolândia e Terenos (MS), por meio da agroecologia, em meio ao acesso (ou ausência) de incentivos rurais e à comercialização solidária?

Pesquisadora responsável: Taiza Tabata Falkembak Celestino

Orientadora: Profa. Jacqueline Magalhães Alves (PPGDE/UFLA)

A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento das pautas das mulheres assentadas e para o reconhecimento de sua atuação social, política e econômica. Também visa ampliar o debate público sobre agroecologia e gênero no campo e na cidade.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E VOZ – PESQUISA ACADÊMICA

Eu, _____, portadora do CPF nº _____, autorizo, de forma gratuita, irrevogável e irretratável, a utilização da minha imagem e voz captadas no âmbito da pesquisa de mestrado intitulada “Corpos Germinando Territórios: Práticas de Mulheres do Campo para Sustentação da Vida e Permanência na Terra através da Agroecologia”, conduzida pela mestrandia Taiza Tabata Falkembak Celestino, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão da Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Autorizo que as imagens, gravações de voz e demais registros audiovisuais em que eu apareça, decorrentes da minha participação nesta pesquisa, possam ser utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, incluindo:

Apresentação da dissertação de mestrado;

Exibição em eventos acadêmicos, congressos e seminários;

Produção de materiais didáticos e científicos;

Publicação de vídeos de divulgação científica, incluindo a veiculação em plataformas públicas como o YouTube, para fins educativos e de acesso livre;

Uso em ambientes educacionais e de formação, respeitados os fins científicos e não comerciais.

ATENÇÃO! Por sua participação, você: não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira; será ressarcida de despesas que eventualmente ocorrerem; será indenizada em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa; e terá o direito de desistir a qualquer momento, retirando o consentimento sem nenhuma penalidade e sem perder quaisquer benefícios.

Declaro que fui devidamente informada sobre o caráter acadêmico e científico da pesquisa, que minha participação é voluntária e livre de qualquer forma de remuneração.

Fica expressamente vedado o uso das imagens e da voz para fins comerciais ou diferentes daqueles acima estipulados.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada com a pesquisadora responsável e a outra será fornecida a você.

Após convenientemente esclarecida pela pesquisadora e após ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Projeto de Pesquisa.

Lavras, _____ de _____ de 20____.

Nome (legível) / RG

Assinatura